

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS**  
**FACULDADE NACIONAL DE DIREITO**

**Alice Martins Pinho**

**ISABEL E FERNANDA:**

**As vozes de uma empregada doméstica e de uma diarista**

Rio de Janeiro

2019.2

Alice Martins Pinho

**ISABEL E FERNANDA:**

**As vozes de uma empregada doméstica e de uma diarista**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Carolina Pereira Lins Mesquita

Rio de Janeiro

2019.2

#### CIP - Catalogação na Publicação

PP654i Pinho, Alice  
Isabel e Fernanda: as vozes de uma empregada doméstica e de uma diarista. / Alice Pinho. -- Rio de Janeiro, 2019.  
86 f.

Orientadora: Carolina Pereira Lins Mesquita.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2019.

1. Direito do Trabalho. 2. Antropologia . 3. Pesquisa empírica. I. Pereira Lins Mesquita, Carolina, orient. II. Título.

Alice Martins Pinho

**ISABEL E FERNANDA:**

**As vozes de uma empregada doméstica e de uma diarista**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Carolina Pereira Lins Mesquita

---

Prof. Carolina Pereira Lins Mesquita (Orientadora)

---

Prof. Bruna da Penha de Mendonça Coelho (Banca Examinadora)

---

Prof. Marilson dos Santos Santana (Banca Examinadora)

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2019

*À minha avó, Maria Conceição, a Isabel, a Fernanda  
e a todas as mulheres que se dedicam ou  
dedicaram-se ao cuidado.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu pai, por ter me transmitido o gosto pelo conhecimento e a curiosidade pelo mundo, além de ter me proporcionado todas as condições materiais para que eu pudesse estar onde hoje me encontro.

À minha mãe, que não se encontra mais neste mundo há alguns anos, porém que foi quem mais me incentivou a estudar e realizar meus sonhos.

Ao meu irmão, por sempre ter estado ao meu lado, compartilhando e acompanhando todas as minhas angústias e alegrias.

Ao meu avô e aos meus tios, por terem me dado todo o suporte necessário quando vim morar no Rio de Janeiro para estudar.

À minha orientadora, Professora Carolina Pereira Lins Mesquita, por sempre ter estado muito presente durante toda a minha pesquisa, instigando-me a refletir, crítica e profundamente, a respeito daquilo que nos é dado como natural, por me ensinar que para pesquisar é preciso se ter verdadeira paixão e curiosidade pelo que é pesquisado.

A todos os professores que tive na Faculdade Nacional de Direito, por terem possibilitado a minha formação em Direito.

A todos os meus amigos de dentro e fora da Faculdade Nacional de Direito, que me acompanharam nesta jornada, ao longo desses seis anos de graduação, sempre me dando forças e alegrias para seguir em frente.

A João Guilherme, por ser um companheiro tão dedicado. Por ter acreditado tanto em minhas conquistas.

## RESUMO

Trata-se de um estudo sobre a vida de duas mulheres trabalhadoras domésticas: Isabel, empregada doméstica, e Fernanda, diarista. Tendo em vista que o trabalho doméstico, que é de crucial importância para o desenvolvimento das sociedades capitalistas (Federici, 2017), é posto, historicamente, à margem tanto pela sociedade quanto pelo ordenamento jurídico brasileiro, o objetivo da presente pesquisa é tanto dar visibilidade a um ofício há muito relegado ao preconceito e ao esquecimento, quanto conferir a ele o olhar de essencialidade e decência que todos os trabalhos possuem (Mesquita, 2012). O método empregado foi a escuta de histórias de vida obtidas por meio de relatos orais, realizado no formato de entrevistas despadronizadas. A partir de referenciais teóricos que descrevem experiências pessoais e diretas com os seus objetos de estudo (Velho, 2012; Brites, 2000, 2007), foi possível realizar a presente pesquisa com pessoas consideradas próximas. A partir disso, tanto as limitações e impasses, como os complexos resultados advindos desses desafios são aqui expostos. Tendo em vista o conceito de “nova história”, a qual surge como reação à história tradicional, que se preocupa com “a história vista de baixo”, isto é, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social (Burke, 1992), a análise dos relatos orais das entrevistadas traz uma nova percepção acerca de suas vidas cotidianas e de seus trabalhos domésticos. Através da escuta das vozes dessas mulheres, foi verificado que suas escolhas não se deram única e exclusivamente devido a suas classes sociais, embora esse tenha sido de fato um fator influenciador. Foi constatada a autonomia que elas possuem em suas vidas e profissões. Seus relatos, corroborando o que a nova história aponta, trazem pontos de vista e resultados que, as vezes se assemelham e, as vezes se diferem, do paradigma tradicional, isto é, da “a visão do senso comum da história”.

**Palavras-chave:** Empregada doméstica. Diarista. Histórias de vida. Trabalho.

## **ABSTRACT**

This paper is a research about the lives of two female domestic workers: Isabel, a housekeeper, and Fernanda, a daily cleaner. Given that domestic work, which is of crucial importance for the development of capitalist societies (Federici, 2017), has historically been set aside by both Brazilian society and the Brazilian legal system, the aim of this research is to give visibility to a profession long relegated to prejudice and forgetfulness, and to bestow upon it a look of essentiality and decency that all professions should have (Mesquita, 2012). The method employed was the listening to life stories obtained through oral reports, conducted in the form of non-standardized interviews. Theoretical references - that describe personal and direct experiences as their objects of study (Velho, 2012; Brites, 2000, 2007) - enabled the conduction of this research with people considered close to the author herein. As a result, limitations and impasses, as well as other complex variants arising from these challenges are here exposed. Therefore, this paper resorts to the concept of “new story” that arises in response to traditional narrative. The objective of this approach is to allow the “history to be seen from below,” in other words, to prioritize the opinions of ordinary people and their experience of social change (Burke, 1992). The analysis of oral reports from the interviewees brings a new perception about their daily routines and their jobs. By listening to the voices of these women, the conclusion is that their choices were not solely and exclusively due to their social classes, although this was an influencing factor. This paper also analyzes whether they have autonomy in their lives and professions. Nevertheless, their accounts, using the “new story” concept, bring views and results that sometimes resemble and sometimes differ from the traditional paradigm, that is, “the common sense view of history.”

**Keywords:** Housekeeper. Maid. Life stories. Job.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	
<b>2 AS ENTREVISTAS.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Isabel.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 Fernanda.....</b>	<b>59</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O que me levou a dissertar sobre o trabalho doméstico e dar espaço em minha pesquisa para que as próprias trabalhadoras<sup>1</sup> domésticas falassem sobre suas experiências profissionais e de vida<sup>2</sup> foi, primeiramente, a ideia que se tem sobre o que é o trabalho. Este, para uns, é tão realizador e glorificante, por ser valorizado social e historicamente; porém, para outros(as), é exercido, dentre outros fatores, devido à falta de melhores oportunidades profissionais.

O trabalho doméstico é posto, historicamente, à margem tanto pela sociedade quanto pelo ordenamento jurídico brasileiro. As mulheres mais abastadas contratam o serviço doméstico, pois realizá-lo representa, frequentemente, a realização de tarefas repetitivas e pouco reconhecidas, além de lhes propiciar o exercício de atividades produtivas propriamente ditas. Aliado a esses fatores, está ocorrendo uma participação cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho, o que impulsiona a busca por alternativas para a realização do trabalho reprodutivo doméstico, isto é, a delegação do trabalho doméstico para mulheres de classes sociais inferiores (Sartor, Siracusa e Neves, 2019, p. 203). Assim, as atividades exercidas pelas domésticas são vistas como irrelevantes e invisíveis por boa parte da sociedade. Muitas vezes, sendo sequer conceituadas como um trabalho. O *outro* pré-conceituoso aparece ditando a escolha (Mesquita, 2015, p. 184) e o modo como o indivíduo enxerga seu ofício. Outro fator que contribui para a referida desvalorização são as raízes históricas relacionadas ao passado colonial e escravocrata do país (Pamplona, 2006, p. 47).

Felizmente, o debate ganhou destaque no plano nacional, a partir da discussão dos direitos trabalhistas de parte da categoria, diante das recentes alterações normativas, tais como, a Convenção Internacional do Trabalho nº 189/2011, a Emenda Constitucional nº 72/2013 e, a Lei Complementar nº 150/2015. Estas alterações normativas, entretanto, abrangem apenas as empregadas domésticas formais, ou seja, aquelas que atendem ao

---

<sup>1</sup> Ao longo desta pesquisa empregarei a expressão “trabalhadora doméstica” no gênero feminino, uma vez que o trabalho doméstico é composto majoritariamente por mulheres e negras (Dieese, 2013, p.6). Além disso, segundo dados da publicação *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015*, na categoria de empregados domésticos, cerca de 92% dos trabalhadores são do sexo feminino (Sartor, Siracusa e Neves, 2019, p. 204).

<sup>2</sup> Aqui, refiro-me ao trabalho doméstico *lato sensu*, abarcando tanto empregadas domésticas formais quanto diaristas.

elemento fático-jurídico da *continuidade*<sup>3</sup>, exigido pela Lei Complementar 150/2015. Às diaristas, também chamadas de faxineiras ou mensalistas, nenhum direito foi conferido pelas referidas medidas legislativas.

No início da pesquisa, ao considerar que o número de empregadas exercendo a atividade informalmente cresceu significativamente entre 2016 e 2017 (IBGE, 2017) e sem, ainda, ter ouvido e conversado com Fernanda, diarista entrevistada, tinha elaborado a hipótese de que a regulamentação do trabalho doméstico havia melhorado as condições de trabalho das empregadas, porém, ao mesmo tempo, teria relegado as diaristas à informalidade e à precariedade. Contudo, no decorrer da presente pesquisa, deparei-me com situações subjetivas e complexas a ponto de não mais poder supor que ser diarista seria sinônimo de autonomia, informalidade e precariedade, tampouco que seja empregada, mesmo após a vigência da referida lei complementar.

A pesquisa que eu tinha em mente era essencialmente normativa, com desdobramentos sociológicos. O que eu problematizava era: A regulamentação da relação empregatícia doméstica acentuou a diferenciação entre trabalhadoras que exercem a mesma atividade, fomentando a depreciação das condições laborais destas mulheres? A pesquisa teria como objetivos: verificar as similitudes e as diferenças nas condições de trabalho das empregadas e das diaristas; averiguar a diferença de tratamento legal dispensado a elas e; investigar os efeitos concretos da regulamentação. Vê-se, portanto, que minha análise seria focada em aspectos fático-normativos, o que refletiu o primeiro título da presente pesquisa: “Domésticas e diaristas: entre similitudes e diferenciações fático-normativas”.

Entretanto, ao constatar a distância entre o que está positivado nas leis e o que ocorre no mundo prático, assim como perceber, por meio de meus referenciais teóricos, que a vida não pode ser compartimentalizada, nem separada em setores que não possuam quaisquer conexões uns com os outros, minha atenção foi se deslocando dos textos legais para as pessoas reais. Com o intuito de expandir a visão sobre a vida de minhas entrevistadas, não limitei minhas análises apenas às suas condições de trabalho. Tal percepção me levou à adoção do método de estudos de casos e meu objetivo passou a ser obter histórias de vida através de relatos orais, a fim de desvendar e compreender as percepções das próprias trabalhadoras a respeito de seus trabalhos e de suas vidas. Busco, então, tanto dar visibilidade a um ofício há muito relegado ao preconceito e ao esquecimento, quanto conferir a ele o olhar de essencialidade e decência que todos os trabalhos possuem (Mesquita, 2012).

---

<sup>3</sup> Atendem ao requisito da continuidade aquelas trabalhadoras que exercem seu ofício mais de três vezes na semana na casa de seus patrões.

A questão da divisão sexual do trabalho permeia toda a pesquisa, visto que os trabalhos domésticos exercidos pela mulher, porque só eles são conciliáveis com a maternidade, “encerram-na na repetição e na imanência; reproduzem-se dia após dia sob uma forma idêntica que se perpetua quase sem modificação através dos séculos: não produzem nada de novo” (Beauvoir, 2016, p. 98). Segunda a autora, a condição do homem é radicalmente diferente, pois estes praticam atos que transcendem sua condição animal, sendo, então, um inventor. A mulher, presa ao ambiente privado do lar, estaria então fadada a repetir seus trabalhos domésticos que não sofrem mudança significativa ao longo dos séculos. Preocupada em desvendar, assim como trazer reconhecimento ao ofício doméstico, histórica e culturalmente reputado como feminino, proponho-me a apresentar, sob um olhar curioso e, ao mesmo tempo crítico, a vida de duas mulheres que dedicam suas vidas às atividades domésticas.

Os autores Velho (2012) e Brites (2000, 2007) realizaram suas pesquisas norteados por suas experiências diretas e pessoais com empregadas domésticas. Baseando-me em tais referenciais teóricos, os estudos de caso foram focados em Isabel, empregada doméstica que trabalha há dezoito anos em minha casa no interior de São Paulo,<sup>4</sup> e, em Fernanda, diarista que trabalha há cada quinze dias em meu apartamento localizado na cidade do Rio de Janeiro-RJ há cerca de um ano e meio.

Velho (2012) descreve e compara a relação existente entre as empregadas domésticas que já trabalharam em sua casa. Segundo o autor, seu artigo possui caráter de depoimento pessoal. Ele o apresenta como uma etnografia acompanhada por reflexões, que não tem por finalidade apresentar qualquer tipo de resposta definitiva sobre o complexo mundo do trabalho doméstico (Velho, 2012, p.13). Velho demonstra, ainda, que, após seu divórcio, as suas relações com as empregadas domésticas se modificaram. Não mais havendo a presença de uma mulher em casa que delegasse e orientasse os serviços domésticos às empregadas, essa função passou a ser de sua responsabilidade. O estranhamento com o novo papel é por ele relatado. Nesse sentido, analiso como este mesmo fenômeno ocorreu também com meu pai após o falecimento de minha mãe. Ao mesmo tempo em que o homem passa a exercer a função que antes era de responsabilidade da esposa, a empregada doméstica ganha uma maior

---

<sup>4</sup> Atualmente resido na cidade do Rio de Janeiro. Raramente vou para São Carlos- SP, devido à longa distância entre ambas as cidades. Possuo um irmão que mora em Ribeirão Preto -SP, cidade próxima à São Carlos-SP. Minha mãe faleceu em 2014 devido a um câncer. Quem reside em minha casa no interior de São Paulo atualmente, portanto, é o meu pai, verdadeiro patrão de Isabel. Quando me referir ao patrão de Isabel farei referência a ele, não a mim.

autonomia na realização de seus serviços, pois os homens não estão acostumados a desempenhar o papel de “gestor da casa” (Sartor, Siracusa e Neves, 2019).

Brites (2000, 2017) analisa como as relações entre patroas e empregadas domésticas se desenvolvem tanto na casa da patroa quanto no mundo privado das empregadas. Para tanto, a autora morou durante trinta e cinco dias em um bairro periférico de Vitória- ES, onde residia sua empregada doméstica. Brites, que trata de relações de subalternidade (2000), tentou descrever um universo autônomo e heterogêneo. Utilizando os conceitos de roteiro público e de roteiro encoberto de Scott (1990), Brites separa sua pesquisa em duas etapas: o estudo das relações entre empregadas e patrões dentro da casa destes, onde teve acesso aos roteiros públicos, e o estudo das relações dentro do bairro de sua empregada doméstica, onde teve acesso aos roteiros encobertos. No caso específico de Fernanda, tive um breve acesso, por meio de seu relato, a situações nas quais os roteiros encobertos foram descortinados.

O trabalho doméstico é visto, muitas vezes, como sendo exercido por pura falta de opção. Interessante trecho da pesquisa de Saffioti retrata claramente essa visão:

Há a considerar também a facilitação pela ideologia dominante da aceitação por parte da mulher, de empregos parcamente remunerados. O salário feminino é visto como renda complementar à do homem, podendo, nesta medida, ser inferior. Ademais, há uma acentuada tendência dos setores econômicos para a absorção de maiores quantidades de homens que de mulheres. Há, assim, para uma grande oferta de trabalho feminino uma pequena oferta de emprego por parte da estrutura ocupacional dos setores capitalistas. Não resta, pois, outra alternativa a certos contingentes femininos, sobretudo os de menor nível de escolaridade, senão a busca do exercício de atividade econômicas sobretudo nos setores não organizados em moldes capitalistas (Saffioti, 1978, p. 187/188).

Problematizo, então: o trabalho doméstico é exercido por Isabel e Fernanda, pertencentes às classes sociais de menor renda, apenas por que não tiveram outra opção? A pesquisa tem como um de seus objetivos, como já mencionado, ouvir das próprias trabalhadoras, desvendando o porquê trabalham como domésticas. Os seus presentes e futuros são por elas determinados, isto é, exercem essa profissão por escolha própria dentro do pequeno leque que a elas se abre?

Não pretendo chegar a uma conclusão definitiva e estática sobre essa questão, tampouco apresentar generalizações. O que proponho é uma reflexão crítica a respeito da liberdade de duas específicas mulheres, Isabel e Fernanda. Dando voz a elas e ouvindo suas experiências pessoais, verifiquei que dentro do espectro de opções que lhes era desenhado,

assim como tiveram momentos em que elas fizeram escolhas, tiveram momentos em que a elas não restava senão o suor de seu trabalho para que colocassem comida à mesa.

Segundo Brites:

O serviço doméstico não pode ser considerado exatamente uma ocupação preferida no espectro de escolhas profissionais das trabalhadoras. Entretanto, quando outras opções de inserção no mercado de trabalho se mostram inatingíveis, o serviço doméstico aparece como um trabalho com possibilidades inexistentes no mercado de trabalho formal. Vantagens de negociar adiantamentos, faltas, horários e as ajudas materiais advinda da casa dos patrões foram apontadas como “o que vale a pena” no serviço doméstico. (Brites, 2003, p. 65)

Já Costa (2008) resgata duas histórias de vida, a de Moisés e Nilce, ex-garis aposentados pela Universidade São Paulo, com os quais desenvolveu forte vínculo de amizade durante todos os dez anos em que exerceu o ofício de gari naquela instituição de ensino. A sua referência é de grande importância, pois, assim como ocorre na pesquisa, ele se propõe a investigar um trabalho subalterno e não qualificado, o dos garis. Para a realização das entrevistas, o método do relato de histórias de vida obtidas por meio de relatos orais, no formato despadronizado, procedimento muito utilizado pela Psicologia Social (Costa, 2008, p.10), foi empregado. Costa (2008) desenvolve sua pesquisa em dois sentidos complementares: a observação participante nos moldes de uma pesquisa etnográfica, visto que desempenhou o ofício de gari, e, a obtenção de histórias de vida, por meio de entrevistas com duas personagens. Para a minha pesquisa, foi utilizado o segundo sentido, isto é, realizei as entrevistas nos mesmos moldes que o referido autor, julgando ser esse o método mais eficaz para obter o retrato mais fiel possível das vidas das minhas entrevistadas.

Menezes e Gomes (2008) apresentam os impasses por elas encontrados no decorrer de suas etnografias, uma vez que ambas realizaram pesquisas que envolveram pessoas muito próximas: os próprios familiares. Ambas refletiram sobre sua dupla identidade (pesquisadoras e familiares) e sobre as emoções que nasceram desta condição. A primeira, graduada em medicina, após a defesa de sua tese de doutorado intitulada “Em busca da ‘boa morte’: uma investigação sócio antropológica sobre Cuidados Paliativos”,<sup>5</sup> deparou-se com a situação de ter um familiar próximo que veio a falecer de câncer no mesmo hospital em que realizou sua pesquisa. A segunda, ao investigar a própria rede familiar, focando-se nas mudanças ocorridas nas últimas décadas no panorama religioso, expõe as dificuldades da investigação uma vez

<sup>5</sup>Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da UERJ, sob orientação do Prof. Sérgio Carrara.

que a família é o reduto do privado, com isso “investigar a própria rede familiar é um desafio, pois poderia colocar em risco esses pressupostos.” (Gomes, Menezes, 2008, p. 5).

Apesar dos desafios e limitações, as referidas autoras ressaltam a relevância da proximidade do antropólogo na interação com os sujeitos observados: “A tradição etnográfica, marcada pela relação com os outros, distantes tanto no sentido cultural quanto espacial, foi vastamente exercida e criticada” (Gomes, Menezes, 2008, p. 1).

Muitos questionamentos surgem ao longo de uma pesquisa realizada em tais moldes. Segundo as referidas autoras:

A inserção do antropólogo em um campo já conhecido, mas, sobretudo, vivenciado previamente à incorporação do *ethos* antropológico, levanta suspeita sobre a autenticidade, verdade ou capacidade de aplicação do método. Indagações podem surgir: em que medida o antropólogo é capaz de elaborar analiticamente a aproximação e o afastamento em relação ao que é pesquisado quando está inserido no mesmo contexto? Quais os limites do que se pode ou não investigar? A quem é atribuída a tarefa de delimitar a fronteira da diferença com o outro? Qual a importância da demarcação deste limite? (Gomes, Menezes, 2008, p. 2).

Ao longo do meu trabalho de conclusão de curso fui questionada dentro e fora<sup>6</sup> do ambiente acadêmico sobre se o realizar entrevistas com pessoas próximas não traria uma parcialidade exacerbada para minha pesquisa. Não posso negar que encontrei limitações, tais como o fato de não querer realizar determinadas perguntas para Isabel,<sup>7</sup> por supor que tais perguntas poderiam constrangê-la ou prejudicar nossa relação, que considero ser boa. Com isso, precisei descobrir os limites do que poderia ou não perguntar a ela. Caso tal pesquisa fosse realizada com uma empregada doméstica com a qual eu não possuísse vínculo algum, provavelmente, não me constrangeria em realizar determinadas perguntas, assim como acredito que a hipotética entrevistada também não se incomodaria em responder. No entanto, talvez, tais perguntas nem existissem.

Ainda segundo Gomes e Menezes:

Descrever o outro com presumida neutralidade, sem emitir valores pessoais nem esclarecer o processo de intercâmbio de experiências entre pesquisador e nativos é assumir a crença na objetividade do cientista. No entanto, para apreender o universo

<sup>6</sup> Participei da 10ª SIAC - Semana de Integração Acadêmica da UFRJ/2019, onde apresentei o tema de meu presente trabalho de conclusão de curso. Fui questionada, pela banca avaliadora, se os resultados obtidos seriam válidos pelo fato de eu ser a filha do patrão de Isabel e a contratante de Fernanda. Além disso, quando contei para minha família e para meus colegas qual seria o tema de minha monografia e qual seria a metodologia empregada, fui questionada sobre a validade das entrevistas. O que me levou a, contando para outras pessoas, posteriormente, deixar de mencionar o fato de que as entrevistas seriam realizadas com pessoas próximas.

<sup>7</sup> No capítulo dedicado a Isabel exporei com mais detalhes quais foram os limites de minha investigação.

nativo é preciso contar com a sensibilidade e subjetividade do antropólogo (Gomes, Menezes, 2008, p. 2).

A partir dessa reflexão, questiono-me se é possível alcançar a tão desejada imparcialidade que é tão cara, principalmente em áreas como o Direito.

Os trabalhos de Velho (2012), Brites (2000, 2003, 2008, 2017), Costa (2008) e Gomes e Menezes (2008) sobre experiências pessoais e diretas com os seus objetos de estudo, portanto, são referências importantes para a esta pesquisa. Por meio de suas teses, atestei a viabilidade de entrevistar pessoas próximas. Quando me propus a dar voz a mulheres cujas vidas e trabalhos são invisíveis, questioneimei-me, então: por que não dar oportunidade para que aquelas que são próximas a mim falem, em vez de permanecer sem compreender aquelas que fazem parte de minha vida em alguma medida?

O conceito de nova história também tem grande utilidade para o desenvolvimento desta pesquisa. Segundo Burke (1992), a nova história é aquela que aparece como reação deliberada contra o “paradigma” tradicional. O Autor diz que este paradigma pode ser chamado de “a visão do senso comum da história”, pois, frequentemente, ele tem sido considerado a única maneira de se escrever história, em vez de ser notado como uma dentre as diversas possibilidades existentes (Burke, 1992, p. 2). Confrontando referido paradigma, Burke escreve que “[...] a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. ‘Tudo tem uma história’, como escreveu certa ocasião o cientista J.B.S. Haldane [...]”. (Haldane, 1951 *apud* Burke, 1992, p. 2).

Burke (1992) adverte que a história tradicional:

[...] oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história. A existência dessa regra é revelada pelas reações a sua transgressão. Quando o grande escritor russo Alexandre Pushkin estava trabalhando em um relato de uma revolta de camponeses e de seu líder Pugachev, o comentário do czar Nicolau foi que “tal homem não tem história”. Nos anos 50, quando um historiador britânico escreveu uma tese sobre um movimento popular na Revolução Francesa, um de seus examinadores perguntou-lhe “Por que você se preocupa com esses bandidos?” (Burke, 1992, p. 3).

A partir da percepção da inadequação do paradigma tradicional, os novos historiadores passaram a se preocupar com as opiniões de pessoas ditas comuns e com suas próprias percepções e impressões acerca das mudanças sociais. Novos movimentos, como o feminista, e novas vozes têm tido grande impacto sobre a escrita da história recente (Burke, 1992).



Nessa esteira, preocupo-me em trazer uma nova percepção acerca das trabalhadoras domésticas. E, quem melhor para expressar tais percepções do que elas mesmas?

Nas palavras de Burke, o “movimento da história-vista-de-baixo também reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado do que costumavam fazer os historiadores profissionais” (Burke, 1992, p. 4).

Um contraste marcante entre a antiga e a nova história é que, segundo o paradigma tradicional, a história deveria ser baseada em documentos e registros oficiais emanados pelo governo. Segundo Burke (1992) o preço desta visão foi a negligência de outros tipos de evidência. Em concordância com o ponto de vista do autor, baseio-me, em grande medida, nos relatos orais de minhas entrevistadas, por levar em consideração que tais fontes são tão legítimas quanto aquelas advindas de órgãos oficiais, de conceituados doutrinadores e juristas ou mesmo dos próprios textos legais.

É razoável “admitir que retratar o socialmente invisível (as mulheres trabalhadoras, por exemplo) [...] é um empreendimento mais arriscado do que em geral é o caso na história tradicional [...]. Mas, nem sempre esse é o caso.” (Burke, 1992, p. 8). O autor considera que nem sempre o empreendimento pode ser considerado mais arriscado pelo fato de suas fontes, muitas vezes, serem inclusive mais próximas e confiáveis do que as fontes nas quais se baseiam os escritores da história tradicional.

Um esclarecimento se faz necessário, no que diz respeito à justificativa da escolha desse importante tema. Apesar de o motivo que apresentarei a seguir não ser o único, é fundamental que seja exposto, tendo em vista que realizo uma pesquisa na qual me implico diretamente. Minha avó paterna, Maria Conceição, já falecida, foi empregada doméstica durante sua infância. Ela era natural de Rio Bonito (RJ), tendo se deslocado para a capital fluminense com apenas onze anos de idade para morar em uma casa de família onde realizaria todos os serviços domésticos. Considero relevante um trabalho que, apesar de ser essencial para a sustentabilidade da vida humana,<sup>8</sup> é relegado à anonimidade dos interiores dos lares brasileiros, sendo muitas vezes exercido por crianças, o que aumenta ainda mais a sua invisibilidade.

O trabalho doméstico passou a fazer parte da vida de minha avó paterna, de Isabel e Fernanda, bem como das vidas de suas respectivas irmãs e mães, em todos os casos, de forma muito precoce. Essas mulheres começaram a trabalhar como domésticas entre onze e treze anos. Apesar de pertencerem a diferentes gerações, nota-se que em suas famílias, submetidas

---

<sup>8</sup> Discorrerei com detalhes a respeito da essencialidade do trabalho doméstico ao longo dos próximos dois capítulos.

à pobreza extrema, as necessidades materiais serviram para respaldar o trabalho infantil doméstico (Alberto e Patriota, 2014).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 demonstra que existem mais de 90.000 crianças e adolescentes de cinco a dezessete anos exercendo o trabalho doméstico no País (PNAD, 2011).

Segundo Alberto e Patriota:

A alta incidência reside nas várias causas conhecidas (OIT, 2011) acerca do trabalho infantil, dentre elas destacam-se três: a pobreza, a cultura ou imaginário social de que o trabalho é positivo em qualquer idade e a concepção de que o trabalho é disciplinador (Alberto e Patriota, 2014, p. 898).

Uma vez exposto o tema da pesquisa, explicado o método do qual me valerei para a sua concretização, feita uma breve exposição de meus principais referenciais teóricos e exposto o motivo de ordem pessoal que justifica a escolha do tema, passo a dar voz a Isabel e Fernanda.

## **2 AS ENTREVISTAS**

A pesquisa tem por tema o trabalho doméstico na sociedade brasileira contemporânea. Tendo por base os referenciais teóricos descritos no capítulo anterior, escolhi entrevistar Isabel e Fernanda. A primeira trabalha como empregada doméstica em minha casa no interior de São Paulo, em São Carlos, há 18 anos. A segunda trabalha como diarista em minha casa, no Rio de Janeiro, há pouco mais de um ano, porém, antes disso, já trabalhava como diarista na residência de minha tia, forma pela qual a conheci.

Para a realização das entrevistas, que consistem na base de dados do trabalho, o método do relato de histórias de vida obtidas por meio de relatos orais, utilizado por Costa (2008) foi empregado.

Segundo o autor (Costa, 2008, p. 21), a entrevista representa o intuito de fazer retratos daqueles que são entrevistados em uma tentativa de fotografá-los por meio das suas vozes, com o máximo de fidelidade possível. Considerando-se essa premissa, as entrevistas foram realizadas em formato não padronizado. A fim de se obter o retrato mais fiel possível da biografia das entrevistadas, foram dispensadas conclusões prévias, afinal a entrevista assim realizada “corre sérios riscos de cair e deter-se em ideologia” (Bosi, 2004).

Diferentemente do que ocorre nesta pesquisa, Costa (2002), em sua dissertação de mestrado, desempenhou o ofício de gari com o intuito de compreender melhor problemas como o da humilhação social e da invisibilidade pública, deslocando-se para o lado dos oprimidos, o que lhe permitiu enxergar o problema sob um diferente olhar.

Durante seu estudo, o autor percebeu a necessidade de um estudo mais aprofundado, considerando suas preocupações em testemunhar e ouvir o que os próprios garis poderiam contar sobre o fenômeno da invisibilidade pública. É desta preocupação que nasce esta pesquisa. Assim como Costa (2008) teve a preocupação em dar voz aos garis sobre o fenômeno da invisibilidade pública, a minha preocupação no trabalho de conclusão de curso foi ouvir o que as trabalhadoras domésticas têm a dizer a respeito de suas condições laborais e de vida.

Segundo o autor:

Tendo em vista que a comunicação fica prejudicada diante de “situações crônicas de disparidade social e econômica, em geral fundadas sobre vínculos de mandonismo e subalternidade, prejudicam – e até mesmo interrompem – o poder de comunicação que é próprio aos seres humanos. Todos calam. Ninguém conversa. A comunicação retrai-se. Acabamos habituados às conversas magras, pálidas, anoréticas. É porque ficamos todos nós também anoréticos, recusando o sabor dos outros – o azedume ou doçura – não importa – sem que seja possível alimentar-se da presença do outro. A conversa econômica, magra por assim dizer, é resultado de olhar estreito – também magro – que no mundo mercantil admitidos, em geral, anestesiados (Costa, 2008, p.5).

## 2.1 Isabel

Isabel nasceu em Matão, cidade do interior de São Paulo. Muito nova, entretanto, foi morar em São Carlos, São Paulo, cidade na qual cresceu e vive até hoje. É uma cidade universitária, de cerca de 250.000 habitantes (IBGE, 2019). Existem duas grandes universidades públicas na cidade, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e a Universidade de São Paulo (USP), que atraem estudantes e professores de todo o Brasil, principalmente, do estado de São Paulo. Isabel tem sessenta anos e é mãe de três filhos: Mariel, Paulo e Rafael. Todos já em idade adulta. É divorciada há cerca de vinte anos.

Quando perguntei a ela se poderia entrevistá-la, ela ficou surpreendida. Percebi que ela não entendeu direito o que eu queria saber. Quando começamos a entrevista, realizada em minha casa, onde Isabel trabalha, ela não quis se sentar, preferiu ficar lavando louça e arrumando a cozinha enquanto nós conversávamos. Ela disse que tinha muitos afazeres e que

não queria parar. Percebi que ela ficava mais confortável desta forma, isto é, trabalhando. Notei também que ela não gostaria de ficar mais de três horas em minha casa sem “fazer nada”, só falando a respeito de sua vida. Pelo tempo que a conheço, sei que ficaria incomodada. Expliquei a ela que estava realizando entrevistas com ela e uma diarista do Rio de Janeiro para saber mais sobre a vida das empregadas domésticas e das diaristas e suas condições de trabalho.

No início da entrevista ela não se soltou muito, apesar de ser muito falante. Gosta muito de conversar, pelo que percebo. Contudo, logo se soltou e a conversa ficou bem fluída. Atribuo sua inicial timidez ao fato de ser eu a entrevistadora, isto é, a filha de seu patrão, e ela, a entrevistada. Por um momento, o da entrevista, o cuidado era sobre ela direcionado, ela que está tão acostumada a realizar serviços relacionados ao cuidado (com a minha e a sua casa, com sua família e filhos, assim como com a minha família).

As posições ocupadas por nós, isto é, de empregada doméstica e de filha do patrão, causaram certo constrangimento, principalmente no início da entrevista. Afinal, naquele momento, Isabel a entrevistada e eu a pesquisadora, não ocupávamos, por um breve momento, os papéis que sempre foram os nossos. Segundo Gomes e Menezes:

A aparente facilidade de acesso ao campo pode se converter em dificuldade. As posições ocupadas pelas pesquisadoras tanto podem ser objeto de auto-questionamento, pelas expectativas de (re)aproximação, quanto de dúvida e desconfiança dos pares. Indaga-se: seria diferente se pesquisássemos em universo mais distante? O processo reflexivo não deve sempre integrar a análise antropológica? (Gomes e Menezes, 2008, p. 4).

Atualmente Isabel mora em um bairro periférico da cidade, onde tem uma casa própria comprada pelo ex-marido, onde vive com seu filho mais novo, Rafael. Os outros dois filhos, Mariel e Paulo, já saíram de sua casa, em virtude de terem se casado e ido morar com suas mulheres. Antes de possuir casa própria, ela alugava outra, em um bairro próximo à UFSCAR, bairro vizinho ao que morei em minha infância. Por ser uma cidade relativamente pequena, quando me refiro a bairros vizinhos significa que é muito fácil deslocar-se de um bairro para outro e fazer coisas básicas a pé. No mencionado bairro onde Isabel residia anteriormente, ela residia perto de suas irmãs e de sua mãe, o que dava a ela uma sensação de conforto e pertencimento, além de poder ir andando até minha casa,<sup>9</sup> onde trabalhava.

---

<sup>9</sup> Residi nesta casa, que era próxima à antiga casa de Isabel, até completar dezesseis anos, quando nos mudamos para outro bairro da cidade, mais central.

Toda sua família mudou-se de Matão para São Carlos em busca de melhores condições de trabalho quando Isabel ainda era bem menina. Seus pais são do norte de Minas Gerais e foram para Matão também em busca de melhores oportunidades de trabalho. Isabel é a quarta dentre as cinco filhas que seus pais tiveram.

Ela relata que seu pai comprou uma casa em São Carlos para que a família morasse, logo quando chegaram de Matão. Ao longo dos anos, porém, o pai abandonou a mulher e as filhas. Elas tiveram, então, desde muito jovens, que ajudar no sustento financeiro da casa, por meio do trabalho:

Só que nós crescemos assim, sozinhas, mas sempre trabalhando. Sabe, isso aí de bom minha mãe sempre ensinou pra gente: sempre trabalhar, ser honesta. E eu comecei a trabalhar muito novinha, 13/14 anos, filha de doméstica, sempre trabalhando de doméstica. Não tinha muita noção, mas tinha que aprender né, mas é assim era a necessidade né. [...] e assim, a gente sofreu teve uma vida muito sofrida, que já pensou uma mulher com 5 filhos, sem marido, a sorte que a gente tinha casa própria, não precisava pagar aluguel. [...] mas, assim, a gente sempre lutou. Eu e minhas irmãs todas nós sempre trabalhamos e, trabalhar é bom né, você sabe que é bom né.

Todas as irmãs foram trabalhar como empregadas domésticas. Parece ter sido a opção que tiveram na época. A sua irmã caçula, entretanto, após um período trabalhando como doméstica, foi contratada para trabalhar em uma fábrica em São Carlos, a Faber Castell. Além disso, a mãe de Isabel também trabalhou como empregada doméstica, quando era nova, antes de se casar.

Vê-se, portanto, que todas as mulheres da família trabalharam ou trabalham como empregada doméstica.

Dentre as opções que possuem as mulheres de baixa renda, o trabalho doméstico “não é uma escolha aleatória de sustento. Examinando sua organização familiar, no seu local de moradia, ressaltarei o quanto este tipo de ocupação encaixa-se como possibilidade versátil para o seu modo de vida [...]”. (Brites, 2000, p. 128).

Verifiquei que ambas as entrevistadas queriam ter estudado. Elas veem o estudo como uma alternativa profissional incomparavelmente melhor. Fernanda investe na educação de sua filha, orgulha-se quando ela se sai bem no colégio. Isabel, entretanto, parece expressar esse sentimento em relação a sua neta, visto que seus filhos não seguiram um caminho de qualificação profissional. Mariel, seu filho mais velho, trabalha como garçom em uma grande churrascaria da cidade, assim como seu pai. Mariel seguiu, então, o caminho do pai, ex-marido de Isabel. Paulo, seu segundo filho, trabalha como torneiro mecânico e, Rafael, como

segurança para uma empresa privada. Pelo que ouvi durante muito tempo, nunca quiseram seguir um caminho profissional de maior qualificação.

Outra semelhança notada entre Isabel, as irmãs e a mãe é que quando se casaram, pararam de trabalhar. A mãe de Isabel trabalhou como empregada doméstica até se casar, quando completou vinte e dois anos. Isabel também trabalhou até se casar e engravidar de seu primeiro filho e só voltou a trabalhar depois que seu terceiro filho já estava crescendo e, ela, divorciada. Situação semelhante ocorreu com suas irmãs.

No caso de Isabel, de sua mãe e de suas irmãs, elas interromperam seu trabalho, não por vontade própria, mas porque precisavam criar seus filhos. Isabel ficou sem trabalhar até que seus filhos crescessem e, posteriormente, se separasse de seu marido. A mãe de Isabel não voltou a trabalhar depois que suas filhas nasceram. Os papéis do homem e da mulher, do masculino e do feminino, muito bem delimitados nessa configuração familiar, fizeram com que a elas restasse o cuidado materno.

Um paralelo com a legislação trabalhista merece ser feito. As empregadas domésticas gestantes passaram a ter estabilidade apenas a partir de 2006, com a entrada em vigor da Lei nº 11.324.<sup>10</sup> Com isso, apenas em 2006, esta discriminação em relação às empregadas domésticas foi extirpada do ordenamento jurídico brasileiro. Após a Lei Complementar nº 150/2015, que regulamenta a Emenda Constitucional 72/2013, o direito à estabilidade passa a ser previsto no artigo 25<sup>11</sup> da referida legislação infraconstitucional. Com isso, continua vedada a dispensa sem justa causa da empregada doméstica gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. A flagrante demora para que este direito fosse conferido às domésticas foi um reflexo da legitimação da posição e do papel da mulher dentro da sociedade, isto é, o papel de dona de casa e de ter a obrigação de cuidar dos filhos. A

---

<sup>10</sup> Art. 4º da Lei nº 5.859/1972 (incluído pela Lei nº 11.324/2006): “É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.”

<sup>11</sup> Dispõe o art. 25, da LC 150/2015: “A empregada doméstica gestante tem direito a licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da Seção V do Capítulo III do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Parágrafo único. A confirmação do estado de gravidez durante o curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea “b” do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

Tal previsão normativa decorreu de entendimento do Tribunal Superior do Trabalho consubstanciado em sua súmula nº244, a qual dispõe: “GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA (redação do item III alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012 – Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25,26 e 27.09.2012).

I – O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, “b”, do ADCT). II – A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade. III – A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado”.

gravidez “é um evento biológico, pessoal e idêntico para a mulher, qualquer que seja seu segmento profissional de inserção, além disso, [a estabilidade gestante] protege também o nascituro” (Mesquita, 2014, p. 117), não havendo razão, portanto, para discriminação entre espécies de empregadas.

Tanto Isabel, quanto sua mãe não tiveram direitos conferidos como empregadas domésticas, quem dirá estabilidade no emprego quando ficaram grávidas, sendo este um avanço recente na história normativa do País. A elas restou, então, quando engravidaram, o papel que sempre lhes foi conferido: cuidar da casa e dos filhos.

Apesar de a gravidez ser um evento biológico e pessoal idêntico para todas as trabalhadoras, é nítida a diferença conferida à empregada doméstica em relação ao benefício previdenciário chamado “salário maternidade”. O salário maternidade é o único benefício que considera a efetiva remuneração da mulher, não apenas a base de contribuição previdenciária, como ocorre com os demais benefícios previdenciários. Contudo, para as empregadas domésticas essa disposição não se aplica, de acordo com o que prevê expressamente o artigo 71-B, parágrafo 2º, inciso II da Lei 8.213/1991.<sup>12</sup>

Vê-se que o motivo que levou Isabel e as cinco irmãs a trabalharem como domésticas, conforme a entrevistada, foi “a necessidade”.

Apesar de trabalhar desde criança, em condições precárias, Isabel orgulha-se de seu trabalho. Quando ela diz que trabalhar é bom, fala com firmeza e convicção. O trabalho é visto com grande valor pela entrevistada, que o considera algo digno.

A ambiguidade com que ela enxerga seu trabalho, todavia, é patente: ao mesmo tempo em que é possível perceber ressentimento por não ter terminado seus estudos em razão de ter tido que trabalhar desde muito nova, nota-se que o fato de ela sempre ter trabalhado é motivo de orgulho em sua vida.

O trabalho e a honestidade são vistos como valores fundamentais transmitidos de mãe para as filhas: “isso aí de bom. Minha mãe sempre ensinou pra gente: sempre trabalhar, ser honesta.”

---

<sup>12</sup> A Lei 8.213/1991 dispõe sobre o salário maternidade nos artigos 71 a 73. O artigo em referência prevê: “Art. 71-B. No caso de falecimento da segurada ou segurado que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, o benefício será pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha a qualidade de segurado, exceto no caso do falecimento do filho ou de seu abandono, observadas as normas aplicáveis ao salário-maternidade.

§ 2º O benefício de que trata o caput será pago diretamente pela Previdência Social durante o período entre a data do óbito e o último dia do término do salário-maternidade originário e será calculado sobre:

II - o último salário-de-contribuição, para o empregado doméstico; [...].”

A sua necessidade de trabalhar como doméstica, enquanto muito jovem, adveio, como já mencionado, de ter que ajudar nas necessidades materiais da família. Foi quando teve que interromper os estudos pela primeira vez.

Depois de adulta, ao se casar e sair da casa de sua mãe, o trabalho foi necessário na vida de Isabel para o sustento da casa e dos filhos, principalmente após se separar de seu marido. Depois que os filhos já estavam maiores, ela pôde voltar a estudar, por um curto período, pois, desta segunda vez, o que a impediu de prosseguir nos estudos, foi a idade:

[...] lembra quando eu comecei a trabalhar com a sua mãe? Eu voltei, eu terminei pelo menos a 8ª série. Eu terminei indo à noite né. Trabalhava já com a sua mãe durante o dia e a noite eu ia [para a escola]. Eu voltei. Eu fiz a 7ª e a 8ª. Terminei a 8ª. Queria continuar, mas já vai pesando né: a idade, filho. E aí já complica tudinho e aquela época eu estava separada do pai dele, mas assim eu sempre gostei de escola. Só não fui mais pra frente por falta de idade por que...

Contudo, em outros trechos de sua fala, ela se mostra grata por poder trabalhar e ter a vida que tem:

[...] eu sempre tive vocação para escola, mas é que não deu certo. Mas eu também não posso reclamar né, graças à Deus estou aqui bem, trabalhando né. É mais difícil né, lógico a gente sabe... se você tem uma profissão, se é formada aí é diferente, mas assim trabalhar de doméstica não é um bicho de sete cabeça eu vejo assim [...]

Isabel diz que não pode reclamar. Estaria essa fala ligada ao trabalho que sempre exerceu? Isto é, ela está acostumada, desde muito nova, a acatar ordens e a não reclamar, por pior que estivesse seu trabalho, tendo que se acostumar a relações hierárquicas onde nunca esteve em posição de mando. Submeter-se, sem reclamar, seria então uma atitude tão enraizada nela, não só pelo fato de ser empregada doméstica, mas também pelo fato de ser mulher. O silêncio e a invisibilidade a que estão submetidos certos segmentos de trabalhadoras as impede até mesmo de reclamar. Não poder reclamar é mais um reflexo da sua conformação com o trabalho subalterno que sempre exerceu e menos uma manifestação de que seguiu um caminho que queria e de que sua vida é boa.

Quando ela pronuncia essa frase, algumas vezes durante a entrevista, estaria ela, assim, como diversas domésticas, vivendo em um tempo anacrônico, o que as leva a avaliar positivamente aquilo que os analistas consideram flagrantemente negativo, como supôs Brites?<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Esse foi o dilema enfrentado por Jurema Brites (2003), no qual ela analisa as relações clientelistas desenvolvidas entre patrões e empregadas domésticas. A autora reflete criticamente sobre o conceito de



Isabel diz que não pode reclamar, indicando que com seu trabalho, por mais que possuísse o desejo de ter estudado e ter tido mais opções dentro do mercado de trabalho, atingiu melhores condições de vida material do que em sua infância.

A partir de sua experiência pessoal, relatando sobre as empregadas que teve ao longo dos anos, Velho (2012) verifica que a maior parte delas só tinha o curso básico, raras vezes, concluído. Apenas uma de suas empregadas domésticas terminou o ensino médio.

Isabel começou a trabalhar quando cursava a quarta série do ensino básico, quando tinha treze anos. Ela teve que interromper os estudos na sexta série do ensino fundamental para poder trabalhar, afinal o horário do colégio conflitava com seu horário de trabalho. O estudo não era uma opção em sua vida: trabalhar era uma necessidade material de sua família e o estudo, um luxo, um sonho. Concluiu o ensino fundamental já adulta e trabalhando em minha casa. Ela mostra em seu relato mágoa e ressentimento<sup>14</sup> por não ter concluído os estudos, em suas palavras, ela tinha “vocação para o estudo e era caprichosa”. Quando lhe pergunto se ela queria ter concluído seus estudos ela responde:

Aí eu gostaria sim, nossa como eu adoro escola, nossa, nossa... os meus cadernos, é por que eu não tenho nenhum caderno hoje pra mostrar nem pros meus filhos por que eu não sei o que aconteceu, por que minha mãe... mas meus cadernos era um capricho de dar gosto. Hoje eu fico vendo a Julia<sup>15</sup> com aqueles caderninhos dela, uns cadernos... a Julia é super caprichosa também com coisas de escola, eu fico lembrando de mim né, nossa... que eu fazia aquela letra redondinha, caderno bonitinho, eu sempre tive vocação pra escola mas é que não deu certo [...].

Isabel menciona mais de uma vez que seus estudos não “deram certo”. Segundo Nietzsche, o ressentido sofre de uma memória reiterada, impedido de se esquecer. Já Kehl acrescenta:

O que ele não pode esquecer? O agravo. Por isso, não pode entregar-se ao fluxo da vida presente. Em Nietzsche, a memória é uma doença. O tempo não pode ser detido; a vontade não pode ‘querer para trás’, isto é, corrigir o curso de suas escolhas passadas. A vida, para Nietzsche, jamais poderia ser esmagada pelas promessas de uma vida futura. [...] O ressentido sofre porque se dá conta de que deixou de viver o que o momento lhe oferecia, [...]. (Kehl, 2015, p. 35).

clientelismo, vislumbrando que desta relação advêm vantagens para ambas as partes contratantes, nelas desvelando-se um sentido propositivo, não um anacronismo político. Com isso, o fato de muitas domésticas avaliarem positivamente sua profissão, com frases como a proferida por Isabel de que “não pode reclamar”, não refletiria o chamado anacronismo político, mas sim uma valoração positiva das próprias trabalhadoras em relação à sua profissão pelo fato de reconhecerem as vantagens que advêm de tal ofício. Contudo, isto não exclui o fato de que muitas podem estar submetidas ao chamado anacronismo político, avaliando positivamente um trabalho que as vezes beira à escravidão.

<sup>14</sup> O ressentimento é uma “categoria do senso comum que nomeia a impossibilidade de se esquecer ou superar um agravo. [...] Trata-se de uma repetição mantida ativamente por aquele que foi ofendido”. (Kehl, 2015, p. 14).

<sup>15</sup> Julia é sua neta mais velha. Filha de seu filho mais velho, Mariel.

No caso de Isabel: “O que o momento oferecia?”

Vê-se, a partir da narrativa, uma criança assoberbada de necessidades: para ajudar a mãe e as irmãs a colocarem comida dentro de casa, teve que trabalhar. Trabalhar como empregada doméstica não foi uma escolha.

As sociedades capitalistas produzem as condições para que grandes contingentes de trabalhadores sejam realmente lançados à margem do campo de possibilidades de inserção, devido a uma ordem extremamente injusta. Não se pode, então, atribuir a eles a responsabilidade pelo prejuízo de que são vítimas (Kehl, 2015, p. 36).

Nas palavras da autora:

Nessas condições em que não se pode separar as verdadeiras vítimas daqueles que são corresponsáveis por seus fracassos, o ressentimento adquire prestígio e convoca identificações e simpatias, e o ressentido sempre encontra motivos para se mostrar coberto de razões em suas queixas (Kehl, 2015, p.36)

Isabel relata que ter parado de estudar foi uma “burrada de sua parte”:

[...] e tipo assim, eu entrava às três na escola. Era um período meio estranho sabe. Entrava às três e saía às sete da noite. Então, eu conseguia trabalhar até duas e meia. Aí aparecia outro [trabalho] ali que ia ganhar mais. Aí a gente largava aquele [trabalho]. Aí eu fui deixando a escola. Foi uma burrada que eu fiz. Meu erro foi esse: parar de estudar. Mas é assim depois de adulta [...].

Vê-se que ela não se vitimiza diante de sua situação de falta de oportunidades. Em momento algum Isabel atribui a responsabilidade por não ter estudado a sua família ou a uma terceira pessoa. O único momento em que atribui essa responsabilidade a alguém é a ela mesma. Percebo culpa em sua fala e em suas expressões. Nesse caso, estaríamos diante de um arrependimento? Como, todavia, atribuir a uma criança de treze anos a responsabilidade pelas escolhas feitas pautadas pelo atendimento de suas necessidades básicas? Ao comparar suas escolhas com aquelas que deveria ou poderia ter feito (poderia ter estudado; deveria ter concluído os estudos e trabalhado ao mesmo tempo), Isabel tenta alcançar algo que vê como inalcançável. O arrependimento, nesse caso, toma a forma de um ressentimento, não contra o outro, mas contra si mesmo, contra os limites humanos de sua condição (Kehl, 2015).

O ressentimento pode ser tratado como sintoma social: seria possível questionar se o ressentimento não seria o efeito produzido em condições de opressão, onde só resta ao indivíduo “debater-se em vão sob o aguilhão da autoridade?” (Kehl, 2015, pág.18). Não

restaria ao ressentido colocar em ação o impulso de reação imediata aos agravos sofridos. Impossibilitado de reação imediata à opressão, o adiamento involuntário da reação, poderia levar à organização de forças e ao amadurecimento de um projeto de retomada de poder ou, poderia transformar-se em ressentimento.

O descrito acima traduz na vida de Isabel ao se observar que ela não pôde seguir sua vontade quando menina. O seu desejo de estudar e terminar a escola teve que ser adiado. O agravo sofrido não foi impedido. Condições externas e extremas, de falta de oportunidades e necessidades, opressoras, obrigaram-na a renunciar ao seu sonho e começar a trabalhar com apenas treze anos. Quando ela fala sobre seus estudos e como gostava de ler e como sua letra era bonita e seus cadernos eram escritos caprichosamente, seus olhos brilham e pode-se ver que o estudo foi um sonho não realizado.

A perda da infância e o trabalho infantil doméstico ferem direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Os artigos 3º a 5º<sup>16</sup> do ECA (1990) são diretamente violados. Tais condições põem, ainda, em risco o desenvolvimento físico, moral, psicológico e social da criança (Alberto e Patriota, 2014).

Dentre as consequências do trabalho infantil doméstico catalogadas por Alberto e Patriota (2014) estão o cansaço, fadiga, sobrecarga e comprometimento das atividades escolares. No caso de Isabel, o comprometimento das atividades escolares teve consequências por toda sua vida, gerando ressentimento e arrependimento, como mencionado.

Ainda, de acordo com a pesquisa empírica desenvolvida por Alberto e Patriota (2014) em duas escolas da rede municipal de ensino da cidade de João Pessoa, na Paraíba, as autoras verificaram a prevalência da raça/etnia afrodescendente no trabalho infantil doméstico. O

---

<sup>16</sup> “Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

resultado obtido no âmbito desta pesquisa reflete o contexto nacional uma vez que “o trabalho infantil doméstico no Brasil é, em sua maioria, composto por negros, que representava 67% das crianças e adolescentes ocupados nessa atividade” (Fnpeti, 2013 *apud* Alberto e Patriota, 2014).

O trabalho infantil e situações nas quais sofreu preconceito por ser negra e condições de trabalho análogas à escravidão foram vivenciadas pela entrevistada com indignação, porém, com resignação:

Isabel – [...] Assim já tive emprego, em casa que eu trabalhei, eu não gosto nem de lembrar [...]

Isabel: -Não eu nunca cheguei a dormir, mas era assim. Era, não vou falar que era um serviço escravo, mas era quase. Teve uma casa que eu trabalhei, que eu tinha uns 15, 16 anos, era uma dentista essa mulher, eu lembro dela até hoje, mas ela era uma pessoa muito estranha sabe. Era ela e o marido só. Ela era dentista e ele era, acho que é ainda não sei, professor aqui na USP. Ele trabalhava na USP. Mas ela assim, não vou falar uma pessoa ruim, mas ela tinha uns sistemas assim, que ela era meio nervosa, vamos se dizer. E quando ela estava de TPM, menina do céu, ela só falta agredir eu. Teve um dia que ela brigou comigo. Teve um dia que ela me xingou. Me chamou de uma porção de coisas, você acredita nisso? E, às vezes, eu aguentava e não falava nada pra minha mãe, sabe. Era aquela coisa assim: vou chegar em casa comentar com a minha mãe pra minha mãe falar assim “não, sai do serviço”. Você sabia que precisava trabalhar. Só que se eu falasse com a minha mãe, sei lá, minha mãe “não está dando certo, sai né”. Então você aguentava, sabe? Mas assim, acho que foi o único emprego que me deixou assim mais triste. Assim não foi uma coisa muito agradável. Aí teve um dia que essa mulher brigou comigo, ela brigou assim de falar as coisas na minha cara “sua negra não sei o que tem nisso”. Eu falei, gente se fosse hoje... Porque hoje você ofender uma pessoa por cor filha, você está ferrada. É crime. Qualquer um sabe disso. E eu ficava quieta, não comentava com a minha mãe. E nisso né, nesse dia que ela brigou comigo, ela me dispensou. Ela dispensou eu. Mas, assim, ela dava aquela... Mas, assim, eu já passei por isso. Ficar naquela coisa de TPM. Mas eu nunca derrubei minha casa, ela uma vez ela pegou uma estante de livros e jogou de cima embaixo sabe, eu ficava até com medo, por que gente essa mulher é louca né. Aí esse dia que ela discutiu comigo ela dispensou eu. Aí ela falou que não queria mais, que não sei o que... Eu falei tudo bem né. Eu vou procurar outro emprego, aí passado acho que uns dias ela se arrependeu né. Ela voltou atrás de mim, voltei a trabalhar com ela. Tudo de novo. Falei vou esquecer tudo o que ela fez né. Mas aí foi, foi... Aí eu fui e desanimei. Não fui mais não. Aí ela começou a ficar atrás de mim, acho que ela [...].

Naquela época, na década de 1970, o trabalho doméstico era regulamentado pela lei 5.859/1972. Antes do advento desta lei, às empregadas domésticas não eram assegurados direitos básicos, como ao salário mínimo e à inclusão previdenciária. Com o advento da referida lei, foram previstos apenas três direitos às domésticas: a) anotação de Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) férias anuais remuneradas de 20 dias úteis; c) inscrição como segurado obrigatório da previdência social.

Contudo, verifica-se, no caso de Isabel, que nem a antiga lei lhe era aplicada, continuando a trabalhar em condições análogas à escravidão: sem ter sua carteira de trabalho

assinada, sem direito a férias, nem inscrita como segurada da previdência social. A limitação à jornada de trabalho e o descanso semanal remunerado não foram assegurados por tal lei, sendo estes assegurados às domésticas apenas em 2013, com a EC.72.

Ainda discorrendo sobre o trabalho infantil realizado na casa da dentista, Isabel atribui algumas situações de exploração extrema à sua falta de instrução e de sua família:

Isabel – [...] Mas foi uma fase que passou né. Aí a gente vai amadurecendo. Mas, assim, a gente não tinha tanta instrução né. Naquele tempo acho que podia até ter empregada que trabalhasse registrada, mas não era obrigatório não. Registrava quem queria. Então acho que não tinha aquela questão de “ô você é obrigado a registrar uma empregada doméstica”. Não tinha isso. Então patrão que não queria, não registrava e acabou. Então a gente precisava trabalhar. A gente trabalhava. Também não tinha quem instrua a gente pra falar nada. Minha mãe, coitada, meia atrasadinha né. Então, mas foi uma fase que passou. Aí eu parei né. A época que eu casei, tive meu filho, aí eu parei de trabalhar. Mas aí depois eu voltei e estou aqui até hoje. Nada, nada já são 18 anos só aqui né.

A concessão de direitos era uma faculdade dos patrões, não era obrigatória a inclusão da doméstica no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço nem a anotação da CTPS. Atribuir “direito trabalhista enquanto faculdade é o mesmo que não o conferir.” (Mesquita, 2014, p. 111).

O trabalho infantil, apesar de ter sido um fato impeditivo para que Isabel continuasse seus estudos, parece ter se transformado ao longo dos anos aos olhos de Isabel. Uma ressignificação de sua vida foi acontecendo, aliada a melhores condições de emprego, tornaram seu trabalho algo essencial em sua vida.

Ela, as irmãs e a mãe tiveram que se sustentar sem a ajuda de um homem, de um pai. O fato de não ter um homem em casa, exercendo o papel de provedor, fez com que elas tivessem que realizar esse papel, visto como essencialmente masculino:

[...] que aí a gente foi crescendo eu e minhas irmãs né, e aí a gente foi tomando conta né aquela responsabilidade da casa ficou pra nós né por que nós eramos 5, então a gente ficou com aquela pressão de trabalhar, que nem se fosse um homem né pra cuidar da casa e assim foi indo até a gente casar tudo. Mas meu pai separou da minha mãe; foi embora e era aquela coisa né, não é que nem hoje que o marido larga a mulher, mas dá a pensão do filho né, meu pai não dava nada pra nós.

Os papéis tanto do feminino quanto do masculino, apesar de um processo de sua relativização estar, aos poucos, ocorrendo no entendimento de Isabel,<sup>17</sup> ainda são muito naturalizados por ela. A naturalização desses papéis leva a mulher a acreditar que não “leva

<sup>17</sup> Em determinado momento da entrevista, ela menciona que o seu cunhado, quando vivo, limpava a casa, e que hoje em dia tais diferenças estão diminuindo.

jeito” para exercer as atividades que os homens exercem, o que a confina ao ambiente doméstico. Por outro lado, os homens nasceram para fazer o que fazem. Construções culturais e sociais de o que uma mulher deve fazer e ser são passadas de geração em geração. Quando Isabel diz que ela e as irmãs tiveram que trabalhar como homens, notei que a ela foi transmitida a ideia de que quem deveria ser o provedor da casa é o homem. Circunstâncias inesperadas, todavia, mudaram isso em sua vida e na de suas irmãs. Apesar disso, é possível notar que Isabel concorda que as mulheres devem exercer as atividades domésticas e que cabe aos homens trabalhar.

Em algumas conversas que tivemos, Isabel comenta que sua nora, mulher de Rafael, não sabe cozinhar e limpar, que fica o dia inteiro em casa, só cuidando de seu segundo neto.<sup>18</sup> Este comentário, todavia, nunca foi feito em relação ao seu filho Rafael, pai de seu neto. Não seria uma obrigação de seu filho homem cuidar da casa, mas sim de sua nora, a mulher.

Os mecanismos internos que moldam nossos desejos e anseios, frutos de construções sociais, são vistos, todavia, como inatos:

[...] mecanismos internos de repressão que modelam nossos desejos, expectativas, anseios e motivações, de forma que algumas opções educacionais ou profissionais tornam-se impensáveis e outras fortemente orientadas ou condicionadas. Por exemplo: foi difícil para as primeiras juízas de futebol e para as primeiras motoristas de táxi imaginarem-se exercendo estas profissões. Por outro lado, o custo interno de optar por profissões como enfermagem ou magistério é relativamente inferior, mesmo que se conheçam as limitações de remuneração e as condições de trabalho destas profissões. Os mecanismos de repressão internos que derivam da autodiscriminação tornam-se tão naturais que, muitas vezes, são interpretados como autodeterminação e não como escolhas pautadas sutilmente pelas normas sociais. (Yannoulas, 2002, p. 18).

Com a Revolução Industrial e o surgimento do sistema capitalista, foi necessário abrir o mercado de trabalho para as mulheres, devido à urgência por mão de obra barata, o que garantiria o lucro. As mulheres passaram então, a acumular uma dupla jornada de trabalho: permaneciam trabalhando dentro de suas casas, afinal não houve modificação do que Yannoulas (2002) chamou de “mecanismos internos de repressão”. Isso significa que o trabalho doméstico permanece visto socialmente como um trabalho que cabe à mulher. A mulher passou, aos poucos, a conquistar espaços de trabalho que, antes, eram privativamente

---

<sup>18</sup> Sua nora morou em sua casa por aproximadamente um ano. Atualmente, como já mencionado, Isabel vive apenas com seu filho, Rafael.

masculinos. O contrário, entretanto, não ocorreu, o homem não passou a realizar tarefas vistas como exclusivamente femininas.<sup>19</sup>

Segundo dados obtidos na pesquisa realizada por Sartor, Siracusa e Neves:

[...] a conciliação [entre trabalho e atividades domésticas] é, primordialmente, responsabilidade das mulheres (Hirata, Kergoat, 2007 Araújo, Sacalon, 2005). Chama atenção que de maneira geral foi mais raro os entrevistados [homens] responderem que chegam ao trabalho muito cansados por conta das tarefas domésticas e menor ainda os homens, ao ponto de zerarem [...]”. (Sartor, Siracusa, Neves, 2019).

A abertura do mercado de trabalho às mulheres foi aos poucos dando oportunidades àquelas mais privilegiadas da sociedade, brancas e de classes econômicas mais elevadas, de concorrerem com os homens; enquanto as mulheres de classes econômicas mais baixas continuaram a exercer atividades domésticas, só que desta vez dentro e fora de suas próprias casas (Dutra, 2008, p. 22).

O fenômeno é assim descrito:

[...] a empregada doméstica, enquanto mulher, compartilha estes mesmos papéis e funções na sua unidade doméstica, mas também se desloca para uma outra, onde exercerá, num trabalho assalariado, as mesmas funções, mas não os mesmos papéis. [Então, nesta relação existe uma] combinação entre uma identidade (um campo de reconhecimento estruturadamente comum) e uma desigualdade social que torna possível o trabalho assalariado da empregada doméstica e sua relação com a patroa (Kofes, 1991, p.11).

Isabel vive em função de seu trabalho doméstico assalariado, realizado na casa de meu pai, e do trabalho doméstico, realizado em sua própria casa.

Ao chegar do trabalho, no final da tarde, inicia-se, em sua casa, mais uma jornada de trabalho. Volta a exercer atividades domésticas: atualmente cozinha para o filho que ainda mora com ela, Rafael, lava a roupa e limpa a casa. Antes, quando Mariel e Paulo, seu filho mais velho e seu filho do meio, ainda moravam com ela, a jornada ao chegar em casa era ainda mais pesada e cansativa, visto que não havia ajuda por parte de seus filhos. Apesar de Isabel se queixar de que eles nunca a ajudaram nos afazeres domésticos, cabendo a ela realizá-los sozinha, ela nunca teve uma atitude materna mais incisiva no sentido de ensiná-los a realizar tais tarefas, afinal esse é um serviço que cabe à mulher, dentro de sua concepção.

---

<sup>19</sup> Não se despreza, aqui, a existência de homens que realizam tarefas domésticas e, mais do que isso, que realizem trabalhos domésticos remunerados. Ocorre que o trabalho doméstico é exercido quase que exclusivamente por mulheres (Dieese, 2013, p. 3), portanto, o recorte de gênero se faz necessário.

Os papéis da mulher e do homem são, então, muito bem delimitados em sua casa. Percebe-se que não há grandes questionamentos a respeito desse papel nem um esforço em tentar modificá-los ou atenuá-los.

Isabel possui uma visão de mundo mais conservadora e tradicional, tanto em relação aos papéis a serem desempenhados pelo homem e pela mulher dentro do âmbito doméstico, quanto em relação ao próprio trabalho doméstico assalariado.

Isabel diz que, para as meninas das gerações atuais, trabalhar como empregada doméstica é mais difícil. Diz que para sua geração, entretanto, trabalhar como empregada doméstica não é “um bicho de sete cabeças”:

Ahh... essa meninada não gosta de fazer nada Alice, cê concorda comigo? Você pega aí uma moça tipo 20 anos, se você falar pra ela “você quer trabalhar de empregada doméstica?” Elas não querem. Sim. Eu não tiro a razão delas. Tem umas que dá preferência a estudar, tudo bem né, mas nem todas estudam. Mas essa profissão de trabalhar assim elas também não querem. Difícil você ver uma moça de vinte e poucos anos ela não quer saber de trabalho assim. Eu não vejo “ah... é um monstro não” [...].

Semelhança é encontrada entre sua fala e a fala de uma das empregadas de Gilberto Velho, Dejanira: “Esta [Dejanira, a empregada doméstica] resistira sempre a indicar uma substituta, pois só recomendaria alguém em quem tivesse plena confiança. Dizia que as novas gerações buscavam outras atividades, diferentes do emprego doméstico” (Velho, 2012, p.18).

De fato, segundo dados do IBGE, o número de empregadas domésticas tem diminuído vertiginosamente, principalmente após a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 72/2013 e de sua regulamentação pela Lei Complementar nº 150/2015.<sup>20</sup> Mas, que outras atividades profissionais as mulheres de baixa renda estão procurando?

A pesquisa não tem como pretensão responder à pergunta se a regulamentação do trabalho doméstico é a causa (ou uma delas) para a diminuição do número de empregadas domésticas com carteira assinada no País. Afinal, os dados coletados para esta pesquisa não permitem generalizações.<sup>21</sup>

A questão da diminuição do número de empregadas domésticas é levantada, todavia, ao longo da entrevista, por Isabel. As mulheres jovens de baixa renda, que antes procuravam o

---

<sup>20</sup> O número de empregadas exercendo a atividade informalmente cresceu significativamente entre 2016 e 2017 (IBGE, 2017).

<sup>21</sup> O termo aqui é empregado “*latu sensu*”, incluindo tanto empregadas domésticas quanto diaristas.



trabalho doméstico tradicional,<sup>22</sup> parecem estar buscando outras atividades, como relata a empregada de Velho (2012).

Por que elas estão em busca de outras atividades? A despeito do questionamento sobre se a regulamentação do trabalho doméstico ter levado muitos patrões a não quererem mais arcar com todos os ônus trabalhistas advindos da nova legislação, o que levaria, conseqüentemente, a uma diminuição no número de empregadas domésticas, considera-se a existência de outros fatores que poderiam implicar na diminuição, como os trazidos por Isabel. Ela relata, em suma, que as meninas não querem trabalhar como domésticas, assim como Dejanira, a empregada de Velho (2012).

Durante a escuta do relato oral de Fernanda, como será analisado à frente, podemos perceber um exemplo daquilo que Isabel e Dejanira relatam, isto é, de uma mulher jovem que tem optado por outras formas de trabalho. O trabalho doméstico tradicional, que antes era visto como uma das únicas alternativas de trabalho para estas mulheres, hoje em dia pode ser conjugado com outras atividades, como a revenda de produtos cosméticos, no caso de Fernanda. O trabalho doméstico não é visto, por esta, como a sua única alternativa. Pelo contrário, dentre uma gama de opções que ela teve, ela escolheu, voluntariamente, o trabalho doméstico e, mais especificamente, ser diarista.

Com isso, vemos uma mudança ocorrida também no campo de possibilidades das mulheres de baixa renda. Isabel fala com convicção quando diz que as meninas das gerações atuais não querem trabalhar como domésticas. Isso significa que, por mais que haja possibilidade de escolha, elas têm preferido se dedicar a outras atividades. Isabel fala, entretanto, em tom de crítica, pelo que noto em suas expressões, vez que valoriza sua profissão. Para ela, o fato de as meninas das gerações atuais não gostarem de realizar serviços domésticos não é uma virtude. Pelo contrário, Isabel acredita que elas deveriam saber limpar e cuidar da casa, assim como sua geração sabe. O serviço doméstico, apesar de inicialmente em sua vida ter sido algo que não foi opcional, atualmente Isabel o enxerga como uma boa alternativa dentre as que têm as gerações atuais.

Novamente tendo por referência comparativa Dejanira, empregada de Gilberto Velho, que foi sua empregada por mais tempo e de idade mais avançada, é possível verificar que ela compartilha da opinião de Isabel:

---

<sup>22</sup> Já nessa passagem me refiro a trabalhar todos os dias na casa dos patrões. A referência é feita à tradicional figura da empregada doméstica, não da diarista.

Deja comentava que poucas jovens atualmente apreciavam o trabalho doméstico. Suas sobrinhas buscavam outros tipos de inserção social, procurando estudar mais para qualificação, mas nenhuma completou o curso superior, [...]. Desistiram por razões financeiras e por outras alternativas no mercado de trabalho, principalmente como comerciárias (Velho, 2012, p. 25)

É possível perceber em Velho (2012) uma mudança geracional entre suas empregadas domésticas: enquanto Dejanira dormia na casa do patrão e voltava para sua própria casa apenas nos finais de semana, Cecília, empregada mais jovem que começou a trabalhar na casa do autor após a aposentadoria da primeira, não pernoitava no trabalho; enquanto a primeira é descrita como alguém mais experiente em seu trabalho, pelo próprio fato de cozinhar muito bem, a segunda “não cozinhasse mal”; enquanto a primeira só cursara o primário, a segunda, mais jovem, completou o segundo grau.

É possível notar, neste caso específico do artigo de Velho, algo que podemos chamar de uma dedicação maior da Dejanira em relação ao trabalho doméstico; enquanto Cecília, claramente, tinha outros anseios. Enquanto a primeira dedicava-se exclusivamente ao trabalho doméstico, a segunda não enxerga sua profissão como um fim em si mesmo e possuía outras metas e sonhos. É o que podemos extrair da seguinte passagem, quando o autor fala de Cecília:

Não cozinhasse mal, lia receitas, mas tinha outras ambições e projetos. Já trabalhara no comércio e em salão de beleza. Não era uma empregada doméstica por vocação ou opção. Depois, mudou-se com a família para outra cidade, na Região dos Lagos, onde seria gerente de uma casa de shows. [...] Enquanto Deja correspondia plenamente ao papel mais tradicional de empregada doméstica, Cecília via essa atividade como passageira e tinha claramente um projeto, nos termos de Schutz (1970 e 1976), de atingir objetivos de ascensão e reconhecimento social. (Velho, 2012, p. 14).

No caso de Isabel, é notável que ela se dedica exclusivamente ao trabalho doméstico e, se fôssemos compará-la com as empregadas de Gilberto Velho, ela certamente seria mais parecida com Dejanira, enquadrando-se no perfil mais tradicional de empregada doméstica, dos tempos de outrora.

Pergunto a Isabel a respeito de suas horas de lazer. Ela balbucia e diz que ao chegar do trabalho para durante meia hora para tomar seu café, ler jornal e assistir TV, para, após, novamente, voltar às tarefas domésticas. Nos finais de semana a sua rotina de serviços domésticos continua em sua casa. Ela diz que acorda, faz seu café e já vai para o serviço.

Ao longo da entrevista, percebe-se que o tempo que ela dedicará a ela mesma e não mais aos seus filhos e às atividades domésticas é sempre visto como algo para ser feito no

futuro, após se aposentar. Falando a respeito de seus planos para quando se aposentar, visto que Isabel está com sessenta anos e está em vias de se aposentar, ela relata:

[...] Aposentar é começar uma nova fase da vida, não é verdade?! Que se começar a fazer coisas que você nunca teve tempo de fazer. Porque a questão é: se casa, cria filhos, cuidar do marido. Então uma boa parte da vida é só isso, é viver pra filho. Quantos anos eu comecei com o mais velho. Levar para o prézinho. Primeira série. Até ele caminhar com as pernas dele sozinho demorou... Mas quando ele começava, aí comecei tudo de novo com o Rafael né. Porque o Rafael tem seis anos de diferença do meu filho do meio. E então é uma boa fase da vida da gente é pra isso né. Cuida de filho. Então acho que chega uma hora que você fala: não, agora é pra mim o negócio né. Eu tenho que pensar em mim, me aposentar, ter meu tempo. Oh, hoje quero fazer isso. Eu vou lá e faço né. Hoje eu vou em tal lugar, fazer tal coisa, hoje vou bater perna o dia inteiro, né verdade?! Você vê tanta senhorinha andando lá pra baixo. Tudo velhinha aposentada né, tá certo né. Tem de ser assim. Mas ficar em casa não fica não. Porque acaba ficando louca minha filha. [...]

Isabel demonstra possuir alguns planos para quando se aposentar e tiver mais tempo livre, para cuidar de si mesma. O cuidado está muito presente em sua vida. Mas o cuidado com o outro. O cuidado para consigo mesma fica em segundo plano, para depois, quando se aposentar.

Isabel costuma fazer muitas sobremesas. Quando pergunto para ela se ela come os doces que prepara, ela diz:

Olha Alice, eu, geralmente, não vou falar pra você que eu não como. Eu experimento só. Porque lá em casa eles gostam muito de doces. Aí eu faço, faço assim, pois não é todas. Quando eu tinha eles pequeno eu fazia. Eu experimento só a pontinha. Semana passada eu fiz torta paulista. O Rafael já estava enchendo meu saco pra mim fazer. E eles adoram sabe, comem. Aí eu vou lá como só a pontinha. Qualquer doce que eu faço em casa como bem pouquinho.

Percebe-se que quando Isabel cozinha, ela cozinha sempre para o outro. Seja em seu trabalho, em minha residência, seja em sua própria casa. Ela gosta de cozinhar. Ela diz que aprendeu a cozinhar na casa de um casal de idosos onde trabalhou quando era jovem. A sua patroa, à época, cozinhava muito bem e ela ficava olhando. Foi assim que aprendeu, pois se interessou em aprender.

Referindo-se à igreja frequentada por seu filho “do meio”, como ela sempre se referiu a Paulo: “Porque eu sou católica né, mas também não vou nem na católica. Não vou em igreja nenhuma até porque meu tempo é curto, mas quem sabe quando eu me aposentar eu arrumo uma igreja para ir né.”

É interessante o fato de Isabel sempre se referir ao filho mais novo pelo seu nome, Rafael. Para falar de seu filho mais velho e de seu segundo filho, entretanto, Mariel e Paulo,

Isabel fala “filho mais velho” e “filho do meio”, respectivamente. Acredito que ela use essas expressões apenas em minha casa, afinal quando eu e meu irmão éramos pequenos, Isabel ficava conosco alguns dias da semana à noite, quando minha mãe e meu pai iam dar aulas.<sup>23</sup> Quando ia cuidar de nós, levava junto seu filho mais novo, Rafael. Com isso, o conhecemos muito bem, pois sempre brincávamos com ele, enquanto Isabel exercia o papel de babá.

Nunca considereei Isabel como sendo uma babá, apesar de ela, durante um período, ter ido semanalmente cuidar de mim e de meu irmão à noite. Nunca a chamamos de babá. Atualmente, todavia, entendo que ela desempenhou esta função.

Durante a entrevista, ela me disse que quando foi trabalhar em nossa casa, estava ciente de que trabalharia em uma casa onde tinham crianças, porém que não se incomodou com o fato:

Você e Ignácio eram pequenos. Mas, assim, foi tranquilo. Não foi aquela coisa “Ah”. Porque tem gente que faz um drama numa casa que tem criança. Eu não vi nada de diferente. Vai da educação da criança né. Eu acho que sua mãe educou bem vocês pra isso, eu falo até hoje lá em casa: Você e Ignácio é muito educadinho. Ignácio tem aquele jeitinho desde criança bonzinho né. Mas é verdade né. Então a gente se apegava à casa.

Embora tenha sido contratada para ser empregada doméstica, Isabel também trabalhou como babá em minha casa. Isso se deve ao fato de a profissão de empregada doméstica estar permeada pela questão da afetividade, afinal o *locus* no qual a profissão é exercida é, por excelência, da vida íntima, “organizada pelo parentesco com relações de afetividade, confiança, fidelidade e intimidade” (Kofes, 1991, p. 236 *apud* Brites, 2000, p.116).

Segundo Brites:

No Brasil, a manutenção adequada desse sistema hierárquico que o serviço doméstico desvela tem sido garantida, em particular, por uma ambiguidade afetiva entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas. Nas negociações de pagamentos extra-salariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade. Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil (Brites, 2000, p. 73/74).

---

<sup>23</sup> Meu pai é professor de economia no Departamento de Engenharia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Minha mãe era professora de Educação Física no Centro Universitário Central Paulista (UNICEP) de São Carlos.

Verifico que nos dias em que Isabel trabalhava como babá em minha casa, trabalhava mais do que oito horas por dia. Contudo, verifico que ela recebia horas extras para ficar cuidando de mim e de meu irmão.

Apesar de eu e meu irmão termos tido uma forte interação com Rafael, filho de Isabel, ao longo de alguns anos, quando éramos crianças, esses laços não se desenvolveram com o restante da família. O que pode ser notado pelo fato de Isabel não se referir, em minha casa, aos seus outros filhos pelos seus nomes próprios. Confesso, inclusive, que sempre confundi os nomes de seus filhos mais velhos.

Segundo Brites:

Se bem que padrões de paternalismo, característico do mundo rural, persistam em muitos setores da vida nas cidades, efetivamente o contato entre as classes mudou. Padrões hoje podem escutar os relatos dos trabalhadores sobre seu cotidiano, entretanto não conhecem pessoalmente suas casas, não sabem quem compõe sua unidade doméstica e não tomam mais seus filhos como afilhados (Brites, 2003, p. 69).

Os laços estabelecidos entre mim, meu irmão e Rafael, quando éramos crianças, não persistiram. Os laços estabelecidos com os filhos mais velhos de Isabel são inexistentes. Chegamos a frequentar a casa de Isabel e, também, a de sua mãe, Maria Conceição, algumas vezes em que minha mãe teve alguma emergência e não tinha com quem nos deixar, quando ficamos na casa dela. Contudo, à medida que fomos crescendo, esse contato direto com a vida familiar de Isabel ficou cada vez mais rarefeito.

Recordo-me de uma época em que éramos realmente bem apegados a Rafael. Eu e meu irmão esperávamos ansiosamente o dia em que Isabel ia ficar como nossa babá à noite para podermos brincar com Rafael. Nos dias em que, por algum motivo, ele não acompanhava a mãe em seu trabalho, ficávamos desapontados.

É interessante notar que, assim como minha mãe não tinha com quem nos deixar (eu e meu irmão), Isabel também não tinha com quem deixar seu filho mais novo Rafael. Seus filhos mais velhos estudavam à noite, devido a isso, Rafael tinha que acompanhar a mãe em seu trabalho para não ficar sozinho em casa. Sei que, apesar de Isabel ser divorciada, o pai de seus filhos sempre os ajudou financeiramente e sempre foi presente na vida deles. Inclusive, o filho mais velho, Mariel, trabalha como garçom com o pai há anos em uma famosa churrascaria da cidade. Apesar da presença do pai, os filhos sempre moraram com a mãe. Esta, portanto, sempre foi a grande encarregada pelo cuidado de seus filhos após o divórcio.

Recordo-me que, de vez em quando, o ex-marido de Isabel ia buscar seu filho em minha casa ao término de sua jornada de trabalho na churrascaria.

Os filhos das empregadas experimentam uma ambivalência frente à situação materna. Muitas vezes, patrões, numa tentativa de atear as desigualdades e a falta de oportunidades, tentam ajudar aproximando o filho da empregada de sua própria família. A grande e difícil questão é que, na maior parte das vezes, o esforço de compensar a desigualdade não consegue se sustentar por muito tempo (Brites, 2017, p. 145).

Com o passar dos anos, eu e meu irmão fomos como que “naturalmente” nos afastando de Rafael. Conforme fomos crescendo e a adolescência foi chegando, passamos a definir mais claramente nossas subjetividades (Brites, 2017) e nossos interesses. Nossos assuntos já não eram os mesmos, muito menos nossos círculos sociais, o que causou este afastamento “natural”.

Transgredir as normas não é possível, as fronteiras de classe seriam como que intransponíveis a partir de certo momento. O que pode gerar uma espécie de ressentimento nos filhos das empregadas domésticas.<sup>24</sup> Eles podem indignar-se com a submissão da mãe. Não acredito que seja o caso de Isabel e de seus filhos, uma vez que quando lhe pergunto a opinião de seus filhos em relação a ela continuar trabalhando apenas dois dias na semana após se aposentar,<sup>25</sup> ela responde: “O meu filho falou, ó mãe, é uma coisa boa. Você não tá velha e estropiada. Meu filho gosta de me catucar né.”

A indignação em relação à submissão da mãe parece ser mais acentuada nas filhas mulheres. Ao morar durante alguns anos no bairro de sua empregada doméstica, a fim de desenvolver sua pesquisa, Brites afirma que muitas jovens do bairro afirmavam, repetidamente, que não iam seguir os passos da mãe. A autora levanta a hipótese de que quando tais jovens entrarem no ciclo de reprodução familiar, acabarão por assumir que o trabalho doméstico, dentre as alternativas disponíveis para as mulheres de baixa renda, não é o pior (Brites, 2017, p. 146).

Ocorre que, com novas oportunidades sendo desveladas às mulheres de baixa renda, muitas realmente não mais se submetem a certos padrões de comportamento. Isso explicaria,

<sup>24</sup> No filme “Que Horas Ela Volta?” de Anna Muylaert, Val, empregada doméstica originária do Recife foi para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Ela residia há muitos anos na casa de seus patrões em São Paulo, sendo considerada como “quase da família”. Apesar disso, ainda realizava suas refeições em uma mesa separada e dormia em um quatinho nos fundos da casa, ficando patente a segregação entre a doméstica e o restante da família. Jéssica, filha de Val, vai para São Paulo para prestar vestibular. Ao chegar à casa dos patrões de sua mãe, para lá residir durante um tempo, passa a criticar fortemente a posição subalterna da empregada, funcionando como elemento de subversão e destabilizador. A jovem ressalta, ainda, a artificialidade daquela estrutura familiar, que Val considera tão natural.

<sup>25</sup> Foi uma proposta feita pelo meu pai, patrão. Muitos patrões têm optado por esta alternativa atualmente.

em certa medida, o que Isabel e Dejanira questionam? Isto é, a diminuição do trabalho doméstico formalizado?<sup>26</sup>

É notório que o trabalho ocupa a maior parte das falas, dos dias e da vida de Isabel. Refiro-me não só ao trabalho assalariado, na função de empregada doméstica, mas também às atividades reprodutivas e não remuneradas realizadas por Isabel em sua própria casa.

Após o desaparecimento da economia de subsistência:

No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. O trabalho reprodutivo continuou sendo pago — embora em valores inferiores — quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres” (Federici, 2017, p.145).

A autora defende que o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares do sistema produtivo capitalista, por ser ele o trabalho que produz a força de trabalho, argumentando, ainda, que a subordinação das mulheres aos homens, no capitalismo, foi decorrente da não remuneração destas, e não pela suposta natureza “improdutiva” do trabalho doméstico. O salário confere, portanto, imenso poder de dominação aos homens trabalhadores, enquanto as mulheres, também trabalhadoras dentro de suas residências, não são remuneradas (Federici, 2017, p. 12).

Isabel gostaria de ter estudado. Isso fica evidente, pois seus olhos brilham quando se recorda da época em que ia para a escola. Porém, as necessidades materiais de sua família não lhe permitiram prosseguir com os estudos, obrigando-a a se dedicar ao trabalho doméstico desde muito menina. Seu trabalho tornou-se então sua vida. Diferentemente de Cecília, empregada de Gilberto Velho, ela não tem outras ambições e projetos de vida, além do emprego doméstico. Com o passar dos anos aprendeu a gostar de seu trabalho:

Mas é gostoso também. Ah eu gosto. Ah Alice eu gosto de trabalhar, sempre trabalhei, foi como falei pra ocê. Comecei muito nova, então a gente vai tomando gosto da coisa né. Então, sei lá. Eu só vou parar a hora que Deus quiser. Que nem eu falei para meus filhos, falei para seu pai, depois que eu trabalhar dois dias aqui, depois que eu me aposentar.

---

<sup>26</sup> Como será visto em capítulo subsequente, Fernanda, diarista pertencente a uma geração mais jovem que a de Isabel e Dejanira, vislumbra diferentes oportunidades de trabalho, tendo, inclusive, exercido diversos outros ofícios ao longo de sua vida. Atualmente, ela conjuga seu trabalho como diarista com o de revendedora, se auto denominando uma micro-empresendedora. Além disso, ela diz expressamente que não se submete a certos padrões hierárquicos que considera opressivos.

Seria possível dizer, todavia, que Isabel e Dejanira seriam empregadas domésticas por vocação, como define Velho (2012). Isto é, elas nasceram para ser empregadas domésticas e são talentosas ou tiveram que se tornar, pois não tinham a sua disposição, quando mais jovens, algumas das outras possibilidades profissionais que as mulheres de baixa renda têm atualmente?<sup>27</sup>

As contradições ficam, por vezes, evidentes nas falas de Isabel, porém, que ser humano não é permeado por contradições e paradoxos? Ao mesmo tempo em que Isabel maldiz o trabalho e aparenta ressentir-se por ter seguido este caminho, no seu dia a dia é uma pessoa alegre e que está sempre sorrindo.<sup>28</sup> Durante nossa entrevista, diz que seu único problema é o cigarro, visto que é fumante há 40 anos.

Noto que ela se orgulha por realizar o seu trabalho da melhor forma possível. O que fica evidente no trecho:

[...] é quer dizer, é pessoas que trabalhou a vida inteira que está acostumada né, por isso que eu falo que essas meninas de hoje, essa geração que está vindo não vai fazer a metade que a gente faz não viu? Você pode ter certeza. Sim. Pode ser que não acabe esse negócio de empregada doméstica. Vai sempre existir. Mas em questão dessa geração de menina nova de 20 anos aí. [...]

Como dito anteriormente, o trabalho é o que ocupa quase que a totalidade de seus dias e de sua vida. Mesmo quando passou a tirar férias, Isabel relata que quando tira férias é o momento quando pode limpar com ainda mais cuidado e zelo a sua casa. Vê-se, portanto, que momentos de descanso e lazer não costumam ser frequentes em sua vida.

Isabel também não vê como positivo “ficar sem fazer nada”, isto é, para ela o trabalho é muito importante, pois a mantém viva e ativa. Algo que pode ser atribuído aos valores da sociedade contemporânea e seu ritmo frenético.

Quando seu cunhado (marido da irmã mais velha) faleceu, Isabel atribuiu a causa de sua morte a dois fatores principais: ele comer muito mal e ter parado de trabalhar.

Então Alice, ele parou e minha irmã mesmo falava, ah porque ele não sai desse sofá, não sei o que. Minha irmã mora ali no Paulistano. Sabe o antigo cartório? Então,

<sup>27</sup> Isabel menciona durante a entrevista que tem notado que as jovens têm preferido realizar outras atividades ou mesmo estudar, realizando cursos de especialização. Como mencionado, assim como Isabel, Dejanira compartilha da mesma percepção. Para corroborar o que elas dizem, Fernanda vem como um ótimo exemplo, vez que ela realizou cursos de manicure, já trabalhou como assistente de dentista, dentre outras atividades que serão oportunamente analisadas.

<sup>28</sup> O bom humor de Isabel pode ter algumas causas. Docilidade, servidão ou os dois? Tal questão será melhor abordada à frente.



minha irmã mora subindo logo ali. E a minha irmã todo dia de manhã, minha irmã ia caminhar lá nesse antigo cartório. Ela dizia, chamava ele pra ir comigo, ele nunca ia. Ah vamos, ocê tá gordo, não sei o que. Vamos caminhar. “Ah eu não vou não”. Diz que ele falava, e não ia. Aí, foi indo, foi indo, até que ele passou mal e não teve jeito, morreu, fia. Mas por quê? Porque parou, parou e não pode né.

Refletindo sobre o significado do trabalho para Isabel, percebi que para ela o trabalho é algo que lhe dá orgulho, mas também é um motivo de ressentimento. Começou a trabalhar, estritamente, por necessidade.

A diferença estabelecida entre labor e trabalho pode ser útil na análise do valor do trabalho na vida de Isabel. Esta diferença remonta à antiguidade clássica. Segundo Arendt (2007), laborar significava ser escravizado pela necessidade. O labor era resultado de um “esforço que não deixasse qualquer vestígio, qualquer monumento, qualquer grande obra digna de ser lembrada” (Arendt, 2007, p. 91). Já o trabalho era ligado às atividades políticas e intelectuais.

Arendt (2009) defende que:

[...]o trabalho – condição humana da mundanidade – consiste na atividade humana correspondente ao artificialismo da existência, não necessariamente contida no ciclo vital biológico do homem. É a atividade de transformar coisas naturais em artificiais. A marca do trabalho, para Arendt, é a violação e a violência no processo de fabricação, já que por meio dele o *homo faber*, construtor do mundo e fabricante das coisas, destrói a natureza.

Em sua relação com a natureza, o *animal laborans* pode ser senhor e amo de todas as criaturas vivas, mas é servo da natureza e da terra. O *homo faber* porta-se como senhor e amo de toda a terra, criando a partir dela, mas destruindo-as. (Arendt, 2009, p.157 *apud* Mesquita, 2015, p. 182).

Na Era Moderna, houve mudança na concepção de trabalho. A inicial diferenciação entre labor e trabalho já não é mais tão clara, devido à valorização de ambos.

Segundo Mesquita:

A sociedade transforma-se em uma sociedade operária, posto que alicerçada no primado do trabalho e voltada para o lucro. Locke sustenta que o trabalho é fonte de toda a propriedade; Smith, de toda a riqueza. A concepção tradicional é revertida, segunda tese de Weber (1985), a partir da reforma ideológica protestante, que propiciou o desenvolvimento do capitalismo burguês do século XIX no ocidente. Pela tradição, o trabalho é enfocado na dor e no esforço, ante a supremacia da vida contemplativa; na modernidade, em sua devoção, graças à ideia de produtividade. (Mesquita, 2015, p.181).

Na Era Moderna, tinha-se a noção, mais bem formulada por Marx de que o trabalho (e não Deus) criou o homem, ou de que o trabalho (e não a razão) distingue o homem dos outros animais. Segundo Marx (2004), toda a chamada história universal é apenas a produção do ser

humano pelo trabalho humano. Esta foi uma das mais persistentes ideias do autor desde sua juventude. Ele vê o trabalho como constitutivo do homem e do mundo objetivo a sua volta, tratando-se da práxis fundamental do ser humano.

Discorrendo a respeito do tema, Mesquita (2015) discorre: “Karl Marx atribui sentido ontológico ao trabalho, já que constitutivo do homem e do mundo objetivo, não se tratando de uma atividade determinada em sua acepção econômica, mas a práxis fundamental e específica da espécie humana.”

O trabalho seria, portanto, atividade essencial dos humanos:

Seria, assim, o trabalho a atividade vital do humano – metabolismo do homem com a natureza, distintiva das atividades vitais de outras espécies - , por meio da qual ele cria a história e a si mesmo, transforma a natureza, produz e reproduz sua existência material, vital e espiritual. Substitui Marx, deste modo, a definição do homem como *animal rationale* por *animal laborans* (Arendt, 2009), compreendendo-o como sujeito ativo de si mesmo. (Mesquita, 2015, p. 181).

A concepção de trabalho é diferente, portanto, em Marx (2004) e em Arendt (2007). Enquanto para o primeiro, o trabalho constitui a essência humana, sendo, com isso, vital a ele, para a segunda, tanto o trabalho, como o labor, são atividades humanas fundamentais à vida *activa*,<sup>29</sup> não sendo intrínseco à espécie, visto que foram construídos culturalmente (Mesquita, 2015).

Quando Isabel se tornou empregada doméstica, muito jovem, era seu ofício de fato um trabalho na acepção utilizada por Marx? Creio que devido ao fato de as necessidades materiais básicas se sobreporem a todo o resto, incluindo ao seu sonho de estudar, o emprego exercido por ela se aproxima do que se pode definir como *labor*, na acepção de Arendt. Muitas vezes, ela ainda o enxerga como possuindo apenas esta acepção.

Conforme mencionado, seu ponto de vista sobre seu trabalho não é unívoco e estático. Ela o enxerga também como algo digno e realiza suas atividades com maestria. Ela menciona que é um ofício que precisa ser aprendido com o tempo.

Mesquita sustenta que:

O valor atribuído ao trabalho (ou ao labor) não deve ser focado no produto produzido, em sua durabilidade ou obsolescência, tampouco no tipo de atividade desenvolvida (atrelada à satisfação das necessidades vitais ou não), mas em sua

<sup>29</sup> Hannah Arendt (2007) descreve a vida *activa*, a qual é constituída de três atividades humanas fundamentais: o labor, o trabalho e a ação (*labor, work and action*). O labor e o trabalho foram acima explicados. A ação, terceira atividade humana fundamental, corresponde à condição humana da pluralidade. É importante distinguir a “condição humana” de “natureza humana”, a primeira é a soma das atividades e das capacidades humanas, não essenciais à “natureza humana”, ou seja, caso uma das primeiras não esteja presente, a existência permanece humana. (Arendt, 2009 *apud* Mesquita, 2015).

origem, a fonte humana, daí a necessidade de adequada deferência, como reflexo da dignidade inerente ao humano (Mesquita, 2015, p. 186).

O trabalho doméstico é um trabalho estigmatizado, por ser composto majoritariamente por mulheres e negras (Dieese, 2013, p.6). Permanece não sendo bem remunerado, apesar dos avanços normativos, em virtude das raízes históricas relacionadas ao passado colonial, sexista e escravocrata do País (Pamplona, 2006, p. 47).

Sobre ele paira todo um pré-conceito que retira sua decência, a qual é inerente a todo e qualquer trabalho humano, seja ou não remunerado. Caso haja reflexão sobre o significado do trabalho para o homem, considerado em sua singularidade, é possível vê-lo como constituinte do ser, para seu “constante auto aprimoramento” e, também, como expressão de sua particularidade humana, como sujeito (Mesquita, 2015, p. 186). Com isso, a autora sustenta que “todos os ofícios devem carregar em si a marca do ‘decente’, já que constituinte da expressão do homem, transmutando os até então preconceituosos signos sociais das ocupações”.

O fato de Isabel não querer parar, não é apenas porque ela precisa trabalhar para suprir suas necessidades básicas como era no início de sua atividade laboral, mas também porque seu trabalho constitui sua identidade há pelo menos quarenta e cinco anos. Isabel tem sessenta anos e trabalhou praticamente a vida inteira como empregada doméstica. Sua subjetividade está desenhada pelo seu ofício. Quando ela diz que seu cunhado faleceu porque parou de trabalhar, seria porque ele perdeu uma parte de si mesmo. Uma parte de sua subjetividade desapareceu (sentimento de valia ou utilidade) e, com isso, adoeceu. É o que Isabel não quer que aconteça com ela.

O lazer, devido ao fato de “nunca parar”, é pouco presente na vida de Isabel. Durante a entrevista, perguntei a ela se havia em algum momento conhecido outras cidades. Ela responde:

Não. Eu lembro uma vez só que eu fui para São Paulo com uma patroa minha, uma mulher que eu trabalhava, um casal de senhorzinho. Ela tinha uma filha que morava em São Paulo, aí uma vez por mês eles iam para lá. Aí teve uma vez que ela pediu para minha mãe. Aí minha mãe deixou né, porque ela já conhecia bem eles. E eu fui com esse casal pra São Paulo. Mas assim, foi a única viagem que eu fiz na minha vida assim, que eu trabalhei. E fui com a patroa né? Porque com meu dinheiro não sobrava. Mas assim, você fala em conhecer outra cidade? Ah, eu já fui... Que ver... Eu já fui pra Holambra naquela excursão. Eu lembro que era pequena. Holambra fica perto de Campinas, você sabe né. Eu fui uma vez pra Ibatinga. Feira de bordados, não sei se você já ouviu falar. Que tem a feira do bordado em Ibatinga. Ibatinga é pra cá, passa Araraquara vai embora por ali né. Tem outro lugar que eu fui também, pera aí. Ah eu falo assim é cidadezinha né. Não é “ahh”. Eu nunca fui lá pra Recife, Rio Grande do Sul... Essas viagens eu nunca fiz. Essas coisas têm de ir

até de avião né. Coisa que jamais eu faço porque morro de medo. E mais assim, eu já fiz. Eu ia muito em excursão. A época que essa minha irmã que está doente hoje estava bem, tinha certa época do ano, era mais final de ano. Tem uma mulher que mora lá perto dela. Essa mulher que gosta de fazer excursão. Por exemplo, você pega um ônibus de viagem aí e vende as passagens pra 30, 40 pessoas; vai pra tal lugar, passa o dia todo. Eu já fiz isso. Nós ia todo ano. Agora que eu parei de ir. Nós fomos pra Cachoeira de Hiena, não sei se ocê conhece.

Isabel fala desses momentos com nostalgia. Ela fez essas pequenas viagens, quando não precisou “ficar no fogão” e pôde parar e cuidar de si mesma, algumas vezes. Esses passeios, realizados quando tinha um momento de lazer, ficaram cada vez mais raros, visto que uma de suas irmãs, que costumava ir com ela, ficou doente e, sua mãe está mais idosa. Quando lhe pergunto se ela tem vontade de viajar novamente, ela responde:

Ah eu gosto, nossa! Eu tenho vontade de voltar em Ibitinga, porque lá é uma feira. Dizem que tudo que é bordado que você pensar tem lá. Até um paninho que você comprar você traz bordadinho. O foco lá é isso daí: bordado. E eu já fui lá quando o Rafael era pequeno. É uma praça, a feira é no meio da praça e ali você acha de tudo: colcha de cama pra comprar, tapete, tudo, tudo que você imaginar tem naquela feira lá. Você passa um dia gostoso, né. Pois só você sair da sua casa, pegar uma estrada, você não ir pro fogão fazer comida, você comer uma comidinha diferente. Mesmo que seja uma coisa simples.

Algo que Isabel não mencionou na entrevista, mas que já a escutei relatar, é o fato de gostar de cozinhar, porém trata-se de uma obrigação. Ter que cozinhar todo dia, “ir para o fogão”, é muitas vezes visto como um suplício. Com isso, realizar as excursões, passando um dia em um lugar novo, comendo algo diferente e que não foi preparado por ela mesma, é algo que a deixou visivelmente feliz.

Quando foi convidada a se recordar de tais momentos, visitando suas memórias, percebe-se que não falava sobre isso há bastante tempo. O sucesso da empreitada de uma entrevista “é alimentar o gosto do depoente por reavivar sua memória”. Lembrar é trabalhar, por isso um depoimento não pode assumir o formato de uma fala preparada artificialmente, nem pode exibir as referências de uma exposição irretocável e bem formatada (Costa, 2008, p.25).

A entrevistada reflete, em momento posterior, a respeito da desvalorização de sua profissão, mostrando-se consciente de que o trabalho doméstico é desvalorizado tanto pelos governantes quanto pela população em geral (Brites, 2000).

Aqui, levanta-se uma reflexão comentada acima: o fato de o trabalho doméstico, exercido pela mulher, diferentemente dos demais tipos de trabalho, não chegar a ser visto sequer como um trabalho. Enquanto o homem tem, historicamente, o papel de provedor do

lar, passando seus dias nos ambientes públicos, trabalhando, a mulher fica em casa cuidando dos filhos e da casa.

Por que as atividades exercidas pelas mulheres dentro do ambiente doméstico, as atividades das “donas de casa” não são vistas como um *real* trabalho; e o trabalho doméstico, após as revoluções feministas, continua sendo tratado de maneira tão diferenciada tanto pela sociedade quanto pelo ordenamento jurídico? O que cria essa separação drástica entre as atividades exercidas pelas mulheres e as atividades exercidas pelos homens?

O trabalho doméstico é um dos mais desvalorizados, social e economicamente, na sociedade atual, conforme dados coletados por Monticelli (2017). De acordo com a autora, as tarefas domésticas são constantemente vinculadas

[...] à atividades desvalorizadas e invisíveis (Araújo, Scalón, 2005; Hirata, Kergoat, 2007), podem também assumir a ideia de humilhação, infelicidade e improdutividade, e deixar as mulheres se sentindo feias, mal arrumadas, cansadas, desgastadas e estressadas, conforme afirmações de mulheres que contratam o serviço doméstico entrevistadas em pesquisa de doutorado (Monticelli, 2017, *apud* Sartor, Siracusa, Neves, 2019, p. 203)

Correia e Biondi (2011, p. 311) afirmam que o trabalho doméstico não gera valor econômico, que é o que interessa ao capitalismo, “o trabalho em si é tratado como não-valor pelo capitalista”.

Daí decorre a diferenciação do trabalho produtivo e do reprodutivo. Segundo Marcus Orione Gonçalves Correia e Pablo Biondi:

Não é crível que qualquer atividade, inclusive a da doméstica, não crie possibilidades para o desenvolvimento da atividade econômica como um todo. No entanto, para fazer crer o contrário, o direito secciona a realidade e faz pensar o âmbito residencial como um lugar infenso à finalidade econômica geral em que a família está inserida. Do ponto de vista prático, a ficção é brilhante, já que, partidos os mundos, não analisada a globalidade do fenômeno, o direito consegue dizer que, no âmbito residencial, na lógica da existência familiar, não há fins econômicos imediatos, portanto o empregado pode ser tratado de forma diferenciada – até mesmo por conta da ausência de um negócio familiar a supor a existência de lucros, suficientes a ensejar a mesma proteção legal que é dada aos demais trabalhadores (Correia, Biondi, 2011, p. 312)

Todavia, é preciso levar em conta que a atividade doméstica realizada pelas mulheres é um dos sustentáculos da sociedade. O que propicia que o homem trabalhe e atue no âmbito público, ou seja, fora de casa, é a própria divisão sexual do trabalho. Enquanto o homem possui o papel de provedor, à mulher cabe cuidar dos filhos e da casa. Quando o homem chega em casa, está tudo muito bem estruturado pela mulher. Ela sustenta o modo como a

sociedade patriarcal funciona, muitas vezes, reproduzindo a divisão sexual do trabalho. O trabalho realizado pelo homem só se torna possível, a partir do momento em que existe uma mulher cuidando dos filhos e da casa.

Como exposto anteriormente, com a abertura do mercado de trabalho para a mulher, principalmente para àquelas pertencentes às camadas mais privilegiadas da sociedade, surge a necessidade de alguém continuar realizando o cuidado com a casa. À empregada doméstica cabe o papel de organizar, limpar e manter a residência enquanto seus patrões estão exercendo um trabalho produtivo. Indiretamente, portanto, pode-se dizer que o trabalho doméstico gera valor econômico, pois se não fosse ele, seus patrões não poderiam estar no mercado de trabalho, gerando valor econômico. Neste sentido, Correia e Biondi:

No caso da trabalhadora doméstica que trabalha para a própria família, e não para o mercado, efetivamente não se produz valor. Isto não significa, porém, que este fato não se comunique com a produção de valor na sociedade. Sustentaremos que, embora indiretamente, o trabalho doméstico concorre para a formação do valor e da mais-valia (Correia e Biondi, 2011, p. 320).

Devido à importância dos serviços domésticos somada a construções socioculturais e históricas do País, ter uma empregada doméstica é algo naturalizado pelos brasileiros. Esta naturalização fortalece o modelo de delegação da divisão sexual do trabalho (Hirata, Kergoat, 2007 *apud* Sartor, Siracusa e Neves). O modelo de delegação da divisão sexual do trabalho<sup>30</sup> confere às domésticas um papel de mediação dos conflitos gerados pela inserção das mulheres mais privilegiadas no mercado de trabalho. Com isso, boa parte das tarefas que antes eram desempenhadas pelas donas de casa, as quais possuíam ínfima participação na vida pública, o que as confinava ao ambiente residencial, são agora delegadas às empregadas domésticas.<sup>31</sup>

Correia e Biondi (2011) elaboram a tese de que “o trabalho gera valor para o capitalista, mas não pode ser considerado, em si mesmo, como um valor, sob pena de inviabilizar a primeira parte da proposição.” Os autores utilizaram o trabalho no âmbito doméstico para a demonstração da tese mencionada. Eles explicam que:

<sup>30</sup> Segundo Hirata e Kergoat, considerando-se que a maioria das pessoas que realizam serviços domésticos são mulheres, delegar o trabalho reprodutivo e desvalorizado para outras mulheres não é a solução para a busca da igualdade entre os gêneros, funcionando apenas como mascaramento e negação (Hirata e Kergoat, 2007 *apud* Sartor, Siracusa e Neves, 2019, p. 215).

<sup>31</sup> Sartor, Siracusa e Nevez (2019, p. 199-217) estabelecem como objetivo de seu trabalho compreender o trabalho do emprego doméstico como mediador das relações e percepções de gênero no cotidiano da vida familiar e do trabalho remunerado. A questão feita pelos autores é: “A presença da empregada doméstica modifica a dinâmica da distribuição de responsabilidade, a concepção de justiça e a conciliação trabalho-família?”.

Quando se diz que o trabalho da empregada doméstica (e o uso no feminino é proposital) coincide com aquele que se realiza no âmbito residencial e sem fins econômicos - e, com isso, promove-se uma intensa diminuição dos direitos dessa categoria -, essa assertiva deve ser vista no contexto da tensão anterior, com prevalência do econômico sobre o jurídico claramente evidenciado – atribuição de não-valor ao trabalho para geração de valor para o capitalista (Correia, Biondi, 2011, p. 312)

Em uma reflexão sobre a peculiaridade do trabalho doméstico, Jesús Albarracín explica:

As mulheres não elaboram a comida diária para trocá-la no mercado e, caso assim fosse, não estaríamos falando de trabalho doméstico, mas de uma atividade mercantil. Por outro lado, se uma mulher faz a comida diária em outra família que não a sua, em troca de um salário, não estamos na presença de um trabalho doméstico, mas de um trabalho assalariado. A característica fundamental do trabalho doméstico é o de ser realizado fora do mercado, não tendo, assim, valor de troca. Com ele, a mulher produz valores de uso que não têm valor de troca, pois estão destinados ao consumo em sua própria família. Nesse sentido, no trabalho doméstico, a relação de uma mulher com seu marido não se origina no mercado, mas na divisão sexual do trabalho. De fato, a relação familiar à que ela está submetida não é uma relação de exploração, já que dela não se extrai mais-valia, mas de opressão (Albarracín, 1999, p.47- 48).

Com isso, nota-se que ao trabalho doméstico não é atribuído valor por este não estar inserido no mercado, isto é, não possuir valor de troca, não circular como uma mercadoria, sendo realizado em âmbito privado.

Uma empregada, ou mesmo um empregado, que trabalham em uma empresa terceirizada de limpeza, tarefa doméstica por excelência, produz valor. Estes empregados produzem valor para si e para sua empregadora (exemplo de Correia, Biondi, 2011, p. 320).

O trabalho pode ser dividido em duas fases: tempo de trabalho necessário (em que o trabalhador produz valor equivalente à sua força de trabalho, que é a mercadoria, valor que lhe será devolvido através do recebimento de salário) e tempo de trabalho excedente, que não é pago no salário. A mais-valia é esse valor excedente, que não vai para o trabalhador, mas sim para o empresário, o capitalista (Marx, 1987, p.22). Segundo o autor, o salário (que equivale à mercadoria “força de trabalho”) é necessário devido ao desgaste físico e mental que sofre o trabalhador, isto é, devido ao caráter perecível da força de trabalho, além de ser necessário para a própria subsistência dele.

O trabalhador precisa, então, repor suas energias para um novo dia de trabalho. Tal reposição de energias se pratica, por óbvio, no ambiente doméstico. Não basta então que o trabalhador tenha a sua disposição alimentos e roupas, por exemplo. Isso porque, obviamente, a comida não se prepara sem alguém que trabalhe para prepará-la nem a roupa se lava sem

que alguém o faça. Tais elementos, todavia, não são considerados no contrato de trabalho firmado entre trabalhador e empregador (Correia, Biondi, 2011, p.321).

As atividades domésticas precisam ser realizadas, de uma forma ou de outra. Alguém exerce esta função, despendendo energias físicas e mentais em sua realização, que, na maioria dos casos, não é remunerada, a despeito de ser uma função essencial para que o trabalhador possa manter sua força de trabalho, que será vendida ao empregador.

Conforme exposto, os trabalhos domésticos, por serem vistos como atividades essencialmente femininas, são atribuídos às mulheres.

É nesse quadro que passa a integrar a pauta de movimentos feministas: “a reivindicação por creches no local de trabalho, por lavanderias e por refeitórios fornecidos pelos empregadores, para que a classe trabalhadora seja poupada de uma obrigação que, segundo a lógica econômica, cabe à classe patronal (Correia, Biondi, 2011, p. 321)”.

Note-se que Isabel somente conseguiu desempenhar a função de babá para conosco, no turno noturno, e incrementando sua renda, já que foi autorizado pelos meus pais que ela levasse Rafael para a nossa residência. Por outro lado, a presença de Rafael propiciou que minha mãe e pai exercem suas atividades produtivas.

Pelo fato de os empregadores resistirem a acolher todas essas reivindicações, isto é, recusam-se a remunerar o trabalho doméstico, o qual é tão necessário para que o trabalhador se mantenha saudável para poder trabalhar e, como consequência, produzir, o trabalho doméstico permanece à margem do mercado e, por consequência, do direito, apesar dos recentes avanços legislativos, os quais, entretanto, não garantem igualdades de condições entre as trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores.

O trabalho doméstico, seja aquele realizado pela mulher do trabalhador, pela empregada doméstica ou pela diarista permanece sendo visto como algo completamente separado do trabalho realizado fora de casa. Não é levado em consideração que o trabalho doméstico é um dos importantes elementos que compõem o valor da força de trabalho do trabalhador. O trabalho doméstico não é incluído no contrato de trabalho firmado entre empregado e patrão por um motivo muito simples: as despesas que este teria com o salário daquele aumentariam muito, o que diminuiria seu lucro.

Não é mero acaso, então, que o trabalho doméstico realizado pela mulher foi e permanece sendo invisibilizado, não sendo, muitas vezes, sequer conceituado como um trabalho. Afinal não é interesse da classe patronal remunerar o trabalho doméstico, que como



dito, é essencial para a manutenção da força de trabalho, visto que caso o fizesse, seus lucros cairiam vertiginosamente.

Não se considera que a mulher está despendendo forças vitais nas atividades domésticas, pelo contrário, afirma-se ser um trabalho que demanda pouco intelectual e fisicamente da pessoa que o exerce, não merecendo, portanto, ser valorizado.

É interessante, portanto, para os empregadores manterem o *status quo*, pois só assim continuarão obtendo grandes níveis de lucro e produtividade, o que permite que o sistema capitalista permaneça em funcionamento. O fenômeno pode ser assim explicado:

Em suma, graças ao trabalho doméstico, o trabalhador pode dedicar mais tempo à produção capitalista e menos tempo para seus afazeres reprodutivos. E quem paga a conta é a mulher, seja ela “dona de casa”, trabalhadora com dupla jornada, ou empregada doméstica. Na última hipótese, inclusive, a própria lei confere menos direitos – coisas como a questão de sua jornada ou o caráter facultativo do FGTS<sup>32</sup>. O argumento para justificar a discriminação destas trabalhadoras é o fato de não se vincularem a uma atividade econômica. Conforme nosso estudo, a falácia vem à tona. Existe um liame entre o trabalho doméstico e o lucro capitalista, e sua explicação só é possível sob a ótica da mais-valia relativa (Correia, Biondi, 2011, p.322).

É nesse contexto de desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico que Isabel relata a diferença de condições de trabalho entre quando começou a trabalhar, muito jovem, e as condições atuais. As melhorias, ainda que tímidas, nas condições de trabalho, tais como remuneração e jornada de trabalho, são por ela relatadas.<sup>33</sup> Nota-se também que à medida que a legislação avançou, Isabel passou a ter mais conhecimento de seus direitos, isto é, na época em que começou a trabalhar como doméstica, nos anos 1970, os direitos garantidos às

---

<sup>32</sup> Deve-se considerar que o artigo em questão foi escrito em 2011, antes, portanto, da EC nº 72/2013 e, da Lei Complementar nº 150/2015 que são alterações legislativas que visam diminuir a desigualdade jurídica das empregadas domésticas em relação aos demais tipos de empregados. Sendo assim, a jornada de trabalho das domésticas passou a ser limitada e o FGTS, obrigatório. Conforme disposto, respectivamente, no artigo 7º, parágrafo único da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 e no artigo 21 da Lei Complementar nº 150/2015: “Artigo 7º, parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social; Artigo 21. É devida a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), na forma do regulamento a ser editado pelo Conselho Curador e pelo agente operador do FGTS, no âmbito de suas competências, conforme disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, inclusive no que tange aos aspectos técnicos de depósitos, saques, devolução de valores e emissão de extratos, entre outros determinados na forma da lei.”

<sup>33</sup> A EC 72 de 2013 alterou a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Dentre as alterações, o salário mínimo para as domésticas passou a ser regulamentado e a jornada de trabalho, limitada. Conforme disposto no referido artigo 7º, parágrafo único da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 transcrito acima.

domésticas eram regidos por uma legislação precária<sup>34</sup>. A Constituição de 1988, em seu parágrafo único, do artigo 7º ampliou o rol de direitos conferidos às domésticas, contudo o tratamento ainda era flagrantemente diferente do tratamento conferido aos empregados regidos pela CLT, visto que dos trinta e quatro direitos previsto aos últimos, apenas nove eram conferidos às empregadas domésticas.

Ao longo dos anos em que trabalhou como doméstica Isabel passou a se conscientizar de seus direitos. À medida que novos direitos foram sendo conferidos às empregadas domésticas, Isabel foi acompanhando alguns desses avanços. É fato que ela teve empregos nos quais compara suas condições de trabalho à de escravidão.

Quando Isabel me diz que houve empregos nos quais trabalhou e que não gosta nem de se lembrar e eu pergunto o porquê, ela me responde:

Ah... era muito antigamente, Alice. Agora não, você vê? Eu acho assim: tem gente que não valoriza muito esse serviço de doméstica. Você vê que nem direitos a gente tinha né. Eu penso assim, trabalhar de doméstica eu vejo assim: é o mesmo que você trabalhar em uma indústria. Você cumpre horário, você faz tudo. Pelo menos quem é responsável né. Você cumpre seus horários sempre está ali fazendo as coisas certas, você não fica pisando na bola com o patrão, né, que isso também é muito ruim. Mas só que não tinha, né. Não tinha, você sabe. A empregada doméstica era só o salário. Antigamente nem registro de carteira tinha, não tinha aquela coisa de férias, décimo terceiro, fundo de garantia. Agora tem tudo certinho. Melhorou. Mas na minha época, que eu comecei a trabalhar novinha, não tinha nada disso.

Isabel levanta um ponto a ser analisado. Quando ela diz que trabalhar como doméstica é o mesmo que trabalhar em uma indústria, afinal as trabalhadoras domésticas, assim como as de uma fábrica, cumprem horário e honram com o seu contrato de trabalho.

Atualmente, com o avanço da legislação trabalhista doméstica no Brasil, principalmente após a ratificação da Convenção Internacional do Trabalho nº 189/2011, a Emenda Constitucional nº 72/2013 e, a Lei Complementar nº 150/2015, as condições de trabalho das empregadas domésticas tendem a ficar cada vez mais parecidas com as condições de trabalho dos trabalhadores regidos pela CLT. Ocorre que, durante muito tempo, o trabalho doméstico foi visto, apesar dos avanços normativos mencionados, como um trabalho secundário, um não trabalho, por não gerar valor econômico.

---

<sup>34</sup> Entre 1947 e 1972 as domésticas tinham seus ofícios regidos pelo Código Civil de 1916. Os serviços por elas prestados eram considerados locação de serviços. O entendimento jurisprudencial e doutrinário naquele momento foi o de que sequer se aplicava o Decreto nº 3.078/41, o qual cuidava da relação empregatícia doméstica, devido a sua falta de regulamentação. Com a CLT, tal decreto foi revogado. Em 1972, a Lei nº 5.859 (regulamentada pelo Decreto nº 71.885/1973) a qual dispõe sobre o emprego doméstico, foi promulgada (Mesquita, 2014).

Porém, para Isabel, como se nota do seu relato, o seu trabalho tem o mesmo valor que os demais trabalhos. Devido a essa igualdade, isto é, tanto em um trabalho doméstico, quanto em um trabalho fabril, emprega-se a força de trabalho para que ele seja realizado; tanto em um trabalho doméstico quanto em um trabalho fabril deve-se “cumprir horário”, ou seja, a jornada de trabalho deve ser cumprida; tanto em um trabalho doméstico, quanto em um trabalho fabril, a empregada ou empregado estão em uma relação de subordinação para com o patrão.

Segundo Brites (2000), em análise sobre o livro *Muchacha...*, o qual sugere que o modo como as atividades são realizadas e controladas dentro das fábricas “configuram relações menos ambíguas do ponto de vista dos antagonismos potenciais entre empregadores e empregados”. A autora adverte que esse raciocínio é frágil por depender de uma visão reduzida do que são as relações de trabalho dentro de um ambiente fabril capitalista, ainda mais quando se considera esta espécie de trabalho em países do terceiro mundo, onde os trabalhadores nunca dispuseram das garantias de um Estado do Bem Estar Social, tal como os trabalhadores do continente europeu (Brites, 2000, p. 50).

Não se nega que o trabalho doméstico possui suas peculiaridades que o torna diferente daqueles trabalhos exercidos fora de casa. Características que Brites denomina de “clientelismo”, isto é, a afetuosidade desenvolvida entre empregada e seus empregadores, fora o fato de o trabalho ser inevitavelmente exercido no ambiente privado da casa dos patrões, são elementos que compõem essa diferenciação. Todavia, defende-se que esta diferenciação não pode ser utilizada como justificativa para se restringir direitos a essa classe de trabalhadoras.

É importante ter em vista que, na maioria dos casos, as empregadas retiram desse sistema mais do que legitimamente é oferecido a elas pelo contrato de trabalho. O que raramente ocorre em trabalhos nos moldes tradicionais capitalistas. De acordo com Brites:

Materialmente desfrutam do trânsito de patrimônio, seja através dos presentes recebidos, seja através dos furtos, lançando mão do mesmo referencial ideológico dos patrões: retiram o melhor proveito da situação. Em troca devolvem-lhes servilidade, prestígio e amizade, completando o círculo de dádiva-dom. Trata-se de uma troca social, como diz Thompson, “desprovida de ilusões”, onde ambos lados estavam obrigados a se mover num “mesmo campo de forças” (Brites, 2003, p. 70).

Apesar de ter por finalidade a igualdade entre trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores, é importante que olhemos os dois lados da moeda, isto é, existem vantagens tanto para a empregada doméstica quanto para os empregadores em um trabalho acordado em

moldes mais informais, porém a sua regulamentação se faz necessária a fim de que direitos legítimos dessa classe de trabalhadoras não sejam violados.

Ao mesmo tempo, percebe-se um aumento da impessoalidade dessas relações, o que nem sempre é visto como positivo pelas empregadas domésticas. Há que se considerar as vantagens e desvantagens dos dois sistemas. Ainda segundo Brites (2003):

As perspectivas “modernas” de participação política repercutem nas relações de trabalho entre patrões e empregados, na atitude, cada vez mais difundida entre os patrões, de que um compromisso contratual, respeitando os princípios legais, define relações mais justas. Muitos patrões bem intencionados (da minha amostra) consideram que, como cumprem devidamente a legislação trabalhista (embora no caso do serviço doméstico ela ainda seja muito precária), estão fazendo sua parte para uma sociedade melhor. E quando suas “funcionárias” não respondem às regras do contrato, relegam seu comportamento ao atavismo, falta de predisposição ao trabalho ou desonestidade. É importante observar que em certa medida o código contratualista exime os patrões de um comprometimento com as diferenças sociais, pois ele retira a desigualdade e a justiça do campo da moral. A igualdade passa a ser prescrita por um contrato (Brites, 2003, p. 73).

A questão levantada por Brites é: “será que as empregadas reconhecem as vantagens dessa nova forma de relação? A experiência de uma empregada no seu embate com o patrão acerca dos direitos trabalhistas pode dar certas indicações do contrário” (Brites, 2003, p. 73).

Ocorre que, os moldes como eram desenhadas as relações empregada doméstica-patrões/patroas/família já não são os mesmos de há cinquenta anos. A opinião de Isabel exprime uma visão dúplice pois, ao mesmo tempo em que é contrária à relatada por Brites, por achar que o trabalho doméstico é igual ao fabril, ou, ao menos, deveria ser, segundo suas palavras, o fato de aceitar brinquedos e utensílios domésticos advindos de minha casa demonstra que ela reconhece os benefícios para as domésticas advindos do “clientelismo”. É inegável que vantagens advêm dessa relação distinta, de afeto, cumplicidade e subordinação entre ela e seu empregador, meu pai, e seus filhos. Há alguns meses, viajei para São Carlos e percebi que meu pai havia trocado de geladeira, a geladeira antiga foi para a casa de Isabel, assim como o fogão antigo.

Brites sustenta que:

Patrões bilingues, como Pilar, parecem, em todo caso, cada vez mais raros. No lugar da troca personalística, do discurso assimétrico do paternalismo, hoje se coloca com mais legitimidade a perspectiva igualitária da cidadania. Nesta perspectiva, a expectativa dos patrões é de encontrarem na empregada não uma amiga leal, mas uma profissional. Desta profissional esperam que cumpra suas funções remuneradas, como a lei estabelece. Mas não questionam que leis são essas, como se determina a remuneração do serviço doméstico, nem esperam que as empregadas desfrutem dos mesmos direitos de igualdade que os patrões. Uma cidadã no cumprimento da legislação, mas com *status* diferenciado (Brites, 2003, p. 76).

Isabel enxerga seu trabalho como qualquer outro: não é por causa de suas peculiaridades que ela, como empregada doméstica, deve receber tratamento diferente daquele que é dispensado aos demais trabalhadores.

Isabel trabalhou com diferentes famílias, em diversas casas ao longo de sua carreira. Como ela relata, trabalhou na maior parte do tempo como empregada doméstica, porém já realizou serviços como diarista, quando era jovem:

Eu já trabalhei de fazer faxina. Você pode até ganhar mais, porque você sabe que vai tirar um dinheiro mais que você tira por mês. Mas é muito cansativo. Você pegar faxina de segunda a sexta. [...] Quando eu fiz faxina eu não tinha meus filhos. Então eu era nova e eu trabalhava todo dia.

Dentre as várias casas onde trabalhou, tanto como doméstica quanto diarista, ela relata brevemente as que considera mais marcantes, onde trabalhou como doméstica.<sup>35</sup>

A respeito da conferência de direitos às trabalhadoras, percebe-se avanço em relação às domésticas. Todavia, as diaristas ficaram de fora desse avanço normativo.

Isabel já trabalhou como diarista. Pergunto a ela o que acha a respeito de trabalhar como diarista. Uma vez que ela trabalhou por pouco tempo como faxineira, visto que sempre preferiu trabalhar como empregada doméstica, ela utiliza o exemplo de Maria para falar sobre o trabalho como diarista. Maria é a diarista que trabalhou durante alguns anos em minha casa.<sup>36</sup> Ela ia fazer faxina a cada quinze dias para auxiliar Isabel com a limpeza mais pesada. Nas palavras de Isabel:

Ah então eu falei pra ocê. A Maria ela sempre comentava comigo. Uma vez eu até perguntei: “Maria porque você não pega um trabalho por mês né, porque a faxina é um trabalho cansativo.” Ela dizia: “ah não, cada dia estou em um lugar”. Ela tinha uma pessoa diferente. No caso dela, ela gosta, você vê que ela gosta. Eu, pra mim, eu já não queria. Eu já trabalhei de fazer faxina. Você pode até ganhar mais, porque você sabe que vai tirar um dinheiro a mais que você tira por mês. Mas é muito cansativo. Você pegar faxina de segunda a sexta. Lembra que eu comentei com você,<sup>37</sup> aqui eu vou dividindo, uma semana eu limpo bem aqui. Vou fazendo assim. Isso não cansa muito a gente. Agora você vai pra uma casa que você chega 8 horas

<sup>35</sup> Mencionei ao longo deste capítulo as casas das quais Isabel se recorda melhor e que foram mais marcantes para ela.

<sup>36</sup> Lembro-me do motivo pelo qual meus pais decidiram pagar uma diarista para fazer faxina a cada quinze dias em nossa casa: Isabel começara a envelhecer e ficar cansada para realizar a limpeza da casa e cuidar de um ambiente familiar. Contudo, após o falecimento de minha mãe e o fato de eu e meu irmão termos nos mudado de cidades para estudar e meu pai ter ficado sozinho, portanto, os serviços de Maria já não se faziam mais tão necessários.

<sup>37</sup> Isabel havia me dito, que preferia trabalhar como empregada doméstica, pois dessa forma ela pode controlar melhor seus afazeres. Verifico que ela já tem uma rotina bem estabelecida em minha casa, já sabe muito bem o que e como fazer. Pode, de certa forma, ser sua própria chefe.

da manhã você sabe que você vai ter de enfiar o pau pra limpar tudo. Porque é uma faxina né. Já pensou? Todo dia isso? É bastante. Mas tem gente que não acha né. Porque eu vejo aqui, oh, quando eu vou pegar o ônibus a tarde bastante mulher aí que não digo nem que é faxina. Porque é assim, é dois dias por semana. Oh, tem uma que trabalha aqui atrás da rua da Silvana, ela vem dia de terça e quinta. Segunda, quarta e sexta ela vai pra outro lugar naqueles condomínios lá dentro da Miguel Petrôni, é chique ali né. Ela vai pra lá. E tem outros lugares aí que ela não falou o nome, mas eu sei que ela vai também. Então ela tem fixo esse aqui que é de dois dias (terça e quinta), mas a segunda, quarta e sexta, vai pra outro lugar. Tem gente que gosta né. Eu já prefiro tá do jeito que eu tô, né Alice. E olha eu penso assim oh: “ah hoje eu quero limpar o quarto do Ignácio”. [...]

Da fala de Isabel, percebo que ela tem uma clara preferência em trabalhar como empregada doméstica do que como diarista. Apesar de reconhecer que se pode ganhar mais dinheiro trabalhando como diarista, ela diz expressamente que prefere ser empregada doméstica. Essa preferência se dá em razão de dois fatores principais levantados por ela: poder administrar melhor seu trabalho e ser menos cansativo. O fato de ela poder “dividir” seus serviços domésticos, pois, por exemplo, uma semana limpa um cômodo e em outra semana limpa outro, é visto como uma vantagem. Além disso, estar sempre na mesma casa traz para ela uma autonomia que ela considera que o serviço como diarista não trará.

Em relação à autonomia, Isabel diz:

Por exemplo, hoje eu quero limpar o quarto do Ignácio. Bem, não vai dá tempo, amanhã eu vou tá aqui de novo, amanhã eu faço. Eu penso assim. Então, eu não preciso ficar correndo, aquelas coisa se desgastando, porque eu acho que é mais complicado né.

A liberdade de não precisar limpar a casa inteira em um só dia e poder administrar quando e como realizará seu serviço são vantagens vistas por Isabel no trabalho doméstico.

Suponho<sup>38</sup> que esta autonomia tenha aumentado com o falecimento de minha mãe, o qual ocorreu em fevereiro de 2014. Há que se considerar que, mesmo com todas as modificações e transformações das sociedades contemporâneas, a gestão do trabalho doméstico, em geral, permanece sob a responsabilidade das mulheres (Sartor, Siracusa, Neves, 2019). A responsável pela contratação de uma empregada doméstica ou diarista, em grande parte dos casos, é a mulher. É ela que dispensa a “carga mental” na gestão do lar.

Verifica-se que, contemporaneamente, mesmo com a entrada cada vez maior de mulheres nas carreiras profissionais consideradas masculinas, a divisão sexual do trabalho

---

<sup>38</sup> É importante destacar que se trata apenas de uma suposição da minha parte, pois não indaguei a questão a Isabel durante a nossa entrevista, pelo fato de não querer colocá-la em uma posição desconfortável. É preciso compreender que a pergunta poderia constrangê-la, visto que responder afirmativamente poderia levá-la a pensar que eu ficaria chateada ou mesmo aborrecida.

permanece marcante, uma vez que o cuidado e as tarefas domésticas estão no âmbito privado e sob responsabilidade das mulheres, tanto na execução, como na gerência (Sartor, Siracusa, Neves, 2019, p.207).

A “separação estabelecida entre aquelas que executam estas atividades torna-se ainda mais desigual, confrontando uma situação de desigualdade social baseada na raça e na origem” (Sartor, Siracusa, Neves, 2019, p. 207). Há, portanto, a recriação e perpetuação de desigualdades mascaradas por soluções de delegação a outrem.<sup>39</sup> A precarização e a desigualdade se dão, portanto, tanto entre as próprias mulheres quanto nas relações étnicas:

O que torna mais interessante o entendimento deste processo que conjuga uma série de questões relacionadas ao gênero, raça e classe é perceber o pouco avanço da distribuição das tarefas e de responsabilidades neste processo, ou seja, a participação dos homens e do Estado. No que tange ao envolvimento com a manutenção e reprodução da vida, os homens ainda não internalizaram o suficiente a necessidade de assunção própria desta responsabilidade no âmbito privado e, no caso do Estado, cabe lembrar que a proposição de políticas públicas do cuidado para dependentes retira do ambiente doméstico a única e exclusiva saída para a sua manutenção e reprodução (Sartor, Siracusa, Neves, 2019, p. 208).

Quando minha mãe era viva, recordo-me que ela sempre dava instruções à Isabel do que preparar no almoço, como limpar a casa, quando realizar determinada tarefa doméstica ou quando não a realizar. Não tendo a presença da patroa em casa, é notável que a autonomia de Isabel tenha aumentado.

Velho (2012) relata sua estranheza em ter que lidar com a contratação de uma nova empregada após seu divórcio. Estranheza semelhante à experienciada por meu pai em relação aos serviços domésticos, por não haver mais a presença de minha mãe lidando com a gestão do lar. Não é comum ao homem exercer a função de administrador da casa. A partir do momento em que não há uma patroa controlando o serviço da doméstica, isto é, que elas trabalham apenas para homens, sua função de cuidado e de administradora aumentam, o que confere a elas maior liberdade e autonomia.

Atualmente, meu pai mora sozinho na casa em que antes vivíamos eu, meu irmão, minha mãe e ele. Costumo ir pouco a São Carlos devido à distância do Rio de Janeiro, cidade onde moro. Meu irmão hoje vive em Ribeirão Preto, cidade próxima a São Carlos, no interior

---

<sup>39</sup> Retratando fielmente boa parte dos lares brasileiros que contam com a presença do serviço doméstico, no filme “Que Horas ela Volta”, de Anna Muylaert, à personagem Val, empregada doméstica, cabe a função de cuidar do filho de sua patroa. Val é muito querida e amada por Fabinho, filho dos patrões, que a considera uma segunda mãe. Pode-se dizer que ele tem uma relação de carinho e cuidado muito maior para com Val do que para com sua própria mãe.

de São Paulo, todavia, vai para lá mais ou menos duas vezes por mês, geralmente nos finais de semana, quando Isabel está de folga.

Assim como Velho (2012), meu pai tem, então, que administrar a casa. Contudo, a administração do lar ele delega a Isabel. A atividade de gestão da casa cabia, antes, a minha mãe; agora, a Isabel. Esta mudança fica implícita em algumas falas de Isabel. Quando ela se refere a algum evento que tenha ocorrido quando minha mãe era viva, é a ela que se refere como patroa, o que expressa a menor ou diminuta presença do meu pai comandando tarefas domésticas naquela época:

[...] lembra quando eu comecei a trabalhar com a sua mãe, eu voltei eu terminei pelo menos a 8ª série. Eu terminei indo à noite né. Trabalhava já com a sua mãe durante o dia e, à noite, eu ia. Eu voltei. Eu fiz a 7ª e a 8ª. Terminei a 8ª, queria continuar mas [...].

Após o falecimento de minha mãe, Isabel passa a se referir ao meu pai como patrão, e, com isso, sua autonomia aumenta visivelmente, pois pode passar a tomar certas decisões sem ter que o consultar, visto que ele teve que aprender, com a própria Isabel, diversas coisas sobre o funcionamento da casa. Exemplo disso é quando estamos conversando sobre o preparo das refeições e o que Isabel gosta de comer. Enquanto, antes quem dizia o que deveria ser feito para o almoço era minha mãe, atualmente, Isabel passa a ter liberdade para escolher o que preparar:

Por exemplo, frango frito é gostoso. Um frango frito, que às vezes eu faço para seu pai e para Ignácio aqui. Só que eu evito de come porque eu sei que, eu até como, mas sei que meu estômago vai ficar queimando. Mandioca frita eu como, mas sei que me faz mal. Às vezes eu como um pedacinho, coisas com molho também, tipo um macarrão com molho alguma coisa assim. Eu sinto. Mas eu já tive esse problema de gastrite, essas coisa de fritura, molho. Então não me cai bem. Assim, eu evito. Eu sei que faz mal, eu evito. Mas tem gente que sabe que faz mal e come né. Gente teimosa, mas essas coisas assim eu evito. Mas a minha comida é simples de tudo. É até prática né, é salada, legumes. Carne eu, de vez em quando faço um bife para seu pai. Eu como um pedacinho, mas eu corto bem fininho pra mim. Porque seu pai gosta demais. Eu não gosto de carne daquele jeito. Assim, a gente precisa. Diz que nosso organismo necessita de comer a carne, não digo todo dia né. A carne vermelha. Mas faz tanto tempo que você não come. [...]

Propostas e ajustes que antes seriam, provavelmente, feitas pela patroa, minha mãe, passaram a ser feitas pelo meu pai. Como mencionado, Isabel está em vias de se aposentar. Meu pai, então, propôs que ela continue a trabalhar apenas dois dias por semana:

[...] Eu quero mais é como eu falei pra você. Seu pai ofereceu uma proposta pra mim e tal, e até preciso me acertar com ele certinho. Trabalhar só dois dias por semana.



Então é uma coisa boa não é verdade?! Eu não vou me sobrecarregar, “a semana inteira eu tenho compromisso”: não. E vai ser bom porque não vai ser uma coisa cansativa né? E eu também não vou ficar parada dentro de casa porque é uma coisa que eu também não gosto, sabe, aquele negócio de ficar muito tempo em casa assim não é muito comigo não. Eu gosto mais de ficar saindo mermo. Vê gente e bate papo né. É tão bom isso, né. [...]

A vivência de meu pai, em muito se assemelha com a vivência de Velho (2012). Este, após sua separação, passou a ter que exercer funções de delegação que antes eram exercidas por sua esposa. Contudo, tais funções não são exercidas com a mesma intensidade que eram antes exercidas pela patroa, visto que a tradicional divisão sexual do trabalho afasta muito o homem desse papel. Na verdade, Gilberto Velho teve que se incumbir das tarefas de gestão doméstica, na qual se inclui a contratação de empregada, após a aposentadoria de Dejanira, “doméstica por vocação”, a quem recaiu durante muito tempo a gestão do lar após o divórcio do autor. Provavelmente, meu pai terá que assumir maiores tarefas de administração doméstica com a aposentadoria de Isabel.

Devido ao fato de os homens estarem muito pouco acostumados a assumir referido papel, muitas empregadas domésticas veem os patrões solteiros, divorciados, viúvos, como “bons patrões”, uma vez que podem desfrutar de maior autonomia e liberdade em seus trabalhos:

Um aspecto fundamental era a minha condição de homem divorciado, vivendo só. Se, de um lado, eu poderia ser considerado um “bom patrão” por essas características, de outro, fazia com que dependesse basicamente da experiência e conselhos de mulheres, fossem amigas e conhecidas ou fossem profissionalmente reconhecidas, como Ana (Velho, 2012, p. 15).

Além disso, outro aspecto a ser destacado é que as tarefas domésticas estão ligadas aos cuidados com o outro. O cuidado com o outro, tanto com meu pai e com o restante de nossa família, me incluindo, inclusive, quanto o cuidado com sua própria família, isto é, seus filhos e netos, é uma característica que perpassa toda a entrevista com Isabel. O cuidado, característica atribuída às mulheres, passou a ser em parte desenvolvido por Isabel, em minha casa, que hoje em dia é a mulher que está mais presente na casa. Reparo, durante a entrevista, que Isabel procura sempre deixar as coisas como meu pai gosta. Como exemplo, cito a alimentação, novamente. Isabel já sabe o que ele gosta de comer, não é preciso, então, perguntar a ele o que preparar. Ela, autonomamente, já sabe o que fazer. O ato de cozinhar é uma atividade doméstica que pode ser confundida com atividade de cuidado (Sartor, Siracusa, Neves, 2019).

A responsabilidade que acaba recaindo sobre a empregada doméstica após uma separação, divórcio ou falecimento da patroa, abrange tanto a maior autonomia que ela passa a ter como um maior dever de cuidado para com o patrão, além da “carga mental” de gerir a casa. Como retrata Velho (2012, p.13): “Assim, nos primeiros três anos e pouco, Deja trabalhou para nós, um jovem casal de professores universitários. Depois de nossa separação, em 1976, ficou comigo, tomando conta não só da casa, mas do próprio patrão”.

As vantagens relatadas por Isabel em trabalhar como empregada doméstica em relação a trabalhar como diarista são expressões da autonomia que ela possui nesse trabalho. Em uma conversa com meu pai a respeito do trabalho de Isabel, meu pai relatou como Isabel tem seu próprio jeito de organizar e dividir suas atividades. Relatou também que não gosta de interferir, pois repara que Isabel não gosta quando algo é alterado em sua rotina de serviços domésticos. Somado a isso, ela considera a faxina como algo muito cansativo e desgastante. Já trabalhou como faxineira quando mais nova:

Eu já trabalhei. Mas, eu, na época, também era nova né. Quando eu fiz faxina eu não tinha meus filhos. Então eu era nova e eu trabalhava todo dia. Mas que nem eu vejo no caso da Maria. Maria é mais velha. Maria já tem 61 anos e como ela aguenta... Mas tem gente que gosta né, tem gente que não vê por esse lado. Mas é cansativo é a faxina. Você pegar tudo num dia, fazer tudo num dia e todo dia.

É interessante observar que Fernanda, como será mais bem analisado no próximo capítulo, prefere trabalhar como diarista pelo mesmo motivo que Isabel escolheu ser doméstica: a autonomia.

Com isso, vemos que, ao contrário do que foi inicialmente levantado como hipótese desta pesquisa, a autonomia não é estrita e unicamente ligada à profissão de diarista, pelo contrário, ela ocorre também no emprego doméstico.<sup>40</sup> Isso depende, então, dos sujeitos que fazem parte dessa relação.

Além disso, é possível dizer que dentro do campo de opções que se desvelam para essas mulheres, cada uma delas, devido a sua subjetividade e as suas experiências de vida, optam pelo trabalho doméstico ou por ser diarista por motivos diferentes. Isabel menciona que Maria prefere trabalhar como faxineira, pois “cada dia está em um lugar diferente”, gosta de conviver com diversos tipos de pessoas e mudar de ambiente todos os dias.

Frise-se que, infelizmente, não consegui contatar Maria para realizar uma entrevista com ela e entender melhor a sua escolha profissional. É interessante notar que, para além do

---

<sup>40</sup> Nesse trecho me refiro ao emprego doméstico *stricto sensu*.

imaginário do senso comum, as escolhas realizadas por essas mulheres entre trabalhar como domésticas ou como diaristas vão além de única e exclusivamente da questão financeira.

Isabel sustenta sua escolha, pautada em sua experiência de vida, isto é, o que viveu em todas as casas nas quais trabalhou, em seus sonhos, em sua própria personalidade e subjetividade. Seria romantismo, todavia, negar que o seu contexto social teve grande influência em sua vida, contudo não seria correto supor que os dominados são massa amorfa, apenas reproduzindo pensamento, consumo e valores dominantes (Brites, 2017, p. 135), sendo seu destino pré-determinado pelos valores dominantes.

## **2.2 Fernanda**

Maria José Fernandes Mendonça, Fernanda (como é chamada), tem quarenta anos e mora no Rio de Janeiro há dezenove. É natural de uma pequena cidade no interior da Paraíba, chamada Itatuba, onde nasceu. É mãe de dois filhos, o mais velho, Denis, permaneceu no Nordeste e hoje tem vinte e dois anos; a mais nova, Ana Júlia, tem treze anos e mora com ela e seu companheiro, pai da menina. Fernanda e sua família moram em uma comunidade no Rio de Janeiro chamada Caju, possuem casa própria, o que é motivo de muito orgulho para ela e seu marido. Este é natural também da Paraíba, porém não de Itatuba. Os dois conheceram-se no Rio de Janeiro. Atualmente, João, seu marido, trabalha em grandes obras, porém, já trabalhou como porteiro.

Quando iniciamos a nossa conversa,<sup>41</sup> percebi que Fernanda tinha uma expressão de impaciência. Penso que, em realidade, ela estava bem nervosa com a entrevista. A entrevista foi feita em minha casa. Perguntei a ela como preferia que a entrevista fosse realizada, visto que Isabel preferiu realizá-la enquanto trabalhava. Tentei deixá-la o mais à vontade possível, apesar de saber que havia um desconforto pelo fato de a entrevista estar sendo realizada em um dos seus locais de trabalho.

Diferentemente de Isabel, Fernanda parecia mais desconfiada. Apesar de eu e Fernanda termos uma relação de contratante e contratada relativamente próxima, pois ela trabalha há seis anos na casa de minha tia,<sup>42</sup> não a conheço a tantos anos quanto conheço Isabel, além da relação de afetividade ser mais tênue. Isabel acompanhou meu crescimento,

---

<sup>41</sup> Comuniquei tanto para Fernanda quanto para Isabel que nossas entrevistas não seguiriam o modelo clássico destas, isto é, com perguntas previamente formuladas e respostas rápidas. Disse a elas, ao contrário, que seria uma conversa, momento no qual elas poderiam se sentir à vontade para me contarem de suas vidas e trabalhos.

<sup>42</sup> Morei na casa de minha tia durante um mês, no ano de 2016, época em que Fernanda já trabalhava lá. Portanto, a relação entre minha tia, sua família e Fernanda é muito mais forte do que entre mim e ela.

portanto, temos uma proximidade muito maior. Pude notar a diferença entre o início das duas entrevistas. Isabel parecia estar mais aberta àquela experiência do que Fernanda, apesar da inicial timidez de Isabel. Acredito que isso se deve também pelo fato de Fernanda morar em uma cidade grande e a vida nos grandes centros urbanos ser muito mais acelerada. É mais tranquilo para Isabel “parar” no meio do dia, do que para Fernanda. Além disso, após entrevistá-la, Fernanda ainda teria que limpar metade de meu apartamento, visto que a entrevista foi marcada para um dia em que ela foi fazer faxina em minha casa. Enquanto Isabel poderia dividir suas tarefas em mais dias, como ela mesma menciona, Fernanda teria que faxinar o apartamento inteiro em um dia. Devido a isso, até mesmo perguntei à Fernanda se ela não preferia realizar a entrevista após o trabalho, porém ela preferiu realizar no meio do dia. Com isso, pude notar que, no início, Fernanda não queria “perder” muito tempo com a entrevista, talvez por isso estivesse um pouco impaciente.

Uma vez que Fernanda não tinha preferência em como realizar a entrevista, convidei-a para sentar-se à mesa da sala de jantar. Ao nos sentarmos, não senti seu desconforto. Ela me perguntou quantas perguntas eu faria, respondi que seria uma conversa. Que a deixaria falar o que quisesse e eu faria algumas poucas perguntas, conforme ela fosse me relatando sua história de vida. Ela se espantou. Não entendeu por que eu gostaria de saber a respeito de sua vida. Senti que ela se sentiu invadida, inclusive. Imagino que quando eu lhe perguntei se poderia entrevistá-la e, disse-lhe que esta seria mais uma conversa do que uma entrevista propriamente dita, ela tenha imaginado que eu faria perguntas estritamente relacionadas ao seu trabalho.

Gomes (2008, p. 8) relata que as reações de sua família (objeto de sua tese)<sup>43</sup> foram as mais díspares em torno dos sentidos de sua pesquisa. Tais reações variavam desde o desconhecimento total do que é etnografia, na maioria dos casos, até a discussão sobre os procedimentos empregados e a leitura crítica dos textos. Ao contrário da autora, não sou cientista social, nem realizo uma etnografia, todavia busco compreender as vidas de minhas entrevistadas a partir de suas identificações como empregadas domésticas, todavia, meu campo de análise se expande para além do direito. Portanto, muitas vezes, certo estranhamento é exteriorizado em relação ao tema, como foi o caso de Fernanda, ao se espantar por eu querer saber sua história de vida que transcende apenas sua vida profissional.

---

<sup>43</sup> O tema da pesquisa da referida autora são as mudanças (tensões e acomodações) provenientes do pluralismo religioso na esfera familiar em camadas populares. A autora relata as dificuldades e limitações de expor tal tema a sua família, a qual possui diversos seguimentos religiosos.

O desconforto se iniciou quando eu comecei a gravar a entrevista. Antes de ligar o gravador do celular percebi seu nervosismo e um pouco de impaciência. Porém, ao ligar o gravador, percebi sua timidez e, o desconforto pairou sobre nós de vez.

Perguntei à Fernanda como ela veio para o Rio de Janeiro. Ela me relata que veio de João Pessoa, pois saiu muito nova da casa de sua mãe em Itatuba, cidade no interior da Paraíba, para trabalhar, primeiro em Campina Grande e, depois, na capital da Paraíba. Chegou ao Rio de Janeiro por meio de uma amiga que aqui residia e que, portanto, arrumaria um trabalho para ela na cidade. Fernanda relata que queria muito vir para o Rio de Janeiro, pois aqui seria mais fácil de conseguir um emprego que a remunerasse melhor do que na Paraíba.

Eu sou de uma cidadezinha pequeninha da Paraíba. O nome, cidade que se chama Itatuba. Eu vim para cá através de uma amiga. Uma amiga minha que trabalhava aqui. E eu trabalhava lá. Eu era doida para vim para cá, porque a vida lá não é tão fácil como aqui em termo de ganhar dinheiro e tal. E aí ela trabalhava aqui. Ficou de arrumar um trabalho para mim e eu vim através dela. Eu vim direto pro trabalho.

Pergunto a ela como era sua vida na Paraíba e sobre seus pais e irmãos. Fernanda me conta que seus pais são separados há muitos anos e que é a sétima dentre oito filhos.

Assim como na família de Isabel, a falta de oportunidades foi presente. Fernanda possui quatro irmãs e três irmãos. Relata que todas as irmãs foram trabalhar como domésticas e todos os irmãos, à exceção de um, trabalham com serviços vistos como subalternos:

Alice: E suas irmãs e irmãos foram no mesmo caminho? Suas irmãs, principalmente, elas foram trabalhar como domésticas também?

Fernanda: Sim. Sim. Ainda hoje trabalham. Eu tenho só dois irmãos. Três irmãos. Um mora aqui, que trabalha no prédio como porteiro. Tenho outro em São Paulo, que falar a verdade nem sei em que ele trabalha hoje, mas até onde eu sabia, trabalhava em padaria, uma coisa assim. E o outro que mora lá em João Pessoa que trabalha pra um governador. Esse é o que vive mais ou menos diferente da gente. Que não trabalha nessa área assim, sabe?

Fernanda não falou de todos os seus irmãos e irmãs. Segundo seu relato, a maioria deles fez o mesmo que ela, isto é, vieram para os grandes centros urbanos do Sudeste, isto é, Rio de Janeiro e São Paulo, em busca de melhores oportunidades financeiras.

Ao relatar sua experiência com Zilda, empregada doméstica que, assim como Fernanda, é originária do interior da Paraíba, Velho (2012) descreve brevemente algo que parece ser comum nos grandes centros urbanos: “Entendi que eram frequentes essas viagens de sua família entre o Rio e Campina Grande, na Paraíba, com deslocamentos e idas e vindas de pessoas de várias gerações.”.

Um fator diferenciador existente entre Isabel e Fernanda é o fato de terem nascido em diferentes regiões do País. Enquanto a primeira é originária do interior de São Paulo, no Sudeste do País, lá permanecendo por toda sua vida, não tendo se deslocado para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades de emprego, a segunda é do interior da Paraíba, na região Nordeste, precisando migrar, primeiramente, para cidades de maior porte dentro de seu próprio Estado e, após, para a região Sudeste em busca de empregos, pois, em suas palavras, “lá não tinha nada”.

Considerando-se que Fernanda chegou ao Rio de Janeiro em 2000, é interessante notar que os maiores fluxos migratórios do País, entre os anos de 1992 e 2008, se deram dentro da região Sudeste e do Nordeste para o Sudeste, à exceção do ano de 2005, quando a migração do Sudeste para o Nordeste foi maior (Ipea, 2010).

Os mais escolarizados preferem migrar dentro da própria região, enquanto a decisão de mudar de região fica relativamente mais restrita aos menos escolarizados (Ipea, 2010). É o que é observado no caso de Fernanda. Esta relata que queria muito se mudar da Paraíba e vir para o Rio de Janeiro, para obter melhores condições de vida.

A migração inter-regional sofre efeitos relacionados à estrutura dos mercados de trabalho,<sup>44</sup> a qual é mais aberta aos migrantes de menor nível de escolaridade. Isso ocorreria especialmente no Sudeste, por ser a região mais rica do País, capaz de absorver mão de obra de menor qualificação relativa vinda do Nordeste, enquanto o trabalhador mais escolarizado possui mais opções de mobilidade, considerando o aumento do seu capital relativo no contexto da sua própria região (Ipea, 2010).

Com isso, percebo algo determinante para o fato de Fernanda ser imigrante, enquanto Isabel permaneceu em sua região, muito ligada às suas raízes: a diferença econômico-social existente entre suas regiões de origem. A migração:

não é, na maior parte dos casos, uma aventura. Ao contrário, deve ser considerada como deslocamento à procura de trabalho e renda. Migra-se de uma região para outra – ou internamente às regiões – com a intenção de melhoria das condições pessoais ou da família. Migra-se para atenuar as dificuldades vividas na origem, sejam ligadas ao baixo dinamismo das economias locais ou às vulnerabilidades e carências no sistema de proteção social (Ipea, 2010).

---

<sup>44</sup> Refiro-me aqui ao mercado de trabalho mais amplamente, não só às profissões de diarista e empregada doméstica. Fernanda emigrou do Nordeste para trabalhar no Sudeste não só como trabalhadora doméstica, visto que já trabalhou em lojas, restaurantes, consultório de dentista e em salões de beleza.

Devido à migração em busca de trabalho, Fernanda não teve possibilidades de sequer pensar a respeito de seus estudos. Ela diz que estudou apenas até a quarta série do ensino fundamental:

Fernanda: [estudei] muito pouco. É eu acho que eu estudei até a quarta série, porque muito mal, eu sempre quis sair de casa. Porque tinha dias que a gente não tinha o que comer. Tinha dias que a gente tinha pra comer, feijão com farinha sabe? E aí eu tinha vontade de trabalhar pra ter dinheiro pra comprar minhas coisas. Eu saí de casa muito cedo. Então como eu saí de casa muito cedo pra trabalhar, eu não tive a oportunidade de estudar e trabalhar. Eu sempre tive que trabalhar. E até hoje é assim. Eu sempre dou em primeiro lugar o trabalho.

Alice: E você queria ter estudado?

Fernanda: Queria. Eu hoje ainda quero né. Ano passado eu fui lá na escola pra ver, mas eles pedem... No caso, eu teria que ir lá na minha cidade pra procurar o meu histórico escolar pra poder me matricular aqui. Só que faz muitos anos né. Só 19 anos eu vivi lá. E eu já tinha parado há muito tempo. Eu acredito que nem existe mais isso.

Neste trecho, Fernanda se emociona ao se lembrar da época em que não tinha quase nada para comer em casa. Os estudos não eram uma preocupação tão grande para ela. Como ela relata, colocou o trabalho (e a sobrevivência) em primeiro lugar. O estudo não era uma realidade nem um sonho para ela. O que realmente queria era sair de casa e trabalhar, sua verdadeira preocupação quando jovem. O que a ajudaria a suprir as suas necessidades mais básicas vinha em primeiro lugar, obviamente. Ao estudo não restou espaço, nem mesmo em sonho.

Fernanda, diferentemente de Isabel parece ver o estudo como algo ainda mais distante de sua realidade. Pelo próprio fato de ter estudado quatro anos a menos que Isabel. O desejo de estudar e concretizar esse sonho existe em ambas, porém ele é muito mais visível e latente em Isabel. Levanto a hipótese de que esta diferenciação se deve ao fato de Fernanda ter tido outros tipos de experiências profissionais além do trabalho doméstico, diferentemente de Isabel. Isto é, enquanto Isabel permaneceu a vida toda em função exclusivamente do trabalho doméstico, Fernanda trabalhou no comércio, em restaurantes, como auxiliar de dentistas, em lojas e como manicure.

Fernanda começou a trabalhar ainda mais nova que Isabel, quando tinha 10 ou 11 anos:

Fernanda: Olha, eu acho que eu comecei a trabalhar assim, na casa das pessoas. Eu acredito que deve ter sido por volta de... eu sei que quando eu era criança eu fui morar em Campina Grande na casa de uma mulher. E eu trabalhei lá. Fiquei lá por muito tempo. Só que eu era muito nova eu devia ter uns 10 anos, 11 anos, por aí.

Alice: Trabalhava como doméstica.

Fernanda: É, na época, me levaram pra fazer companhia a filha dela, entendeu? Mas aí eu acabava fazendo um monte de coisas né. E pra João Pessoa mesmo, que eu comecei a trabalhar mesmo em casa de família, eu acredito que eu deveria ter uns 12 anos.

Alice: E eles te pagavam?

Fernanda: Sim, pagavam na... quando eu vim pra Campina Grande não. É, eles me davam comida e moradia né. Então provavelmente eles achavam que isso era suficiente. Porque a gente era muito humilde né. E, como minha mãe se separou do meu pai era muito nova, com a gente muito novo, a dificuldade era grande. E era ela sozinha porque meu pai nunca deu nada pra gente.

Neste trecho, noto grande semelhança com a história de vida de Isabel: ambas começaram a trabalhar quando crianças e nenhuma delas contava com o apoio tanto afetivo quanto financeiro de uma figura paterna. Os pais de ambas abandonaram suas mulheres para ficar com outras mulheres.

Diferentemente de Isabel, que permaneceu morando com sua própria família, Fernanda, quando começou a trabalhar, foi morar na casa de seus patrões em Campina Grande. Os patrões a remuneravam com comida e moradia, julgando ser isso o suficiente. Posteriormente, com doze anos, foi morar em João Pessoa para trabalhar como doméstica em outras casas de família, desta vez, todavia, sendo remunerada.

Segundo seu relato oral, Fernanda, em seu primeiro trabalho infantil doméstico, em Campina Grande, mal sabia que aquilo seria um trabalho. Afinal, foi levada para morar em uma casa de família a fim de, supostamente, “fazer companhia à filha da patroa”. Ela acabava realizando, entretanto, todas as tarefas inerentes a um trabalho doméstico.

Faz-se necessária uma reflexão acerca do caráter de invisibilidade do trabalho infantil doméstico, uma vez que este nem sempre é considerado um trabalho. Segundo Alberto e Patriota (2014):

Moreira e Stengel (2003) argumentam que a discussão de trabalho doméstico demanda uma reflexão acerca do serviço doméstico que remete ao caráter socializador no desempenho de papéis de gênero e na invisibilidade que permeia o não reconhecimento. Portanto, a discussão do Trabalho Infantil Doméstico (TID) requer a incorporação da concepção de serviço. As referidas autoras ao abordar o trabalho doméstico feito por crianças e adolescentes utilizam o termo "serviço doméstico" para abranger todos os serviços de cuidar de casas, da alimentação, das pessoas ou animais realizados no âmbito doméstico, o que na maioria das vezes, não é considerado como "trabalho" porque não é remunerado e nem reconhecido socialmente. (Moreira e Stengel, 2003 *apud* Alberto e Patriota, 2014).

Com isso, é importante conceituar e delimitar quais serviços e atividades são abrangidos pelo trabalho doméstico. Só o fato de Fernanda ter ido morar na casa dos patrões para fazer companhia para a filha deles, isto é, ser uma espécie diferente de “babá”, visto que



sua função era cuidar de uma pessoa, já configura um trabalho infantil doméstico. Não bastasse esta circunstância, Fernanda, com apenas dez ou onze anos, realizava os demais serviços domésticos da casa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação específica que já vigorava quando Fernanda começou a trabalhar como doméstica,

[...] zela pela condição peculiar do desenvolvimento. Pode-se observar nos artigos 3º [garante todos os direitos fundamentais a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social], 4º [define responsáveis pela efetivação dos direitos] e 5º [define na forma da lei a punição para quem atentar contra o direito fundamental] [Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA], 1990]. (Alberto e Patriota, 2014, p.896).

Os direitos das crianças e dos adolescentes encontram respaldo na Legislação Internacional. Segundo Alberto e Patriota:

O compromisso dos Estados em respeitar e fazer cumprir os direitos encontra-se positivado nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT): a Convenção 138 e a Convenção 182. A primeira estabelece que "a idade mínima de admissão em qualquer tipo de trabalho nunca deverá ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em todo caso, a 15 anos" (Convenção nº 138 sobre a idade mínima de admissão ao emprego, 1973). E para trabalhos perigosos a idade mínima é de 18 anos. A Convenção 182 tipifica as piores formas de trabalho infantil e recomenda a adoção de medidas imediatas e eficazes visando à sua eliminação. O trabalho infantil doméstico, objeto desse artigo é uma das piores formas.

As referidas convenções foram ratificadas pelo Brasil sucessivamente em 1990 e 2002. A Convenção 182 (1999) resultou ainda na aprovação de um Decreto de número 6.481, de 2008, que regulamenta os artigos 3º e 4º da referida convenção, que definem as piores formas e que resultou na lista de 80 tipos de atividades. Estas versam sobre atividades escravas ou de práticas análogas, como servidão por dívidas ou recrutamento para conflitos armados; além de atividades ilícitas como tráfico e exploração sexual; ou aquelas que podem prejudicar a saúde, a segurança e a moral das crianças, como é o caso do trabalho infantil doméstico (Alberto e Patriota, 2014, p. 896).

O trabalho infantil tem sido respaldado pela sociedade de três maneiras principais: necessidades das famílias submetidas à pobreza, concepções culturais e religiosas, divisão do trabalho manual e intelectual e, por fim, pelo suposto caráter disciplinador, educador e de formação do ser humano, atribuído ao trabalho (Alberto e Patriota, 2014, p. 897).

No caso de Fernanda (e de Isabel), o trabalho infantil era visto como a única opção para que pudesse sobreviver e não passar fome. Foi, então, impulsionado pelas necessidades.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2011) existem mais de 90.000 crianças e adolescentes entre cinco e dezessete anos trabalhando nos

lares brasileiros. O Nordeste concentra a segunda região de maior número, com mais de 23.000 crianças e adolescentes trabalhando dentro das casas.

O trabalho infantil doméstico é um setor difícil de fiscalizar, afinal as crianças e adolescentes não estão trabalhando em fábricas ou indústrias, mas sim em um ambiente privado, portanto, estão muito isoladas (Becker, 2014 *apud* Patriota e Alberto, 2014).

Somando-se a isso, a questão de gênero do trabalho doméstico é historicamente construída, afinal os papéis sociais são construídos histórica e culturalmente, sendo atribuído às mulheres o serviço doméstico (Alberto e Patriota, 2014). Nesse mesmo sentido, segundo Alberto e Santos (2011):

o trabalho infantil se configura como uma dimensão cultural de gênero, pois há uma ‘divisão’ de atividades nas quais predominam os meninos (frentista, feirante, engraxate, entre outras) e atividades nas quais predominam meninas (trabalho doméstico e exploração sexual)” (Alberto e Santos, 2011 *apud* Alberto e Patriota, 2014).

Fernanda iniciou precocemente o serviço doméstico, precisando, conseqüentemente, assumir responsabilidades próprias de um adulto e renunciar a sua infância.

Alberto e Patriota (2014) discorrem sobre a precocidade do trabalho infantil doméstico entre as meninas e a conseqüente perda da infância:

Moreira e Stengel [2003] observaram que as meninas iniciam no serviço doméstico bastante cedo, o que significa que a infância, para as classes pobres, acaba mais cedo, em especial para as meninas (Moreira e Stengel, 2003 *apud* Alberto e Patriota, 2014).

As referidas autoras consideram que:

Tanto a perda da infância como o trabalho infantil ferem os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, artigos 3º, 4º e 5º do ECA [1990] e põem em risco o desenvolvimento físico, moral, psicológico e social. A invisibilidade do TID que esse artigo traz à tona revela que o Brasil também viola a Legislação Internacional da qual é signatário. Nesse caso, tanto a Convenção 138 [1973] [Artigo 1º que trata do compromisso de abolição do trabalho infantil], como a Convenção 182 [1999] [Artigo 1º, 3º, 4º e 6º compromisso de abolição e eliminação das piores formas]. (Alberto e Patriota, 2014).

Devido ao suposto afeto que estaria envolto na relação entre Fernanda e a filha dos patrões, o trabalho infantil não foi devidamente configurado.

Ocorre que as distâncias sociais dessas relações são muito bem demarcadas, apesar de todo o afeto<sup>45</sup> que as transpassa:

No Brasil, a manutenção adequada desse sistema hierárquico que o serviço doméstico desvela tem sido reforçada, em particular, por uma ambiguidade afetiva (Goldstein 2000) entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas. Nas negociações de pagamentos extrasalariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade. Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil (Brites, 2007, p. 93).

Após permanecer na Paraíba, trabalhando durante alguns anos sob condições de trabalho extremamente precárias como acima relatado, Fernanda decidiu vir para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Ao relatar todas as dificuldades materiais de sua infância, falando sobre algo que não se recordava há muito tempo, ela relata também que sua condição de vida de fato melhorou:

Fernanda: Então, hoje na minha casa é assim: hoje eu tenho tudo que eu posso ter. Eu tenho minha casa, tenho meu trabalho. Meus trabalhos né. Não dependo do meu marido pra nada, porque eu tenho o meu dinheiro e, quando quero alguma coisa, eu vou e compro. Fora isso, é tranquilo. Tem dia que eu agradeço muito a Deus por hoje eu ter minha casa. Por eu ter saído da casa da minha mãe muito cedo. Por ter vivido na casa das pessoas. Hoje eu tenho minha casa. Se eu quiser ir trabalhar eu vou, se eu não quiser ir, eu não vou. Eu não pago aluguel. Então, pra mim, isso é muito importante.

---

<sup>45</sup> É importante destacar que a afetividade é uma das peculiaridades do trabalho doméstico destacadas pela doutrina, que justificaria seu tratamento diferenciado pela lei. Isso porque a relação de trabalho doméstico se desenvolve dentro do âmbito privado, em convívio direto com a família do empregador. Com isso, parte da doutrina construiu a ideia de que a empregada doméstica é mais do que uma simples trabalhadora, representando um membro da família, cujas relações transcenderiam vínculos trabalhistas. A doméstica não precisaria, portanto, das tutelas protetivas da lei de que tanto necessitam os demais trabalhadores, vez que já desfrutava de “benefícios” como moradia, alimentação e vestuário. Elas não precisariam, da proteção estatal, visto que já desfrutariam da proteção da família para a qual trabalham (Dutra, 2008). Tal visão doutrinária é posta como um mito pois: “Contudo, negar que o limite dessa afetividade é exatamente o limite da distância não só de classe, como também sócio-cultural que afasta a empregada da família é assumir uma postura de ingenuidade e, por que não dizer, de hipocrisia perante a realidade. Por mais que o convívio da empregada doméstica seja bastante íntimo dos empregadores, dizer que ela chega a ser tratada como filha é uma afirmação inverídica. Afinal, que membro da família é esse, que almoça restos na cozinha depois que todos já fizeram sua refeição juntos à mesa? Que membro da família é esse que dorme isolada, em aposentos separados do restante da casa? Que membro da família é esse que, quando estuda, o faz na escola pública enquanto os filhos dos empregadores frequentam os melhores colégios particulares? Que membro da família é esse cujos presentes que recebe nada mais são do que roupas e utensílios que não tem mais serventia para os empregadores? (...)O fator intimidade deveria servir de justificativa para maior atenção à saúde psíquica da trabalhadora e não para que a lei trabalhista a desprotegesse.”. (DUTRA, 2008, p. 101/102).

Assim como para Isabel, o fato de ter a própria casa e não pagar aluguel é um alívio e motivo de orgulho. Fernanda relata como ela e seu marido foram construindo sua casa aos poucos.

Fernanda: Eu e ele, a gente que compramos. Era uma casa pequenininha. Na realidade, nosso cunhado, meu cunhado, emprestou o dinheiro porque o irmão dele tinha mais condições. Ele pagou pela casa e a gente ficamos pagando ao meu cunhado. Mas era uma casa tipo assim, um banheiro, um quarto e uma cozinha pequenininha. A gente teve que quebrar tudo e fazendo aos pouquinhos, entendeu? Aí, a gente ficou com isso: com o quarto o banheiro e a cozinha. Mas fomos construindo a sala, o quarto, outro banheiro. Depois fomos refazer o que já tinha. Que no caso é o que a gente comprou.

Fernanda relata que passa a maior parte do tempo na Zona Sul carioca, pois seus trabalhos concentram-se na região mais nobre do Rio de Janeiro. Ao me contar como é a vida em sua comunidade localizada no Caju, bairro localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, mais especificamente na Zona Portuária do município, Fernanda diz que vive bem, principalmente ao comparar com a vida que levava na Paraíba:

Fernanda: É, vivo. Vivo porque assim, eu tenho minha casa não pago nada, não pago água, não pago luz. Eu escuto pessoas que moram na zona sul. Que trabalhou, pagou pelo apartamento e, mesmo assim, pagam um absurdo. Pagam condomínio, pagam luz, pagam água, pagam gás. Então acaba sendo um aluguel. Parece que o apartamento não é seu. Parece que você está lá pagando o que é dos outros. Onde eu moro não pago nada disso né. Não pago água, não pago luz. Eu pago gás só que é o botijão do gás. Pra mim, da onde eu vim e, pra onde eu moro, agora é tranquilo, porque eu sou de uma cidade pequenininha e hoje em dia existe a violência lá também. Existe a droga também. Existe o tráfico. Porque eles saem daqui pra lá e levam né. Uma vez meu filho, lá mesmo, foi assaltado. Ele foi pra casa da namorada e, na volta, os carinha pegaram ele e levaram o celular. Coisa que, graças à Deus, nunca aconteceu comigo aqui. Nem aqui na zona sul, nem onde eu moro.

Pergunto à Fernanda a respeito de sua filha, Ana Júlia. Fernanda me conta que ela está realizando um curso preparatório para entrar em uma escola Federal. Ela diz que durante as manhãs Ana Julia vai para o curso preparatório e durante as tardes vai para a escola. Sua filha fica, portanto, o dia inteiro estudando. Fernanda e seu marido incentivam como podem a educação de sua filha. Ela relata que o responsável por buscar a filha na escola nos finais da tarde é seu marido. Durante os finais de semana, Fernanda diz que Ana Julia “fazia Bandeirantes”:

Fernanda: Bandeirante. Bandeirantes é como se fosse um escoteiros, uma coisa assim. Porque a história que eu sei é que antigamente escoteiros era só pra homens. Aí eles criaram o Bandeirantes, que aí podiam fazer homens e mulheres. É quase a mesma coisa. Só que ela hoje não quer mais participar. E aí, ela, final de semana, ela

fica em casa. Sábado ela ficou em casa de noite, foi pra um rodízio de pizzas. Enfim, final de semana é isso. Fica com os primos, às vezes vão pro shopping, de vez enquanto vão pra praia... Final de semana que vem a gente vai pra um clube que tem piscina. É, eu tento fazer alguma coisa pra gente se divertir.

Fernanda visivelmente faz tudo o que pode para dar uma vida boa à sua filha. Ela não quer que a filha perca a infância, como ela perdeu. Tenta, por todos os meios, investir para que a filha tenha um futuro diferente do seu, com mais oportunidades. Pergunto a ela se Ana Julia gosta de estudar.

Fernanda: Eu acho que sim. É, eu acho que sim, porque ela não reclama. Ela acorda cedo né. Acorda 6 horas da manhã pra poder acordar, se arrumar pra ir pro curso e do curso vai direto pra escola, sozinha. E ela nunca chegou em casa dizendo “ai mãe estou cansada, não quero fazer mais curso, não quero mais estudar na escola”. Porque eu conheço pessoas que a escola é do lado de casa e, mesmo assim, reclamam muito. Não querem ir. E ela tem que pegar duas conduções. Sempre foi assim. Mesmo quando ela não fazia o curso. Onde a gente morava era muito pior, porque o percurso era maior. Ela sempre foi. Desde sempre acho que ela começou a estudar lá de na 3ª série, nessa escola.

Alice: Nessa na Urca?

Fernanda: É na Urca.<sup>46</sup>

Vê-se que sua filha, apesar de muito nova, parece valorizar o esforço feito por seus pais para tentarem lhe garantir uma melhor condição de vida.<sup>47</sup>

Pergunto à Fernanda sobre seu filho mais velho, o qual permaneceu na Paraíba. Ana Julia e Denis são filhos de pais diferentes. O pai de Ana Julia é o atual marido de Fernanda. Já o pai de seu filho é da Paraíba e nunca a ajudou a cuidar de Denis.

Fernanda relata que teve que se separar de seu filho, deixando-o na Paraíba com sua mãe, pois precisava trabalhar a fim de conseguir melhores condições de vida e emprego, o que não seria possível em sua terra natal. Ela relata a dificuldade em trazê-lo para o Rio de Janeiro. Como trabalhar em um lugar novo e cuidar sozinha de um filho pequeno ao mesmo tempo?<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> O curso preparatório que Ana Julia está fazendo para Escola Federal localiza-se na Lapa e, sua escola é localizada na Urca. Ela tem, portanto, que realizar um longo trajeto entre sua casa, no Caju, e a Lapa, no centro da cidade, de manhã cedo e, após o curso, vai para a Urca, na Zona Sul carioca e, novamente volta para o Caju.

<sup>47</sup> Seria interessante, em desenvolvimento à presente pesquisa, realizar entrevistas com os filhos tanto de Fernanda como de Isabel, a fim de saber mais a respeito do que eles acham sobre a profissão de suas mães e como isso os influencia na construção de seus próprios futuros.

<sup>48</sup> Casos idênticos a esse são muito comuns em nosso País. No filme “Que Horas Ela Volta”, de Anna Muylaert, a pernambucana Val se mudou para São Paulo com o intuito de proporcionar melhores condições de vida para sua filha, Jéssica. Ela permanece em São Paulo trabalhando como doméstica e babá do filho de seus patrões durante muitos anos, não conseguindo voltar para Pernambuco, o que causa grande indignação em sua filha. Uma dentre as inúmeras críticas tecidas pelo filme a respeito da relação entre empregadas domésticas e seus patrões é o fato de a doméstica ser delegada a função de cuidar dos filhos de seus chefes, enquanto esta tem que abandonar seus próprios filhos.

Fernanda: Ele veio uma vez quando ele era menorzinho. Foi a primeira vez aqui. Eu vim aqui. Eu vim para casa do meu irmão, quando minha cunhada estava grávida. Aí eu vim dar suporte para ela. Aí, eu trouxe ele. Mas aí acabou que não deu certo. Não tinha como eu ficar aqui com ele. Aí, eu voltei e deixei ele. Ele era pequeno, deveria ter uns 3 anos, por aí, 4 anos. Eu voltei com ele para lá e deixei ele com a minha mãe. Aí fiquei lá um tempo trabalhando. Quando surgiu a oportunidade de eu vim para cá no trabalho da minha amiga.

Denis teve que ficar na Paraíba, longe da mãe e sendo criado pela avó materna.

Atualmente, ele tem muito pouco contato com o pai, o qual nunca foi presente em sua vida, nem o ajudou financeiramente. Fernanda precisou criá-lo sozinha até surgir a oportunidade de vir para o Rio de Janeiro, ganhar mais dinheiro para poder ajudar sua família financeiramente.

Fernanda chegou ao Rio de Janeiro para trabalhar como empregada doméstica. O emprego que sua amiga havia conseguido para ela era em uma casa de família. Nas palavras dela “Quando eu cheguei aqui no Rio de Janeiro, meu 1º trabalho foi de carteira assinada. Eu fiquei quase 3 anos e pouco. Eu fiquei trabalhando de carteira assinada.”

Fernanda trabalhou uma segunda vez como doméstica, todavia ela não gosta de trabalhar “de carteira assinada”. Ela prefere trabalhar como diarista, como deixou bem claro durante a entrevista, devido à maior autonomia que possui trabalhando dessa forma. Ela diz que possui sérios problemas com patrões e patroas. Refere-se, primeiramente, ao seu primeiro emprego como doméstica no Rio de Janeiro, em 2000. Após, relata uma desagradável experiência que teve com sua então patroa em seu segundo emprego “de carteira assinada” no Sudeste:

É, foi. Ai depois eu saí, porque eu trabalhava numa casa que eu fazia tudo né. Depois eu arrumei um outro trabalho, que também não tem muito tempo acho que foi no ano 2011 por aí, 2012, mas aí eu trabalhei muito pouco, eu trabalhava para ela de diarista e ela falou “ah Fernanda, você podia trabalhar de carteira assinada 3 vezes por semana”. Essa era 3 vezes por semana. Aí eu comecei a trabalhar 3 vezes por semana para ela. Mas aí acontece aquela questão: a pessoa pensa que é seu dono, entendeu? Aí começa a te cobrar coisas, aí acha que você tem que saber tudo na casa da pessoa. Acha que você tem obrigação de deixar tudo daquele mesmo jeito. A pessoa... ela, por exemplo, no almoço ela queria... ela foi brigar comigo porque disse que eu cortei a cebola grande demais para refogar feijão, porque uma colherzinha que ficasse pendurada eu tinha que guardar dentro da gaveta. É besteira, mas eu não tenho saco para isso entendeu? Porque para mim o importante é eu fazer o meu serviço. Esses detalhes, pra mim, não é importante. E aí, a última vez que eu trabalhei pra ela, eu adorava ela. Ela morava aqui em Botafogo. Eu fui lá trabalhar para ela né. Foi numa sexta-feira. Eu trabalhava segunda, quarta e sexta. Eu não sei se nesse dia ela estava com problema, eu sei que nesse dia ela chegou e reclamou do feijão, reclamou da colherzinha que eu tinha deixado fora da gaveta e, ela falou que eu tinha que lavar a cozinha do teto ao chão porque a cozinha era toda de azulejo. Inclusive pegar a escovinha e escovar o rejunte dos azulejos e falou que a casa estava imunda, a casa...

[Celular de Fernanda tocou].

Alice: Se você quiser pode atender.

Fernanda: Pode atender?

Alice: Pode, claro. Atende aí.

Fernanda: Então, aí, ela foi e falou isso: que eu tinha que lavar a parede de cima a baixo e tal. Te falar a verdade, nesse dia eu tive muita vontade de 11 horas da manhã pegar minhas coisas e ir embora ali sabe? Mas eu disse: não. Mas eu fiquei. Ai ela com a ignorância dela pegou lá o balde saiu lavando a cozinha dizendo como é que tinha que ser. Aí eu fiz o serviço todo lá, pá da vida. Mas, e sai de lá era 19 horas da noite nesse dia, porque eu fiz do jeito que ela falou.

É porque eu fiz do jeito que ela falou. Mas aí eu peguei, meu marido estava me esperando lá embaixo no prédio, quando eu terminei o serviço. Eu fui embora e cheguei no carro chorando porque a minha vontade era de dizer para mulher “homem vá. sabe”. E eu não estou passando tanta necessidade para aturar coisa assim. E sei que no final das contas eu fui embora na sexta-feira e quando chegou no domingo eu liguei para ela e disse que não iria mais trabalhar para ela. Mandeí mensagem falando que não ia mais trabalhar para ela. E aí que acabou que ela fez minhas contas né. Me pagou tudo direitinho, porque ela entendeu que o porquê de eu ir embora. Porque antes de assinar a carteira com ela eu tinha falado que não gostava de assinar carteira justamente por conta dessas coisas. Eu não gosto que a pessoa fique... é como se a pessoa se achasse dono de mim, quando você trabalha de carteira assinada. É como se o chefe acha que é dono de você, então eles te cobram umas coisas que eu acho que eles não teriam que cobrar, no meu entendimento. Aí, por isso, eu não tenho muito saco pra trabalhar de carteira assinada e, até hoje, não trabalhei mais. Às vezes minhas amigas falam “ah, Fernanda, você poderia arrumar um trabalho, trabalhar de carteira assinada e tal”, eu falo: “ah, para quê? Eu vou ganhar menos, trabalhar muito mais, vou me estressar muito. Não tem vantagem nenhuma, porque eu pago meu MEI, eu fiz. Porque além de trabalhar como diarista, eu trabalho com vendas.

Fernanda me conta essa história com raiva em sua voz. Ela claramente reconhece que há uma subordinação entre patrões e empregadas. Mostra-se consciente da tênue fronteira existente entre subordinação e humilhação, uma vez que passou por inúmeras situações de preconceito devido à sua classe social e à sua origem nordestina. Mas será que, nesta situação, em específico, houve de fato humilhação? Em que medida a empregadora doméstica não pode dizer o modo como quer que o serviço seja prestado? Não seria próprio da subordinação, inerente ao seu trabalho como diarista? Segundo o relato de Fernanda, a sua patroa solicitou uma faxina mais pesada que o usual na cozinha e insistia que determinados objetos domésticos ficassem em determinados lugares, o que não foge do que uma empregadora pode fazer.

Fernanda, contudo, sentiu-se ofendida, a ponto de pedir demissão, pelo fato de a empregadora ditar o modo como seu trabalho deveria ser feito, o que ocorre não só em um trabalho doméstico, mas em qualquer tipo de trabalho, isto é, em um emprego comum, o empregado deve observar o modo da prestação de serviços ditado pelo empregador. Será que, de fato, a sua patroa, à época, pediu algo tão fora do comum ou será que Fernanda estaria ressentida com a sua condição de empregada doméstica?

De acordo com Kehl:

[...]nas democracias liberais modernas, que acenam para os indivíduos com a promessa de uma igualdade social que não se cumpre, pelo menos nos termos em que foi simbolicamente antecipada. Os membros de uma classe ou de um segmento social inferiorizado só se ressentem de sua condição se a proposta de igualdade lhes foi antecipada simbolicamente, de modo a que a falta dela seja percebida não como condenação divina ou como predestinação – como nas sociedades pré-modernas – mas como *privação*. São os casos em que a igualdade é “oficialmente reconhecida, mas não obtida na prática” que produzem o ressentimento na política. É preciso que exista um pressuposto simbólico de igualdade entre opressor e oprimido, entre o rico e o pobre, poderoso e despossuído, para que os que se sentem inferiorizados se ressentam. (Kehl, 2015, p. 22).

Fernanda, reconhecendo tal subordinação, que é intrínseca e natural a qualquer trabalho, não a aceita, como ato de resistência. Além disso, não suporta desempenhar o que Scott chama de *performance pública*:

Uma *performance pública* daquelas pessoas sujeitas a formas sistemáticas e elaboradas de subordinação social: o trabalhador ao chefe, o inquilino ou meeiro ao proprietário, o servo ao senhor, o escravo ao mestre, o intocável ao brâmane, um membro da raça sujeitada a um membro da raça dominante (Scott, 1990, p. 2 *apud* Brites, 2017, p.135).

Para Scott: “o contato entre subalternos e superiores é guiado por elementos performáticos, estereotipados e ritualizados” (Scott, 1990 *apud* Brites, 2017, p.135).

Fernanda disse que a sua real vontade, no último dia em que trabalhou como doméstica, era pegar suas coisas e ir embora, devido ao fato de sua então patroa reclamar reiteradamente por coisas que considera tão pequenas e que não fazem parte de seu serviço. Ocorre que, na situação narrada, permaneceu na casa da patroa desempenhando a chamada *performance pública*: “Te falar a verdade nesse dia eu tive muita vontade de, 11 horas da manhã, pegar minhas coisas e ir embora ali sabe? Mas eu disse: não. Mas eu fiquei.”.

Após permanecer o dia inteiro desempenhando o papel de alguém totalmente submissa, que não podia discordar da patroa e, de permanecer bem mais do que oito horas em seu trabalho, ultrapassando a jornada constitucionalmente prevista<sup>49</sup>, a qual ainda não consistia em direito assegurado às domésticas<sup>50</sup>, Fernanda entrou no carro de seu marido para

<sup>49</sup> Apesar da jornada de trabalho de Fernanda ter sido desrespeitada neste dia e de ela mencionar este fato com indignação, percebi que não foi isso que de fato a incomodou tanto a ponto de ela pedir demissão. O que de fato a deixou indignada foi ter que realizar o seu trabalho de uma forma diferente da usual, isto é, ter que obedecer aos comandos de sua patroa, o que é natural em qualquer tipo de trabalho, como já mencionado.

<sup>50</sup> A limitação da jornada de trabalho somente passou a ser assegurada às empregadas domésticas com a EC 72/2013. Tal direito é previsto no artigo 7º, inciso XIII da Constituição da República Federativa Brasileira. A EC 72/2013 alterou a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Entre tais direitos encontra-se a limitação na jornada de trabalho a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultando-se a compensação de horário e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.



voltar para sua casa e chorou. Desabou, com muita raiva, dizendo que não voltaria mais a trabalhar naquela casa.

Dois dias depois do ocorrido, Fernanda pediu demissão. Segundo seu relato, ela não tem problemas em trabalhar com limpeza, em cozinhar e praticar todas as atividades inerentes ao emprego doméstico, o grande problema está em ser subordinada, em ter que observar o modo de prestação de serviços ditado pela empregadora.

Em oposição ao chamado roteiro público, Scott conceitua o roteiro encoberto:

Como contraponto a este comportamento prescrito, ele oferece o conceito de roteiro encoberto (*hidden transcript*) para descrever o comportamento que se desenrola atrás dos bastidores, longe das observações dos poderosos. ‘O roteiro encoberto (*hidden transcript*) é assim derivado, no sentido em que consiste em discursos e práticas dos bastidores que confirmam, contradizem ou modificam aquilo que aparece no roteiro público (*public transcript*).’ (Scott, 1990, p.4-5 *apud* Brites, 2017, p.136)

Não houve, no caso narrado por Fernanda, um enfrentamento direto para com sua patroa. O roteiro público foi bem observado por ela.

Diferentemente do que muitas trabalhadoras domésticas fazem, isto é, acatar sua posição submissa e calar, valendo-se de outras táticas encobertas de enfrentamento,<sup>51</sup> Fernanda não quis permanecer em seu emprego, o que pressupunha a sua atuação no roteiro público. Fernanda escolheu calar-se momentaneamente, mas se demitir.

Brites (2017), ao relatar um episódio no qual uma empregada doméstica confrontou diretamente seu patrão após ser dispensada, não voltou a casa dele para cobrar seus direitos trabalhistas. O que demonstra que teve um breve momento no qual ela deixou de seguir o roteiro público. Contudo, ela ficou constrangida com tal acontecimento, pelo fato de não ter voltado para obter as verbas rescisórias. A autora comenta o quão perigoso é para os subalternos mostrarem suas táticas encobertas e não seguirem o roteiro público, afinal o enfrentamento direto muitas vezes é ineficaz.

Fernanda diz que realizou essa escolha, trabalhar como diarista e não como doméstica, devido à maior autonomia e flexibilidade que possui atuando nesta profissão. Além disso, relata que possui outras fontes de renda, como vendas. Ela vende produtos de beleza e roupas

---

<sup>51</sup> Brites (2003) descreve as táticas encobertas de enfrentamento a partir da abordagem de Scott (1995):

“A abordagem de Scott pressupõe que, “atrás dos bastidores”, quando subalternos deixam de seguir as regras do roteiro público, expressam atitudes bem menos reverentes em relação a seus superiores. Se, na grande maioria das vezes, os mais fracos não usam o enfrentamento direto ou práticas organizadas de reação à dominação, não é por concordarem passivamente com o sistema. É, pelo contrário, justamente porque tais estratégias seriam relativamente ineficazes, senão inúteis ou até suicidas. A maneira dos subalternos agirem sabiamente, minimizando seus prejuízos, é operando nas brechas, usando astúcia para burlar, antes do que derrubar, o sistema”. (Brites, 2003, p. 71).

íntimas. Por conta disso, inscreveu-se no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Microempreendedor Individual (CNPJ MEI):

Tá. E aí, através disso, eu fiz o MEI. E aí, fiz um CNPJ. E eu pago né, todo mês pro... É como se fosse... Você tem os benefícios, que eu não sei muito bem direito. Mas é como se fosse... Eu sou uma microempreendedora, entendeu? Ai, por conta disso, eu acabo tendo alguns benefícios. Porque, por exemplo, eu pago por mês cinquenta e pouco lá pro governo, pra eu poder me aposentar por conta disso.

Após sua chegada ao Rio de Janeiro, Fernanda percorreu diversos setores profissionais. Relata os benefícios que adquiriu ao se cadastrar como Microempreendedora Individual.<sup>52</sup> Obterá, com a inscrição diversos benefícios, como cadastro na previdência social, auxílio-doença, aposentadoria por idade ou invalidez e auxílio-maternidade.

Vê-se que Fernanda considera vantajoso poder trabalhar como diarista e, ao mesmo tempo, poder complementar sua renda como revendedora. Além disso, ela não concorda com as relações de subordinação e hierárquicas estabelecidas dentro do âmbito do trabalho formal doméstico.

Sendo assim, ao longo dos anos, descobrindo-se dentro de suas possibilidades profissionais, ela encontrou outras formas de obtenção de benefícios, os quais não são concedidos às diaristas.

Fernanda gosta da possibilidade de ter outras opções que não só o trabalho doméstico. No capítulo referente ao relato oral de Isabel, realizei reflexões acerca de que outras atividades as mulheres de baixa renda estão procurando, uma vez que o número de empregadas domésticas tem diminuído consideravelmente (IBGE, 2017).

Vale recordar o que Velho (2012), ao analisar o que Dejanira, uma de suas empregadas domésticas, tem a dizer sobre o assunto:

Deja comentava que poucas jovens atualmente apreciavam o trabalho doméstico. Suas sobrinhas buscavam outros tipos de inserção social, procurando estudar mais para qualificação, mas nenhuma completou o curso superior, [...]. Desistiram por razões financeiras e por outras alternativas no mercado de trabalho, principalmente como comerciárias (Velho, 2012, p. 25).

Fernanda tem quarenta anos, enquanto Isabel tem sessenta. Dentro de suas histórias de vida e subjetividades, construíram preferências e criaram as formas de trabalho que mais se adaptam ao que lhes interessa. Contudo, há que se considerar que pertencem a diferentes

---

<sup>52</sup> Um Microempreendedor individual – MEI - é uma pessoa física, que exerce atividade econômica nos termos do artigo 966 do Código Civil de 2002 e da Lei Complementar nº 123/2006.

gerações. Isabel diz que tem notado que as mulheres mais novas de seu círculo social têm procurado alternativas, que não o trabalho doméstico formal. Corroborando a percepção de Isabel, assim como a percepção de Dejanira, Fernanda encaixa-se como um perfeito exemplo. É autônoma e, nas suas próprias palavras, uma microempreendedora. Não se adaptou à profissão formal de empregada doméstica, existindo nela um desejo de transcender a falta de oportunidades, através da realização de outras atividades profissionais.

Ela relata que tem uma vida financeira tranquila, atualmente. Apesar de esse não ser o principal fator para ter escolhido seguir a profissão de diarista, afinal a questão da autonomia vem em primeiro lugar. Noto que a questão financeira é um dentre os fatores determinantes para esta escolha. Ela relata sobre os gastos realizados com sua mais recente viagem para a Paraíba, para visitar sua família e a de seu marido:

Então, hoje, graças à Deus, tenho uma vida financeira tranquila, sabe? Eu sou uma pessoa muito controlada. Teve uma época que eu não tinha dinheiro pra nada, nada. Recebia, saía gastando. Então, como eu recebo por dia e, eu, hoje, consigo me controlar. Eu geralmente compro minhas coisas no cartão e o dinheiro que vou recebendo, vou guardando. E pago minhas contas sempre. Que é no mesmo dia, que é no início do mês. Então, eu pagando minhas contas todas no início do mês, sobra dinheiro e, esse dinheiro, vai para minha conta. Então eu consegui juntar um bom dinheiro. Que através disso eu consegui comprar uma casinha na minha cidade. Acabou que eu não fui morar lá. Não quis fazer obra por eu não viver lá, por não ter ninguém que faça. Eu consegui vender a casa e, esse dinheiro eu botei na conta. Então, por conta disso, eu tenho dinheiro reservado, entendeu? Eu viajei agora. Não precisei juntar dinheiro. “Ah, eu vou juntar tipo R\$5.000,00 reais pra viajar.” Não. Eu tinha esse dinheiro lá. Eu viajei. As passagens a gente compra no cartão. Aí paga parcelado. Aí fica mais fácil né. Chegamos lá, alugamos um carro. Eu e meu marido. O aluguel do carro foi R\$1.900,00. Paguei a metade, ele pagou a metade. Porque a gente foi pra cidade dele primeiro e lá pra você andar é muito ruim. Porque é sítio. Então, pra você andar tem que ter um carro pra você andar. Então a gente alugou. Eu sei que no final das contas essa minha viagem deu em torno de R\$5.000,00 reais. Porque teve o aluguel do carro, teve despesa com comida... Ainda dei um dinheiro pro meu filho. Pra ele tirar a carteira de habilitação dele. Eu dei R\$1.500,00 reais pra ele. Dei um dinheiro pra minha mãe. Você acaba. Aí, enfim. Se eu quiser viajar de novo, graças à Deus, eu tenho dinheiro. Mas como eu penso assim: “ah, não tem necessidade de você viajar 2 vezes por ano.” Então se eu quiser viajar ano que vem, eu vou trabalhar: “porque eu vou viajar ano que vem, eu preciso juntar um dinheiro pra eu ir.” Não. Eu tenho esse dinheiro lá, sabe? Mas eu tenho, porque eu consigo me controlar. Hoje, eu não sou uma pessoa que gasto. Que recebo hoje meu dinheiro e saio gastando tudo.

Percebi que Fernanda, desde que saiu de sua terra natal, possui como objetivos uma ascensão social, para ter acesso a bens e serviços. Diferentemente de Isabel, que deseja estudar, o seu desejo maior é ter dinheiro para poder “comprar suas coisas”, conforme relata no início deste capítulo. Isso, contudo, não exclui o fato de Fernanda também querer estudar. Porém, adquirir suas coisas, é seu objetivo principal. A inserção social que ela tem buscado (e

alcançado) tem se dado por meio do consumo de determinados bens e serviços, como compra de carro, viagens, idas a clubes, piscinas e shoppings. Atualmente, no País, a inserção social de classes baixas tem se dado por meio do consumo.

Além disso, segundo Brites:

Para a empregada doméstica, a vivência na casa da patroa representa uma invocação cotidiana da sociedade de consumo moderna. Limpando, arrumando e observando o consumo na casa da patroa, algumas dessas empregadas começam a sonhar em ter uma vida mais confortável e, neste processo, seu próprio padrão estético pode ser modificado. (Brites, 2017, p. 138/140).

Fernanda esteve em contato, desde muito jovem, com a casa dos patrões, onde viu o elevado padrão de consumo de todos eles. O que a leva a desejar algo parecido.

Isabel menciona, assim como Dejanira, que as jovens, atualmente, procuram outros tipos de trabalho. Segundo a percepção delas, muitas jovens têm buscado outros tipos de inserção social como alternativas profissionais à profissão de doméstica ou diarista. Fernanda é relativamente jovem e mostra-se bem aberta a novas possibilidades de trabalhos. Pergunto a ela quais são seus planos, se pretende ter mais filhos e se tem outras ambições profissionais. Ela me responde:

Fernanda: Então, filho eu não quero. Porque eu acho que filho não é uma coisa que você coloca no mundo e deixa pra lá. Filho é pra vida toda. Você tem de criar. Você tem de cuidar. Você tem de dá atenção. Você tem de ter cabeça muito boa pra lidar com eles. A minha tem 13 anos. Então, eu sei que hoje em dia eu tenho a cabeça boa pra lidar. Pra idade que ela está. Então, filho eu não quero mais. Meu marido ainda queria, sabe? Mas eu disse não. Não é fácil você botar um filho no mundo e ter de deixar com outro, para você trabalhar. Hoje em dia ela está com treze anos, vai pra escola sozinha, mas até chegar nessa fase de andar sozinha, teve um perrengue antes. Então, meus planos é continuar trabalhando como diarista que é uma coisa que eu gosto. Eu gosto de ser diarista. Eu gosto de limpar a casa. Eu adoro limpar minha casa. Eu gosto também de chegar, trabalhar, não ter ninguém me controlando, sabe? Meus planos. Eu pretendo ano que vem estudar porque eu tenho vontade de estudar. Fazer um curso, porque eu não sei até quando eu vou poder fazer faxina. Faxina é uma coisa muito pesada. As pessoas acham que não. Mas, é você ficar com a janela. Limpando janela. Desce e sobe escada, muitas pessoas pensam que é fácil, mas não é. Tem dia que de noite você não consegue nem se virar na cama. Eu, pelo menos, sou assim: tem dias que eu estou cheia de dor, entendeu? Aí eu pretendo fazer um curso de enfermagem. Mas eu acho que eu não tenho condições de fazer enfermagem não. Mas eu vou ver se faço de instrumentalista. De trabalhar com instrumentos.

Alice: Como é que é?

Fernanda: Então, a Doutora Ana<sup>53</sup> foi que me deu essa ideia, né. Primeiro tem de terminar os estudos, pra depois fazer esse curso. A instrumentalista é aquela que fica ali do lado do médico. Que sabe todos os instrumentos. E ele pede tal instrumento,

<sup>53</sup> Fernanda faz referência a minha tia, que é médica. Devido à profissão que exerce, minha tia, Ana Maria, sugeriu à Fernanda que realize o curso de instrumentalista. Como dito no início deste capítulo, Fernanda trabalha há muitos anos como diarista em sua casa.

você sabe qual é. É uma coisa assim. Eu vou saber melhor mesmo quando eu estudar.

Alice: Você achou interessante?

Fernanda: Eu achei, eu achei sim. Legal, porque eu pensei assim. Faxina eu gosto hoje, mas eu não sei com 50 anos, 60. Não sei se vou ter condições de pegar uma faxina, sabe?

Alice: Nesse ritmo né?

Fernanda: É, então, aí. Mas é uma coisa a pensar. Mas, a princípio eu quero terminar os estudos: ensino fundamental, ensino médio. Aí depois que eu terminar, eu vejo o que eu faço. Já fiz curso de manicure.

Fernanda relata gostar de trabalhar realizando faxinas. Ela diz gostar de limpar a casa. Vejo, então, que existem aspectos positivos e negativos em suas atividades como diarista: ao mesmo tempo em que gosta de limpar a casa, gosta dos resultados de seu trabalho,<sup>54</sup> gosta de sua autonomia, em contrapartida, há dias nos quais, em decorrência dele, não consegue aguentar de tanta dor no corpo. Ela me relata como é pesado ter que limpar uma casa inteira em apenas um dia.<sup>55</sup> Devido a isso, ela não sabe até quando aguentará ser diarista.<sup>56</sup>

Fernanda diz que tem vontade de terminar os ensinos fundamental e médio e, após, fazer algum curso profissionalizante, como o de enfermagem ou instrumentalista.

Observo que, apesar de relatar que gosta do trabalho doméstico, ela buscou alternativas a ele em alguns momentos de sua vida. Como menciona, trabalhou durante certo período como manicure, porém, devido à falta de autonomia nos salões de beleza, “deixou pra lá” e voltou a trabalhar com trabalhos domésticos:

Fernanda: No salão é a mesma coisa. Você tem hora pra sair, hora pra chegar e um patrão mandando em você. Aí eu comecei a fazer unha. Mas a maioria quer fazer

---

<sup>54</sup> Conversando com Fernanda em outras possibilidades, que não em nossa entrevista, ela me conta como algumas pessoas sabem limpar e como outras, definitivamente, não sabem. Portanto, ao contrário do que o senso comum parece imaginar, pelo próprio fato de desvalorizar o trabalho doméstico, este é um ofício que não é tão simples de ser desempenhado quanto se imagina. Além disso, Fernanda menciona o quanto gosta de ver sua casa arrumada. Noto uma valorização de seu próprio trabalho em sua fala.

<sup>55</sup> Mais uma manifestação da autonomia de Fernanda pode ser notada no fato de, algumas vezes, ela ter se recusado a trabalhar em algumas casas, que considerava muito sujas. Conversando com Fernanda durante o dia a dia, ela já me relatou que foi fazer uma faxina em um apartamento onde era tudo muito desorganizado e sujo. Ela me contou que fez seu trabalho naquele dia, porém comunicou ao seu contratante que não prestaria mais serviços para eles em decorrência da desorganização, pois considera que seu trabalho é limpar a casa. Vê-se, portanto, que ela impõe limites ao seu objeto de trabalho.

<sup>56</sup> Destaco o fato de as diaristas trabalharem por muito tempo nessa profissão e, após não poderem mais nela atuar devido ao inerente desgaste físico deste ofício, são obrigadas a se deslocar para outros ramos profissionais para ter uma fonte de renda, afinal nenhum direito é a elas conferido. Com isso, quando estão mais velhas, momento da vida em que deveriam ter acesso a benefícios tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e acesso à previdência social, caso sua profissão fosse regulamentada, elas têm de procurar alternativas profissionais. Destaco, ainda, o fato de elas buscarem tais alternativas em idade já avançada.

Fernanda diz que trabalhará como diarista até quando aguentar, o que provavelmente acontecerá por volta de cinquenta ou sessenta anos. A partir daí, terá que buscar outras opções profissionais, quando já não é tão fácil que o mercado de trabalho a aceite.

quinta, sexta, sábado e domingo. São os dias que as pessoas queriam fazer unha. É pra poder ficar a semana toda. Ninguém quer uma segunda, terça, nada disso. Aí eu fui vendo que meu final de semana ficava preso. Sábado inteiro sentada, fazendo unha. E aí, sábado e domingo é o dia que minha filha está em casa, sabe? Então eu achei melhor deixar pra lá, deixar quieto e fazer o que eu faço. Aí hoje eu trabalho de segunda a quinta. Eu tenho a sexta pra ir a médico, pra limpar minha casa. Sábado pra mim poder curtir, passear. Porque eu já estou numa idade que o trabalho já não é tudo, entendeu? Já teve época de eu trabalhar de domingo a domingo. Por isso eu tenho meu dinheiro tranquilo, sabe? Porque eu já trabalhei direto também, sabe? Mas aí hoje em dia eu vejo que não é tão importante trabalhar direto. É importante você trabalhar pra ter seu dinheiro, mas é importante também você ter uns dias pra poder cuidar da minha casa e ter meu lazer também.

Ela menciona que precisa de um tempo para limpar sua própria casa. Com isso, pergunto como é a divisão de tarefas domésticas em sua residência. Ela me responde:

Divisão de tarefas lá na minha casa é um problema muito sério. Sou eu, meu marido e minha filha. Os dois acham que eu tenho a obrigação de saber tudo. Então eu chego em casa eu tenho que saber de comida pra ela, porque ela fica o dia todo fora, ela janta e ela leva comida. Aí eu tenho roupa pra botar pra lavar, casa pra limpar. Então não tem divisão de tarefas, né. De vez em quando, lá em casa, eu dou umas brigadas né. Aí, eles fazem uma comida. Mas é uma vez por semana, o resto da semana parece que eu não falei nada. Então toda semana é a mesma coisa. Então acaba que eu é que faço tudo. E tem dia que eu estou estressada. Que imagina você trabalhar o dia inteiro, chegar em casa e ainda ter que fazer as coisas? Hoje em dia eu faço treino funcional. Aí ontem mesmo eu cheguei em casa e fiquei pensando o que eu ia fazer. Aí eu fiz um macarrão ao alho, fiz uma almondegas pra ela e sai correndo pro meu treino. Porque ou eu ia fazer meu treino, ou eu ia fazer as coisas dentro de casa. Aí acaba de muita das vezes abro mão de fazer alguma coisa pra mim, pro meu bem-estar, pra fazer alguma coisa em casa, pra eles. Hoje eu estou pensando mais assim: “ah, vou deixar, vou fazer meu treino funcional que vai fazer bem pra mim. Vou deixar isso aqui. Vai comer o que tiver. Se não quiser, vão pra beira do fogão fazer.” E está assim. Mas o meu maior problema é a minha casa. Que quando eu não limpo a minha casa, fico sem tempo de limpar minha casa, aí eu fico estressada. Semana passada eu não tive tempo de limpar. Porque eu trabalhei até quinta, mas, na sexta eu tive médico lá em Jacarepaguá. Então não tive tempo de fazer nada. E sábado tive que sair com ela pra fazer umas coisas pra ela. E no domingo eu fui pro shopping. Acabou que eu não fiz nada em casa. Aí, essa semana, minha casa está lá. Sem fazer, sabe? Não está aquela bagunça, mas não é uma casa que eu lavei banheiro, sabe? Que eu fiz aquela faxina. Aí, por conta disso, eu fico estressada. Enquanto eu não fizer, eu não consigo ficar tranquila.

Alice: Um ambiente mais agradável né.

Fernanda: Tem gente... pelo menos eu. Eu só fico bem se eu chegar em casa, minha casa estiver limpa. Com as tarefas todas em dia. Com o banheiro lavado, sabe? E, enquanto eu não fizer, não adianta. Aí, hoje eu vou chegar dependendo da hora, vou fazer uma coisa. Amanhã, vou fazer outra também. Se eu deixar tudo pra sexta-feira, não dou conta. Porque sábado eu fico o dia inteiro na piscina, vou por conta dela. Ela tem 13 anos. Eu não largo ela sozinha por aí. Pra lugares assim, sabe? [...]

A literatura vem reafirmando que apesar de todas as transformações das sociedades contemporâneas, o trabalho doméstico, em geral, permanece sob a responsabilidade da mulher (Araújo, Scalon, 2005; Hirata, Kergoat, 2007; Sorj, 2008 *apud* Sartor, Siracusa, Neves, 2019, p. 203).

Segundo os resultados alcançados pela pesquisa de Sartor, Siracura e Neves (2019): “as mulheres permanecem dedicando o dobro de horas dos homens ao trabalho doméstico, seja para o total de entrevistados(as) ou, ainda, com a presença de empregada/diarista doméstica”. Isso significa que mulheres como Fernanda, que não dispõe dos recursos para contratar uma diarista ou empregada doméstica, realizam as atividades domésticas em suas residências, possuindo, assim, uma dupla jornada de trabalho.

Fernanda tem mudado suas atitudes em relação à divisão de tarefas domésticas dentro de sua casa. Relata que pratica exercícios físicos. Porém, caso ela fique à disposição de seu marido e de sua filha o tempo todo que tem livre, enquanto não está trabalhando fora de casa, não resta tempo para se cuidar. Existe uma grande demanda deles para que ela esteja sempre à disposição, sendo, também, uma serviçal da própria família. Ao notar que se sente bem quando direciona o cuidado, que geralmente é voltado para os outros, para ela mesma, Fernanda inicia um processo de mudança de padrões e atitudes. O que pode ser notado quando diz que seu marido e sua filha deveriam cozinhar também: “Hoje eu estou pensando mais assim: ‘ah, vou deixar, vou fazer meu treino funcional que vai fazer bem pra mim. Vou deixar isso aqui. Vai comer o que tiver. Se não quiser, vão pra beira do fogão fazer”

Ao final da entrevista, Fernanda estava bem mais confortável. Quando desliguei o gravador, começamos a conversar novamente. Foi então que percebi que seu problema, em relação à timidez e à desconfiança, era devido, em boa parte, ao fato de eu estar gravando o que ela dizia. Expliquei para ela que se ela preferisse, eu ocultaria seu nome e de sua família, ela, porém, disse que não havia problema e que eu poderia utilizar os verdadeiros nomes.

Começamos a conversar sobre a minha pesquisa. Conteí para ela que havia entrevistado Isabel e que pretendia ouvir e analisar as histórias de vida de ambas. Expliquei, ainda, que Isabel trabalha em minha casa no interior de São Paulo há dezoito anos e que ela prefere trabalhar como empregada doméstica também devido à autonomia, porém de uma diferente espécie. Fernanda se surpreendeu de início, mas depois disse que cada um tem suas preferências. Quando entrevistei Fernanda, ainda não havia chegado a algumas conclusões que expus no capítulo de Isabel a respeito de sua autonomia, portanto, não pude compartilhar com Fernanda tais considerações.

Conversamos, quando o gravador já estava desligado, sobre um assunto que foi um importante tema da entrevista, mas sobre o qual já havíamos conversado bastante antes dela: sobre a divisão de tarefas dentro de sua casa. Ela já havia me contado bastante sobre o assunto em outras oportunidades. Fernanda me disse que não houve mudanças, por parte de seu

marido, na forma como funciona a divisão dos trabalhos domésticos em sua residência, por mais que ela comunique a ele sua insatisfação com a atual divisão. Porém, ao mesmo tempo, ela me relata que pretende cuidar mais de si mesma, mudando suas atitudes dentro de casa, não mais aceitando certas submissões, assim como não aceita fora de sua residência. Relata que já trabalhou muito para os outros durante toda sua vida e que deseja direcionar o cuidado aos outros para si mesma.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As mudanças que têm ocorrido no universo do trabalho doméstico levaram-me a realizar as entrevistas acima analisadas.

Primeiramente, foram as mudanças normativas já mencionadas que chamaram minha atenção. Todavia, posteriormente, foram as mulheres envolvidas nessas complexas relações empregatícias que despertaram a minha curiosidade pelo tema. Houve um dia no qual eu e meu avô estávamos nos recordando de minha avó, que foi doméstica durante muitos anos de sua vida. Ele me disse: “as empregadas domésticas, naquela época, não tinham direitos, eram como que escravas.” Passei a observar, então, com mais cuidado, as rotinas tanto de Isabel, quanto as de Fernanda, e a me questionar o que aquelas mulheres trazem. Costa (2008) relata que ao longo de sua pesquisa “a atenção para o que é retirado deles [garis], política e moralmente, foi sendo ultrapassada pela atenção para o que eles trazem” (Costa, 2008, p. 18).

Em minha pesquisa ocorreu algo semelhante: queria saber, em síntese, quais direitos que Isabel, como doméstica, e Fernanda, como diarista, não tinham. Considerei, em um primeiro momento, que a vida e as condições de trabalho de uma diarista estariam ainda mais prejudicadas com a entrada em vigor de uma nova lei que não as abrange. Porém, conforme fui me aprofundando em meu tema, percebi que o que Isabel e Fernanda tinham a me relatar, a me trazer a respeito de suas vidas e escolhas, era maior e mais complexo do que a comparação entre as condições de trabalho de ambas.

Descobri, ao término da análise das entrevistas, que tanto Isabel quanto Fernanda realizam suas profissões, principalmente, devido à autonomia que lhes é conferida em seus trabalhos. Portanto, tanto uma empregada doméstica, quanto uma diarista, optaram por exercer cada qual o seu ofício pelo mesmo motivo. Obviamente, que a autonomia recebe contornos distintos no caso de cada uma delas, porém, em essência, o motivo é o mesmo.



Isabel e Fernanda relatam as melhoras em suas condições de vida e trabalho ao longo dos anos. Isabel acompanhou os avanços das legislações trabalhistas das domésticas, dizendo que hoje em dia possui direitos. Fernanda vislumbrou outras possibilidades profissionais que não só o serviço doméstico, a fim de adquirir benefícios sociais não garantidos às diaristas, além da oportunidade de consumo. Atualmente, é microempreendedora e, portanto, pode desfrutar dos benefícios da categoria. Entendo que a possibilidade de cumulação entre a profissão de diarista e o exercício de uma segunda atividade autônoma não pode ser fundamento para a perpetuação das precárias condições das diaristas. Ademais, estas deveriam ser abrangidas pela legislação trabalhista das domésticas, assim como as empregadas formais que atendem ao elemento fático-jurídico da continuidade.<sup>57</sup>

Fernanda tem buscado a inserção social através do acesso a bens de consumo e a serviços, o que traz a ela um sentimento de pertencimento. Para que tal inserção possa se dar mais amplamente, todavia, ser diarista não basta. Ela se tornou, então revendedora de produtos de beleza e lingerie, uma microempreendedora. Tal fenômeno tem se tornado cada vez mais comum, segundo o entendimento de Isabel, que reconhece que muitas mulheres das novas gerações procuram trabalhos alternativos ao emprego doméstico tradicional.

O trabalho doméstico<sup>58</sup>, amplamente desvalorizado e estigmatizado, é, todavia, valorizado tanto por Isabel quanto por Fernanda. Apesar de ambas serem conscientes que foram as necessidades materiais de suas famílias que as levaram a trabalhar tão jovens como domésticas, tendo, com isso, que renunciar a outros sonhos e projetos que trariam um leque maior de opções profissionais para suas vidas, elas reconhecem o valor, a decência e a importância de suas profissões.

O trabalho infantil foi uma realidade na vida de ambas as entrevistadas. Elas, porém, não se queixaram por terem perdido suas infâncias. Tanto que não usaram em momento algum a expressão “trabalho infantil”. O que marcou Isabel foi o fato de o trabalho infantil ter

---

<sup>57</sup> A respeito do elemento fático-jurídico em questão, a CLT (que regula as relações empregatícias urbanas) utiliza a expressão “serviços de natureza não eventual”, já a Lei Complementar nº 150/2015 adota a expressão “serviços de natureza contínua”. Três interpretações hermenêuticas surgiram a partir desta distinção: a primeira aduz que ambas as expressões são sinônimas; a segunda, majoritária, defende a relevância da diferenciação, entendendo que o elemento não eventualidade na relação de emprego doméstico deve ser compreendido como efetiva continuidade. A consequência desta posição é que uma empregada que presta serviços em uma empresa apenas duas vezes por semana será celetista, enquanto não será considerada empregada doméstica, a trabalhadora que preste serviços duas vezes por semana em uma residência. Já a terceira corrente interpretativa, ora defendida, sustenta que há relevante diferenciação terminológica entre as expressões, todavia, a melhor alternativa é vê-las como sinônimos, a fim de incluir a diarista e afastar uma interpretação excludente. (Mesquita, 2014, p.114).

<sup>58</sup> Aqui, refiro-me ao trabalho doméstico *lato sensu*, isto é, tanto ao trabalho doméstico tradicional quanto ao das diaristas.

impedido que ela prosseguisse nos estudos. Para Fernanda, diferentemente, o trabalho infantil a retirou da casa de sua família, levando-a a viver durante alguns anos em casas que não eram dela e com coisas que não pertenciam a ela. Suponho que isso seja também um fator para que ela deseje tanto, até hoje, conquistar e consumir suas próprias coisas e ter seu espaço no mundo, afinal, quando era jovem viveu durante alguns anos na casa de patrões.

Notei, no decorrer da pesquisa, que a injusta distribuição das tarefas e de responsabilidades dentro de suas próprias casas é um fato que as sobrecarrega, levando-as a possuir uma dupla jornada de trabalho, enquanto poderiam estar dedicando esse tempo para a realização de atividades para si mesmas. As informações encontradas nas narrativas em relação às famílias de Isabel e de Fernanda, no sentido de que seus membros ainda atribuem as atividades domésticas à mulher, corroboram dados encontrados por Sator, Siracusa e Neves (2019). Sendo inexistente, segundo as palavras de ambas, a divisão de tarefas domésticas dentro de seus lares. Cabe, portanto, a elas realizá-las sozinhas, com pouca ou nenhuma ajuda de seus familiares homens. Com isso, resta pouco tempo para que ambas possam cuidar de si mesmas.

A pesquisa é importante para a temática em questão, porém uma de suas limitações diz respeito ao método empregado, pelo fato de as entrevistadas serem próximas a mim.

Segundo Gomes e Menezes (2008), existe uma grande desconfiança em torno da metodologia que rompe com a distância e desafia a relação pesquisador-objeto. Com isso, muitas vezes esta proximidade pessoal com o campo dificulta, ou até mesmo impede a validação de seus resultados pelos pares. Contudo, nas palavras das autoras “esquece-se que o antropólogo apreende instrumentos de pesquisa durante anos.” (Gomes, Menezes, 2008, p. 2/3). Este fato, após um processo de reflexibilidade, o que causa o amadurecimento das conclusões do pesquisador, pode ser positivo para o desenvolvimento da pesquisa. Como exemplo, posso citar o que ocorreu quando refleti sobre a proximidade que existia entre mim, meu irmão e Rafael, filho de Isabel, durante nossa infância. Um distanciamento começou a ocorrer entre nós na medida em que crescíamos e definíamos nossas subjetividades e nossos círculos sociais distintos. A impossibilidade ou pouca probabilidade de se “transgredir as normas, atravessando fronteiras de classe” (Brites, 2017, p. 146) foi por mim vivenciada. Caso eu tivesse decidido escrever sobre mulheres mais distantes, empregadas e diaristas que trabalhassem em casas que não a minha, não chegaria a algumas reflexões e conclusões as quais cheguei.

Além disso, considerando que “A investigação em campo próximo ao universo de inserção e pertencimento do antropólogo requer um escrutínio sobre seu posicionamento e identidade.” (Gomes, Menezes, 2008) tive que, desde antes de iniciar as entrevistas, refletir sobre minha identidade de filha do patrão e contratante.

Como mencionei brevemente durante a pesquisa, tive que enfrentar dentro e fora do ambiente acadêmico reações diversas acerca da validade de minha pesquisa. Em alguns momentos ponderei mudar o objeto do trabalho de conclusão de curso e entrevistar mulheres distantes. Contudo, o desafio de repensar minha identidade e dar voz a mulheres com as quais de fato convivo me fez prosseguir com o método empregado.

Segundo Gomes e Menezes: “‘Olhar de fora’ a própria família, por mais complexa que seja esta relação, não lhe pareceu dissonante do exercício do ofício do antropológico.” (Gomes e Menezes, 2008, p. 7). Com isso, penso que observar e, ao menos tentar desvendar as vidas de mulheres próximas a mim que, assim como a minha avó, tiveram seus trabalhos marginalizados e invisibilizados é uma escolha consoante com a atual tendência das ciências sociais de “considerar que todos os seres humanos estão comprometidos com a auto-compreensão cotidiana de suas vidas.” (Gomes, Menezes, 2008, p. 16).

## REFERÊNCIAS

Albarracín, Jesús. O trabalho doméstico e a lei do valor. In FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). **O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, p. 47-48, 1999.

Alberto, Maria de Fátima Pereira. Patriota, Gabriela Fernandes Rocha. Trabalho infantil doméstico no interior dos lares: as faces da invisibilidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 03, p.893-913, 2014.

Arendt, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Beauvoir, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. – 3. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

Biondi, Pablo. Correia, Marcus Orione Gonçalves. Uma leitura marxista do trabalho doméstico. **Revista LTR**, São Paulo, v.75, p. 311-317, 2011.

Brasil. Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Comunicados do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nº. 61**. Migração Interna no Brasil. Governo Federal. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2010.

Brites, Jurema. **Afeto e desigualdade**: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu* (29), p. 91-109, julho-dezembro de 2007.

Brites, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

Brites, Jurema. **Serviço Doméstico**: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. Fórum de Pesquisa nº 13, “Experiências culturais/possibilidades políticas”, da IV Reunião de Antropologia do Mercosul, p. 65-82, 2003.

Brites, Jurema. Uma patroa fora do lugar: etnografia da vida íntima e familiar da empregada doméstica. In: Brites, Jurema. Motta, Flávia de Mattos. **ETNOGRAFIA. O espírito da antropologia**: tecendo linhagens homenagem à Claudia Fonseca. 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017. p.134-156.

Burke, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. *In*: Burke, Peter. Tradução de Lopes, Magda. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP. 1992. P.1-13.

Costa, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis**. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **DIEESE: estudos e pesquisas. n° 68**. O emprego doméstico no Brasil. São Paulo, agosto de 2013.

Dutra, Renata Queiroz. **A ilegitimidade da discriminação da trabalhadora doméstica na constituição federal brasileira**. 2008. Monografia (Bacharel em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

Federici, Silvia. Calibã e a Bruxa. **Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Cycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

Gomes, Edlaine de Campos. Menezes, Rachel Aisengart. **Etnografias possíveis: “estar” ou “ser” de dentro**. Ponto Urbe: Revista do núcleo de antropologia urbana da USP (3). Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo, p. 1-23, 2008, posto online no dia 30 julho 2008, consultado o 30 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1748> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1748

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE. PNAD contínua anual**, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE. PNAD contínua mensal**, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE. PNAD contínua anual**, 2019.

Kehl, Maria Rita. **Ressentimento**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

Kofes, Maria Suely. Mulheres: **Diferença e Identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade**: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas. 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) - FFLCH-USP, SP, em 1991.

Marx, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. *In*: Marx, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. Trabalho estranhado e propriedade privada, p. 79-90.

Mesquita, Carolina Pereira Lins. Relação Empregatícia Doméstica e a EC n° 72/2013: Real Avanço Igualitário ou Retórica Político Legislativa? *In*: **Transformações no Mundo do**

**Trabalho e Redesenhos Institucionais:** Trabalho, Instituições e Direitos. Rio de Janeiro: LTr, 2014, cap. 8, p.109-123.

Monticelli, Thays Almeida. “**Eu não trato empregada como empregada**”: Empregadoras e o desafio do trabalho doméstico remunerado. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, 2017.

Pamplona Filho, Rodolfo. Villatore, Marco Antonio Cesar. **Direito do trabalho doméstico:** doutrina, legislação, jurisprudência, prática. 3 ed. São Paulo: Ltr, 2006.

QUE HORAS ela volta. Direção: Anna Muylaert. Produção: Fabiano Gullane, Caio Gullane, Débora Ivanov e Anna Muylaert. São Paulo. Globo Filmes, 2015. (115 min), son., color.

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade; prefácio [de] Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

Sartor, Ângela. Siracura, Mariana. Neves, Paula. Emprego doméstico: mediações na conciliação entre família e trabalho no Brasil. *In:* Araújo, Clara. Cano, Ignácio. Felícia, Picanço. Gama, Andrea. **Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI.** Mudanças e permanências. 1 ed. Rio de Janeiro: NUDERG, 2019. p. 199-218.

Scott, James. **Domination and the arts of resistance:** hidden transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990.

Velho, Gilberto. **O patrão e as empregadas domésticas.** Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 69, pp. 13-30, 2012.

Yannoulas, Silvia Cristina. **Dossiê:** Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.